

**CAMILA DE FREITAS ALVES**

**TRADUÇÃO MATRIOSKA:  
A TRADUÇÃO DE UM ESTUDO LINGUÍSTICO  
SOBRE DIONÍSIO DE HALICARNASSO**

Monografia apresentada ao  
Instituto de Letras como requisito  
para a obtenção de graduação pela  
Universidade de Brasília, Curso de  
Tradução.

Orientador: Prof. Mark David Ridd

**Brasília**

**2011**

A Deus. Ao carinho e compreensão dos familiares e amigos. Aos professores, em especial o Professor Mark e a Professora Sandra, que me apoiaram e ajudaram ao longo de todo o processo.



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Instituto de Letras**  
**Curso de Letras – tradução**

**CAMILA DA FREITAS ALVES**

**TRADUÇÃO MATRIOSKA:**  
**A TRADUÇÃO DE UM ESTUDO LINGUÍSTICO**  
**SOBRE DIONÍSIO DE HALICARNASSO**

**Brasília**

**2011**

*“I have always thought of translation as a way to enrich a language. If you write an original work in a particular language you are likely to exhaust that language’s own resources, if I may say so. If you translate, you import the riches contained in foreign languages into your own by means of felicitous commerce.” (Lefevère, 1992, p. 37).*



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Apresentação.....	6
1.2 Justificativa .....	8
1.3 Objetivo .....	9
1.4 Metodologia .....	9
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	12
2.1 A tradução e a postura dos tradutores ao longo dos séculos .....	13
2.2 Intraduzibilidade.....	16
2.3 Invisibilidade e fidelidade .....	17
2.4 As abordagens funcionalistas .....	17
2.5 Tradução e tipologia textual .....	21
2.5.1. A tradução de textos acadêmicos.....	22
2.5.2 A tradução de textos da antiguidade clássica e filosóficos.....	23
2.6 Paratexto .....	25
TRADUÇÃO.....	30
RELATÓRIO .....	50
4.1 Sobre os termos gregos.....	50
4.2 Divergências de tradução.....	55
4.3 Sobre a interferência do tradutor .....	57
4.4 Sobre a intraduzibilidade .....	58
4.6 Sobre a intertextualidade .....	66
4.7 Building blocks.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	69
REFERÊNCIAS .....	70
ANEXO IA – Texto original .....	77
ANEXO IB – Seção de convenções e abreviações.....	99
ANEXO IC – As partes do discurso .....	100
ANEXO IIA – Princípio de caridade.....	104
ANEXO IIB – O estilo periódico .....	110
ANEXO III – Estudos sobre linguística na Grécia Antiga.....	115

## INTRODUÇÃO

Dionísio de Halicarnasso foi um retórico, historiador da linguística e crítico literário do século I a.C. Chega a Roma por volta do ano 29 a.C. e, ao tornar-se um dos vários bilíngues existentes na época, ali escreve a maioria de seus tratados e exerce seu papel de crítico literário e professor de retórica. Dionísio possui um vasto número de escritos, se comparado a outros autores de sua época. Chegaram até nós, além de seu trabalho histórico, oito tratados e três cartas<sup>1</sup>, dos quais não se sabe ao certo a ordem cronológica. Esta é feita a partir de referências a outros autores em seus tratados. Entre as áreas de estudo de Dionísio estão a retórica e a composição, a estrutura da linguagem, as partes do discurso e a fonética.

Em um de seus tratados, *Sobre Tucídides*, Dionísio escreve sobre o estilo peculiar de Tucídides, um grande historiador do século IV a.C. na Grécia. Coincidentemente, ele utiliza pela primeira vez o termo μετάφρασις<sup>2</sup> – tradução – neste texto (MARONITIS, 2008).

Os estudos e traduções de Dionísio de Halicarnasso datam de 1900 e algumas décadas posteriores, porém, recentemente, surgiram novas publicações, entre as quais as principais são: em francês, fornecidas pela Les Belles Lettres em 1978, que se trata de uma coleção de aproximadamente nove livros contendo traduções, comentários e estudos sobre o autor; em espanhol, pela Biblioteca Clásica Gredos, um livro com traduções e estudos detalhados de alguns de seus tratados, em 2001; e, posteriormente, o livro de Casper De Jonge em inglês, em 2008. Neste livro, *Between Grammar and Rhetoric – Dionysius of Halicarnassus on language, linguistics and literature*, Jonge dedica-se ao estudo da gramática e retórica antiga a partir do ponto de vista de Dionísio de Halicarnasso. O livro era originalmente sua tese de doutorado defendida em 2006 e, publicado em 2008 pela Brill, em Boston, tornou-se uma referência para estudantes de retórica, gramática e estilística antiga. Esse livro não contém as traduções dos tratados de Dionísio de Halicarnasso, apenas alguns trechos pertinentes às discussões levantadas pelo autor. O foco do livro é o estudo detalhado dos temas abordados por Dionísio a fim de promover uma discussão sobre as teorias da linguagem que circulavam

---

<sup>1</sup> As obras referidas aqui são: *Antiguidade Romana, Sobre a Composição Literária, Sobre Demóstenes, Sobre Dinarco, Primeira e Segunda carta a Ameo, Sobre a Imitação, Sobre Iseu, Sobre Sócrates, Sobre Lísias, Sobre*

<sup>2</sup> Th. 45. 19

durante o século I a.C. e iluminar os estudos linguísticos de hoje por meio da visão antiga da linguagem (JONGE, 2008).

O presente estudo consiste na proposta de uma tradução para o capítulo quatro – *Linguistics, composition, and style: Dionysius' use of the parts of speech* – dessa obra, bem como a reflexão teórica do processo tradutório.

## 1.1 Apresentação

O livro de Jonge busca colocar Dionísio de Halicarnasso no seu contexto intelectual focando alguns de seus tratados, como *Sobre Demóstenes*, *Sobre a Composição Literária*, *Sobre Tucídides* e a *Segunda carta a Ameo*. O autor discorre sobre esses temas ao longo dos oito capítulos da obra, que são, respectivamente, 1) Introdução; 2) Dionísio sobre a natureza da linguagem; 3) Dionísio e a teoria gramatical das partes do discurso; 4) Linguística, composição e estilo: o uso das partes do discurso por Dionísio; 5) *Natura artis magistra*. O estilo natural, sintaxe e ordem das palavras segundo Dionísio; 6) Os ritos iniciais do estilo. Dionísio sobre a prosa, poesia e prosa poética; 7) Reescrevendo os clássicos. Dionísio e o método da metátese; 8) Conclusão geral.

O capítulo quatro, tema do presente trabalho, descreve como Dionísio utiliza as classificações das partes do discurso em sua análise de textos clássicos. Jonge chama a atenção para a metáfora usada por Dionísio – as palavras como os elementos fundamentais para a formação de períodos – para a composição de textos e, por fim, Jonge tenta demonstrar como Dionísio influenciou a tradição gramatical (HUNTER, 2008).

A partir dessas informações, fica clara a tipologia de texto a ser tratada nesta pesquisa. Ao abordar o tema de retórica antiga, o texto pode ser classificado como um estudo acadêmico sobre um texto clássico. Por isso, a analogia com o título do trabalho – Tradução matrioska: a tradução de um estudo linguístico sobre Dionísio de Halicarnasso. Matrioska é um brinquedo tradicional da Rússia constituído por uma série de bonecas que são colocadas umas dentro das outras, da maior à menor. O texto relembra o brinquedo à medida que apresenta uma tipologia dentro da outra, ou também por sua relação de intertextualidade. Por exemplo, o texto principal, um texto acadêmico, compreende um texto clássico, que por sua

vez é rodeado por uma rede de intertextos sobre diversos assuntos como a retórica, lingüística, historia e outras áreas do conhecimento.

O multilinguismo da obra também relembra a Matrioska na medida em que há um texto principal em inglês sobre um tema clássico em grego que, por sua vez, é exemplificado por um texto em latim e todos estes textos complementados por notas em alemão e francês.

A tipologia a ser tratada também pode ser depreendida da biografia do autor: Casper de Jonge é professor da Faculteit der Geesteswetenschappen, Institute for Cultural Disciplines, Griekse T&C em Amsterdã, e pesquisador. Possui várias publicações sobre temas variados como: línguas clássicas e cultura, crítica da literatura antiga, retórica, gramática e filologia antiga, Dionísio de Halicarnasso, Longino e outros retóricos antigos e Tucídides. O livro em questão é um entre os vários estudos sobre Dionísio de Halicarnasso publicados por Jonge.

O texto abordado neste estudo é de difícil leitura, não apenas pelo tema em si, mas pela intertextualidade que o permeia, isto é, o texto compreende várias áreas do conhecimento para complementar seu tema – as partes do discurso. O texto é recheado de notas e de termos em grego e latim, além de comentários em outros idiomas. Apesar de a língua materna do autor não ser a inglesa, o livro é bem escrito e o vocabulário é muito rico.

Publicações como esta, geralmente, possuem um número limitado de tiragens e isso faz com que seu valor seja bastante encarecido em relação ao valor de outros livros. Além desse fator, a leitura é destinada a um público muito restrito de leitores motivados pela pesquisa ou por um estudo mais aprofundado do tema, já que o texto pressupõe que o leitor esteja familiarizado com vários termos e assuntos relacionados a ele. Assim, dificilmente um leitor leigo irá compreender ou considerar a leitura agradável.

Ao longo do livro, há uso de, pelo menos, quatro idiomas além do inglês: o latim, o grego antigo, o francês e o alemão. É uma leitura considerada difícil até mesmo para o público de leitores universitários, mas esse aspecto também é responsável por torná-lo tão interessante.

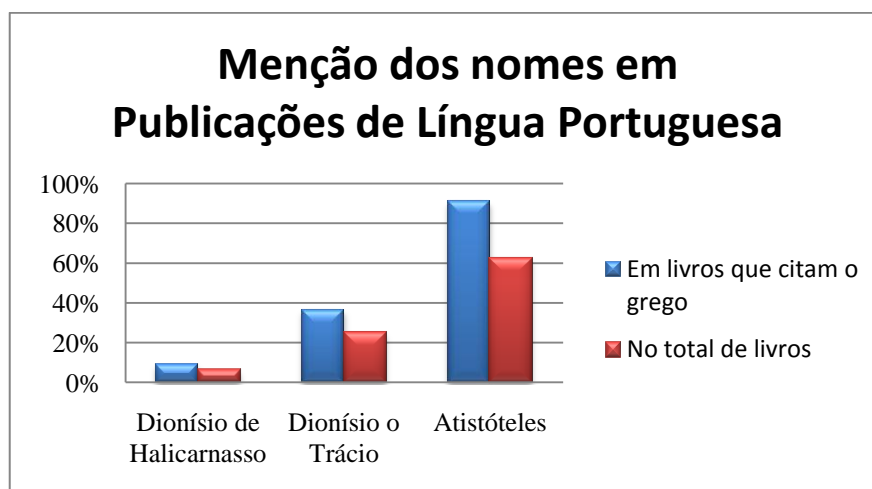
## 1.2 Justificativa

A escolha do texto surgiu justamente da crescente necessidade de publicações em língua portuguesa na área de estudos clássicos. Hoje, um leitor de textos clássicos tem de saber, ao menos, três idiomas, (o inglês, o francês e o espanhol, por serem as línguas com maior numero de publicações nessa área) pelo menos em nível de leitura, para que possa dar continuidade aos seus estudos. Além desses motivos, as obras de Dionísio de Halicarnasso não são citadas nas gramáticas tradicionais, dicionários e livros relacionados à linguística. Para elucidar essa questão, foi feita uma pesquisa em livros relacionados à linguística a fim de constatar a deficiência de estudos sobre Dionísio de Halicarnasso<sup>3</sup>.

Em uma amostra de 16 livros, onze deles continham a origem grega da gramática como ponto de partida para estudos da linguística. Destes, dez apresentaram estudos sobre Aristóteles, entre os quais quatro citaram Dionísio o Trácio e apenas um deles mencionou Dionísio de Halicarnasso. Essa informação expressa em porcentagens seria de 62,5% referentes aos livros que citam Aristóteles, 36,3% contendo Dionísio o Trácio e 9% seria a porcentagem correspondente aos livros de linguística que trazem consigo os estudos de Dionísio de Halicarnasso.<sup>4</sup>

Para uma melhor visualização da situação, segue um gráfico com essas informações:

**Gráfico 1** - Gráfico contendo informações sobre a ocorrência de estudos sobre Aristóteles, Dionísio o Trácio e Dionísio de Halicarnasso em publicações de língua portuguesa relacionadas à linguística.



<sup>3</sup> Para os nomes dos livros e autores, ver seção Referências

<sup>4</sup> Essa proporção não se aplica aos livros de história, filosofia ou outras áreas do conhecimento.

Portanto, é inegável a grande carência de publicações sobre Dionísio de Halicarnasso em língua portuguesa. Além disso, grande parte dos livros indicam o início dos estudos lingüísticos a partir do século XIX, suprimindo informações cruciais sobre a origem desta área do conhecimento.

### 1.3 Objetivo

O objetivo da tradução desse capítulo é proporcionar aos estudantes de linguística uma nova visão e abordagem das partes do discurso e também da história da linguística. Além disso, busca-se disseminar um pouco mais da cultura clássica e relacioná-la aos estudos atuais, tanto na área de linguística, como na história e filosofia.

Do ponto de vista tradutório, o presente estudo propõe uma nova abordagem de tradução à medida que lida com um texto híbrido implicando duas reflexões distintas e um procedimento de tradução para cada uma das tipologias.

Espera-se também despertar o interesse pelos estudos clássicos, não apenas no que diz respeito à sua tradução, mas também na formulação de uma teoria da tradução concisa voltada especificamente para esta tipologia.

### 1.4 Metodologia

A metodologia adotada para este estudo procedeu-se de duas formas por se tratar de duas tipologias textuais diferentes. Para o texto principal, um artigo acadêmico, após a decodificação da língua, foram feitas diversas adaptações e adequações de língua e estilo para que o texto entrasse nos padrões acadêmicos brasileiros (seção 3.5). Por esse motivo, optou-se pela mudança da fonte do livro, pois essa é bastante confusa no que diz respeito aos números e não é comumente utilizada em artigos acadêmicos e publicações no Brasil.

Apesar de a tradução ter passado por todo esse processo de moldagem, isso se deu de forma bastante sutil para que não causasse um distanciamento do texto original e tampouco um estranhamento do leitor.

Durante o processo tradutório, todas as possíveis notas de tradução tiveram de ser suprimidas em função da formatação do próprio livro, salvo aquelas destinadas a referências. A obra é tomada por notas de rodapé<sup>5</sup>, o que faz parecer que essas disputam com o próprio texto o espaço da página. Por isso, o acréscimo de uma nota faria imensa diferença na disposição do documento e, além do dito, há referências a essas notas ao longo do livro, o que também acarretaria outra mudança de formatação.

Tendo isso em mente, os tópicos que mereciam notas foram transferidos para os anexos contidos ao final deste trabalho, com as devidas referências inseridas no espaço de algumas notas, ou discutidos ao longo do relatório. Todos os termos técnicos contidos na tradução foram pesquisados, mesmo que não constem no relatório, por meio de ferramentas auxiliares da tradução, i.e. dicionários, glossários, textos paralelos etc, e da consulta a especialistas da área. Essa pesquisa se deu de modo a dar maior credibilidade possível ao trabalho acadêmico e para minimizar os problemas de terminologia inerentes à tradução.

Por último, foi feita a revisão do material com o intuito de averiguar qualquer falha de coerência ou alguns trechos que possam ter passado despercebidos.

A metodologia usada para os textos em grego e latim se deu de maneira diversa. Como essas línguas não permitem maiores adaptações e adequações por parte do tradutor, pois estas podem causar interferências na interpretação de fatos históricos e culturais produzidos por estes textos. Por isso, foi seguido o modelo de tradução de textos clássicos que pode ser encontrado nas seções 2.5.2 e 3.4 deste trabalho.

O foco deste estudo se deu nos termos gregos e latinos referentes às partes do discurso, por isso não houve um trabalho de retradução dos textos clássicos. Contudo, houve estudos pontuais sobre as escolhas tradutórias de De Jonge e sobre a terminologia antiga.

Assim, não consta neste trabalho as traduções destes textos, essas foram feitas de acordo com aquelas oferecidas pelo autor do livro, mas foram usadas como base para a crítica adotada no presente trabalho.

---

<sup>5</sup> Para um estudo detalhado sobre os paratextos, veja seção 2.6 deste trabalho.

Para essa tipologia, também houve a pesquisa de todos os termos cruciais para o estudo das partes do discurso bem como a consulta a especialistas da área e a várias publicações sobre o assunto tanto em português como em inglês com o intuito de mitigar as dúvidas e apresentar um texto confiável.



## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Traduzir, do Grego *μεταφράζω*, significa “transpor uma língua para outra/deliberar depois, refletir, examinar atentamente”<sup>6</sup>. Traduzir do latim *traduco* significa “conduzir além, transferir, transportar, transpassar, etc”<sup>7</sup>. Transferir uma mensagem de uma língua a outra, ou transpor significados, já foi tido como tarefa do profissional em tradução. Hoje, o traduzir é, por vezes, muito mais complexo, pois não basta ao tradutor ter apenas uma habilidade bilíngue, mas uma visão bicultural. Apenas o contato direto com a cultura é que permite ao tradutor entender as nuances da língua inerentes aos nativos. Por isso, o tradutor deve estar imerso tanto na língua, quanto na cultura própria do texto que irá traduzir para, assim, produzir os efeitos e sentidos pretendidos pelo texto original. Desse modo, o tradutor se torna um mediador entre culturas (HIGGINS, 1992, p. 14 apud PIÑA, NUCAMENDI, FARMER, 2010, p. 597). E também são mediadores no sentido de que são leitores privilegiados do texto da língua fonte, pois diferentemente dos leitores comuns, os tradutores leem a fim de produzir e decodificar para depois re-codificar (PIÑA, NUCAMENDI, FARMER, 2010).

Durante o trajeto tradutório, o tradutor se depara com várias questões que, antes de serem resolvidas, requerem um pouco mais de tempo e reflexão, Dessa forma surge a necessidade de um estudo voltado para a tradução, a tradutologia.

Cada tipo de texto exige uma abordagem diferente por parte do tradutor. Como um ator que interpreta o seu texto de diversas maneiras de acordo com cada personagem e busca a interação com os espectadores, o tradutor tem de desempenhar seu papel levando em conta a tipologia do texto de partida bem como seu público-alvo.

Do mesmo modo em que o ator incorpora diversas características para interpretar os mais diferentes papéis, incluindo vilões e mocinhos, mais velhos ou mais novos, comediantes, a troca de sexos entre vários outros personagens, o tradutor se adapta a cada texto manipulando os significados das palavras até atingir o mesmo objetivo do ator: agradar o público. Esta tarefa nunca foi fácil para ambos os lados. Assim como os atores são censurados por sua atuação, os tradutores são alvos de crítica desde o início da profissão, o que muitas vezes chega a diminuir seu trabalho. Porém, vale lembrar que, da mesma maneira que os

---

<sup>6</sup> Fonte: Dicionário Grego-Português e Português-Grego de Isidro Pereira, Edição do Porto, Portugal.

<sup>7</sup> SARAIVA, F.R. dos Santos. **Dicionário latino-português**. Garnier, Rio de Janeiro, 2000.

atores que interpretam vilões, e o fazem bem, são censurados e muitas vezes agredidos nas ruas por parecerem tão reais, um livro, diga-se um *best seller*, de repercussão mundial, deve grande parte de seu sucesso aos tradutores que o difundiram.

Neste trabalho, propõe-se uma reflexão sobre a posição do tradutor ao longo dos séculos, com enfoque em conceitos como a intraduzibilidade, modelo ideal de tradução e as abordagens funcionalistas, especificamente no que diz respeito aos textos clássicos ou filosóficos e acadêmicos, as tipologias destacadas neste estudo.

## 2.1 A tradução e a postura dos tradutores ao longo dos séculos

Cogita-se o início dos estudos de tradução no século IV a.C., quando Aristóteles traçou uma relação de tradução ou de “significação natural” entre a alma e as coisas. Isso se reproduziu na sua visão das palavras como signos arbitrários dos afetos da alma. Nessa concepção, a língua é vista como um conjunto de nomes agregados a ideias; ou seja, a língua seria ela mesma já uma tradução (AUROUX 1990, p. 2628 apud Silva, 1998, p. 14).

O surgimento da consciência de impossibilidade da tradução surgiu no século XVIII em meio ao relativismo cultural, como afirma Silva:

No relativismo cultural [...] desenvolveu-se a consciência da impossibilidade da tradução de uma cultura ou discurso para outra cultura ou língua. Essa postura ia contra a concepção de tradução vigente ainda no séc. XVIII, praticada, sobretudo na França, que se deixa resumir no termo *belle infidèle* e que se baseava numa submissão absoluta no ato da tradução à batuta da língua de chegada. Nesse modelo da *belle infidèle* parte-se do pressuposto — metafísico — que afirma a separação entre os significantes e os significados. A infidelidade diz respeito apenas à forma — i. e. ao significante do texto de partida — pois se acredita na possibilidade da passagem total da mensagem para a língua de chegada. (SILVA, 1998).

No final do século XVIII, Alexander Fraser Tytler retrata a tradução como necessária. Ele escreveu a primeira monografia dedicada à tradução, na qual define os *princípios tradutórios*, com base em sua experiência como tradutor literário. Estes princípios são (TYTLER, 1978: p. 9):

- 1) a tradução deve reproduzir em sua totalidade a idéia do texto original;

2) o estilo da tradução deve ser o mesmo do original; e

3) a tradução deve ter toda a fluência e a naturalidade do texto original.

Sobre isso, Silva também escreve que “no final do séc. XVIII vê-se a *Bildung* (formação-cultura) de uma nação como dependente da sua capacidade não tanto de ‘abrir-se’ ao outro, ao ‘estrangeiro’, mas sobretudo como a capacidade de saída de si, de passar para o estrangeiro” (SILVA, 1998).

Nessa mesma época, Goethe desenvolveu o seu famoso conceito de literatura universal, que está vinculado à prática da tradução. O gênero literário que circulava na época era o romance, que levou a prosa ao seu apogeu, forma esta que era utilizada já há muito na tradução das poesias da antiguidade greco-romana. Goethe estabeleceu uma tipologia das traduções que se tornou paradigmática para toda teoria da tradução realizada desde então (SILVA, 1998). Esta, segundo sua obra *Westöstlicher Divan* (1819), é a seguinte:

Existem três gêneros de tradução. O primeiro nos torna familiar com o estrangeiro dentro do nosso espírito próprio; para tanto uma tradução despretentosa em prosa é o melhor. [...] Segue-se depois uma segunda época na qual está-se em condições de se transpor para o estrangeiro mas só há propriamente esforço em se apropriar do espírito estranho e em reapresentá-lo com o [nosso] espírito próprio. Esta época eu gostaria de denominar de paródica, no sentido mais puro dessa palavra. [...] Os franceses utilizam esse gênero na tradução de todas obras poéticas [...].

Por que não podemos estancar nem na perfeição nem na imperfeição, mas antes sempre deve ocorrer uma mudança após a outra, assim vivenciamos o terceiro período que pode ser denominado de o último e o mais elevado, a saber aquele no qual procura-se fazer da tradução algo idêntico ao original, de modo que um não apenas deva valer ao invés do outro, mas sim ocupar o seu lugar.

Esse gênero sofre a princípio a maior resistência; pois o tradutor que se agarra firmemente ao original como que abandona a originalidade da sua nação e assim surge um terceiro para o qual o gosto da multidão ainda tem que se adaptar (SILVA, 1998, p. 16).

Nesse mesmo sentido, Schlegel (1967, p. 239) propôs um modelo de tradução para os textos clássicos: “Para se poder traduzir perfeitamente dos antigos para a Modernidade o tradutor deveria dominar essa última a ponto de poder, porventura, fazer toda a Modernidade; mas ao mesmo tempo entender a Antigüidade de tal modo que ele não simplesmente a imitasse, mas antes pudesse, por ventura, recriá-la”. Até hoje, essa é a postura mais adotada

pelos leitores de textos da antiguidade clássica como será tratado adiante (seção 2.4), pois é a partir do entendimento das línguas clássicas que a tradução flui ao ponto de se distanciar do modelo antigo de tradução mimética, ou seja, a cópia literal dos textos da época. Pode-se elucidar esta passagem com a citação de Gadamer (1990):

[...] o processo linguístico torna-se especialmente elucidativo na medida em que uma conversa em duas línguas estranhas entre si é possibilitada por meio da tradução e da versão. O tradutor deve verter aqui o sentido a ser entendido para o contexto no qual o parceiro da conversa vive. Reconhecidamente, isso não significa que ele possa falsificar o sentido que o outro quer dizer. Antes, o sentido deve ser mantido, mas, uma vez que ele deve ser entendido em um outro mundo linguístico, ele deve se impor aí de um modo novo. Portanto, toda tradução é já interpretação [...] (SILVA, 1998, p. 19).

O texto de chegada depende intimamente da interpretação do seu tradutor, que, apesar de traduzir as palavras e os pensamentos do autor do texto, inconscientemente reflete sua interpretação no resultado final de sua tradução. De volta à analogia do ator, iguais personagem interpretados por atores diferentes serão distintos uns dos outros devido à interpretação pessoal de cada ator. Alguns outros teóricos da tradução também comungam dessa opinião, como Arrojo:

é impossível resgatar integralmente as intenções e o universo de um autor, exatamente porque essas intenções e esse universo serão sempre, inevitavelmente, nossa visão daquilo que possam ter sido. [...] O autor passa a ser, portanto, mais um elemento que utilizamos para construir uma interpretação coerente do texto. [...] O foco interpretativo é transferido do texto, como receptáculo da intenção “original” do autor, para o intérprete, o leitor, ou o tradutor. [...] Significa que, mesmo que tivermos como único objetivo o resgate das intenções originais de um determinado autor, o que somente podemos atingir em nossa leitura ou tradução é expressar nossa visão desse autor e suas intenções. [...]. Em outras palavras, nossa tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto “original”, mas àquilo que considerarmos ser o texto original, àquilo que considerarmos constituir-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será [...] sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos. (2000, p. 40-44).

Do mesmo modo, pode-se ler em Wolfram Wilss (1996, p. 5 apud Bohunovsky, 2001, p. 55), que a tradução é “consideravelmente determinada pela personalidade do tradutor” e que o texto de partida “é manipulado pela visão de texto [do tradutor], seus usos, habilidades e experiências lingüísticas, suas capacidades de resolver problemas, sua rotina, criatividade e

sua empatia” (idem., p. 145). Além disso, esse teórico afirma que a tradução é “uma rede muito delicada de fatores pessoais, textuais, socioculturais, históricos e mentais” (ibid., p. 76).

Existem três impossibilidades na tradução: a impossibilidade da fidelidade; a impossibilidade da invisibilidade; e a impossibilidade de tradução, a intraduzibilidade. Esta tem sido constantemente debatida no meio tradutório, principalmente em relação à tradução de textos clássicos repletos de termos filosóficos.

## 2.2 Intraduzibilidade

Derrida (1998, apud Silva, 1998, p. 25) demonstra em diversos estudos sua tese da inconsistência da traduzibilidade, principalmente no que diz respeito à tradução de conceitos que desempenham um papel-chave na história da filosofia. Para ele, ao traduzir estes termos, nunca se consegue captar todo o significado, o que acarretará perda do sentido original.

Para Derrida (1998, p. 261 apud Ottoni, 2001), a intraduzibilidade está estreitamente ligada à língua materna. O teórico afirma que: “falar idiomáticamente seu idioma é o que se chama de língua materna, o de que não se apropria, e acolher o outro na sua língua é levar em conta naturalmente seu idioma”. O tradutor está em meio a esta tensão, ante ao “in-traduzível do idioma, e tendo que apreender de outro modo esta intraduzibilidade”.

Derrida vai mais além quando diz que “os textos traduzidos nunca dizem as mesmas coisas que os textos originais, sempre ocorre algo de novo; o paradoxo da tradução é o fato de que um texto traduzido chega a outra coisa, mas outra coisa que está em relação consigo mesma”(DERRIDA, 1999, p. 62 apud Ottoni, 2001).

Os textos clássicos ou filosóficos podem ser classificados como textos sensíveis à tradução justamente por conta dos conceitos que não possuem equivalentes reais. Porém, essa questão não impede que esse tipo de texto seja bem traduzido. Para Silva, “a filosofia é ‘mais poética’ do que se costuma crer e, portanto, ela também é radicalmente intraduzível — e, por isso mesmo, deve ser traduzida” (1998, p. 27).

## 2.3 Invisibilidade e fidelidade

Ao utilizar novamente o esquema de Tytler como referência, depreende-se dele que o objetivo principal do tradutor seria permanecer o mais “fiel” possível ao original em sua totalidade e ficar “invisível” no texto traduzido, pois o objetivo fundamental de qualquer tradução seria a “reprodução” do “original” em outro código (BOHUNOVSKY, 2001). Porém, como visto anteriormente, ambos os conceitos, fidelidade e invisibilidade, estão intimamente relacionados à interpretação do tradutor. A respeito disso, Ruth Bohunovsky afirma que:

a “fidelidade” na tradução não é mais entendida como a tentativa de “reproduzir” o texto de partida, mas está sendo relacionado à inevitável interferência por parte do tradutor, à sua interpretação e manipulação do texto. O tradutor é entendido como um sujeito inserido num certo contexto cultural, ideológico, político e psicológico - que não pode ser ignorado ou eliminado ao elaborar uma tradução. O tradutor tornou-se “visível”. (2001, p. 54).

Não existe ainda um consenso sobre a interferência do tradutor no texto. Da mesma forma em que há o enaltecimento do tradutor, há também sua diminuição, como pode ser observado em Arrojo (1993, p. 29), que alega que “qualquer tradução será sempre ‘infel’, em algum nível e para algum leitor, sempre ‘menor’, sempre ‘insatisfatória’, em comparação a um original idealizado e, por isso mesmo, inatingível”. Porém, as abordagens funcionalistas da tradução defendem que esta deve estar sempre subordinada à função do texto e que a fidelidade deixou de ter papel de destaque em várias tipologias textuais, à medida que deram mais espaço para o tradutor decidir suas escolhas e refletir sobre elas.

## 2.4 As abordagens funcionalistas

As abordagens funcionalistas consideram a tradução como um ato de comunicar e compreender o significado dos termos em função do contexto, ou seja, as abordagens funcionalistas definem a tradução como uma atividade propositalmente transcultural e

afirmam que a forma linguística do texto-alvo é determinada pelo propósito que lhe cabe cumprir. Essas abordagens vão compreender teorias de comunicação, culturais, entre outras (SCHÄFFNER, 2009).

Vários estudiosos se dedicaram ao estudo da abordagem funcionalista na tradução, principalmente na Alemanha nas décadas de 80 e 90. Bühler (1934 apud Schäffner, 2009, p. 116) foi um dos precursores deste estudo, ele definiu O *Darstellungsfunktion*, *Ausdrucksfunktion* e *Appelfunktion*, que se referem, respectivamente, à representação dos objetos e fenômenos, à atitude do autor do texto em relação a tais fenômenos e ao apelo ao receptor do texto. Depois de Bühler, Reiß (1971, 1976, 2000 apud Schäffner, 2009, p. 116) desenvolveu uma tradução voltada às tipologias textuais a fim de obter critérios estritamente objetivos para assegurar a qualidade das traduções. Com base nas três funções de Bühler, ela identificou três tipos de textos – informativos, expressivos e apelativos – os quais associa aos métodos de tradução (SCHÄFFNER, 2009). Esta associação encontra-se resumida no quadro abaixo:

**Quadro 1:** Quadro explicativo sobre a tradução em função da tipologia textual desenvolvido por Reiß a partir do estudo de Bühler.

Tipologia textual	Exemplo	Objetivo da tradução	Procedimentos para a tradução de qualidade
<b>Informativo</b>	Relatórios e livros didáticos	Invariância de conteúdo	Transmitir informações na íntegra.
<b>Expressivo</b>	Textos literários	Comunicação do conteúdo artístico	Identificar a intenção artística e criativa do autor do texto fonte e transmiti-la em uma organização artística análoga.
<b>Apelativo ou operacional</b>	Textos publicitários	Convencer o leitor	Provocar nos leitores do texto-alvo as mesmas reações comportamentais dos leitores do texto-fonte e o método utilizado é a adaptação.

Nota-se que Reiß, quando discute a tradução das tipologias textuais, o faz com o intuito de preservar a função do texto de partida. Ela está ciente do fato de que há mudanças de função na tradução, mas as vê como exceções. Então, o foco de sua abordagem ainda é o texto de partida (HÖNIG, 1997).

Hans Vermeer deu um passo à frente de Reiß. Ele colocou a tradução no contexto da pragmática sociolinguística. De acordo com ele, os textos são produzidos para receptores específicos e com propósitos específicos. Este princípio também se aplica aos tradutores. As ideias de Vermeer ficaram conhecidas como teoria do *skopos*. A palavra grega *skopos* representa o propósito da tradução, que é decidida pelo tradutor. Ele pode ser responsabilizado por suas escolhas tradutórias pelos receptores e clientes. Para agir responsavelmente, no entanto, os tradutores devem ter a liberdade de decidir em co-operação com seus clientes para o interesse de ambos (HÖNIG, 1997). Para essa abordagem, é importante entender que o texto original não pode mais ser visto como intocável ou “sagrado”, e o propósito (*skopos*) da tradução não pode mais ser deduzido do texto fonte, mas depende dos leitores do texto de chegada. A fim de produzir uma tradução adequada, o tradutor tem de estar familiarizado com situações específicas dos receptores de sua tradução na cultura-alvo (Idem, 1997).

As abordagens funcionais da tradução dão aos tradutores a orientação de que precisam para tomar decisões. No entanto, não há soluções simples. Os tradutores devem ser capazes de refletir e observar as ligações entre cada um dos itens do texto, o contexto, a função do texto fonte e o propósito (*skopos*) do texto-alvo inserido em sua situação cultural (HÖNIG, 1997).

Seguindo a linha dos estudos funcionalistas da tradução, no modelo de Holz-Mänttari, o texto é visto como mera ferramenta para realizar as funções comunicativas e é totalmente subordinado ao seu propósito, podendo sofrer modificações radicais para o interesse do leitor do texto-alvo. O tradutor é unilateralmente comprometido com a situação-alvo, pois é, sobretudo, a mensagem e a missão que devem ser rendidas aos desejos do cliente.

Pode-se perceber que, ao longo dos estudos sobre as abordagens funcionalistas, o foco deixou de ser o texto-fonte e passou a ser o texto-alvo e, do mesmo modo, o propósito da tradução se adequou ao receptor do texto. Sobre o assunto, Schäffner (2009) afirma que:



O ponto principal das abordagens funcionalistas é o seguinte: não é o próprio texto fonte, ou seu efeito sobre o leitor fonte, ou a função atribuída a ele pelo autor que determina o processo tradutório e a composição lingüística do texto-alvo, como é postulado pelas teorias baseadas na equivalência, mas sim a função prospectiva ou o propósito do texto-alvo determinado pelas necessidades do cliente. Consequentemente, o propósito (*skopos*) é constantemente limitado pelo usuário do texto de chegada (seja ele leitor ou ouvinte) e sua situação e bagagem cultural. [...] Assim, em adição à teoria lingüística, as abordagens funcionalistas inspiram-se nas teorias (interculturais) da comunicação, da ação e textual, assim como as teorias de recepção literária (p. 116).

Essa mudança de foco de reprodução do texto de origem para os desafios mais independentes de produção do texto-alvo trouxe um elemento importante de inovação para a teoria da tradução. A atenção se voltou para os aspectos funcionais da tradução e a explicação das decisões de tradução. Assim, os tradutores passaram a ser vistos como autores dos textos-alvo e como peritos competentes do ato tradutório, uma evolução que os liberta das limitações e restrições impostas por uma concepção estritamente definida de fidelidade somente ao texto-fonte (SCHÄFFNER, 2009).

Pelo visto, pode-se perceber que a abordagem funcionalista da tradução permite maior liberdade por parte do tradutor sem se ater ao texto-fonte como um modelo rígido a ser traduzido. Porém, uma tradução adequada deve mencionar tudo o que é importante dentro do contexto da frase, ou seja, deve ser semanticamente precisa. Segundo Hönig (1997), as palavras e frases devem ser trocadas se a tradução pretende atingir o mesmo sentido do texto original e, então, explica que:

na tradução focada em textos expressivos, a informação e o apelo são menos importantes do que a expressão, por exemplo: rimas, imagens e aliterações devem ser preservadas ao se traduzir poesias. Porém, quando se traduz um texto do tipo informativo (como os manuais), a informação deve ser preservada, mesmo que isso signifique a perda da expressão ou do apelo focado no texto original (p. 8).

Portanto, não há dúvidas de que as funções da linguagem e as funções comunicativas interferem diretamente na tradução. Porém, nenhum texto contém apenas uma função da linguagem e a muitos não podem ser atribuídos apenas uma tipologia específica. O estudo em

questão, por exemplo, envolve duas tipologias textuais – o texto acadêmico e o texto clássico – por isso, a tradução também procedeu de duas maneiras distintas em função dos textos.

## 2.5 Tradução e tipologia textual

Neste estudo serão abordadas duas tipologias textuais, o texto acadêmico e o texto clássico/filosófico. Um discurso pode ser classificado tanto por sua função comunicativa como por sua tipologia. A teoria descrita na seção anterior trata da abordagem funcionalista da tradução, ou seja, a tradução em função do propósito do texto. Outro modo de se traduzir um texto seria pela análise de sua tipologia, comparando-a na língua fonte e na língua-alvo.

O registro da língua muda a cada tipologia. Por exemplo, textos religiosos, jurídicos, jornalísticos, científicos, técnicos e outros apresentam diferentes abordagens de linguagem que caracterizam cada um desses tipos. Esses registros vão se refletir em convenções das tipologias textuais típicas de cada nação, pois, evidentemente, a cultura interfere diretamente nessas tipologias.

A análise da tipologia textual, bem como a de gênero e função comunicativa, pode ajudar o tradutor a desenvolver estratégias que facilitam o seu trabalho e o torna consciente das várias decisões a serem tomadas e procedimentos a serem escolhidos ao longo da tradução e, ainda, das restrições que serão encontradas ao longo do processo tradutório (TROSBORG, 1997).

Outro aspecto a ser observado na tradução com base na tipologia textual é a relação entre o remetente e o destinatário. À medida que o tradutor percebe e entende essa relação, ele é capaz de identificar distinções básicas da linguagem tais como o nível de formalidade e intimidade (PIÑA, NUCAMENDI, FARMER, 2010).

As próximas subseções contêm características das tipologias adotadas neste trabalho bem como os procedimentos de tradução a serem tomados a fim de atingir uma tradução adequada juntamente com uma reflexão sobre o processo.

### 2.5.1. A tradução de textos acadêmicos

Para se traduzir um texto acadêmico, o primeiro passo é analisar todas as circunstâncias que o permeiam. A tradução desse tipo de textos é multifacetada e envolve questões complexas que variam desde terminologia às convenções culturais e de gênero. Por isso, os tradutores têm de desenvolver uma consciência cultural ao lidar com este tipo de texto, isto é, eles devem conhecer as características típicas do gênero e reconhecer que nem sempre essas serão as mesmas no texto-alvo (PETERLIN, 2008).

A intenção da tradução de um texto acadêmico é transferir cuidadosamente a informação do texto de partida da forma mais precisa possível, já que essa pode contribuir para uma determinada área de estudo. Além do mais, para que a tradução tenha uma boa aceitabilidade, ela deve apresentar boa legibilidade, respeitar as normas culturais e as convenções da língua-alvo (KUSSMAUL, 1997).

Um texto com um propósito específico em uma situação específica pode ser classificado em categorias como, manuais, poemas, anúncios e outros. Tais categorias são chamadas de gênero. As pesquisas sobre o gênero textual foram inseridas na tradução lentamente e pouco se estuda sobre esse tema (TROSBORG, 1997).

De um lado, a continuidade dessas pesquisas seria de grande ajuda para a tradução, porque, ao identificar o gênero textual, o tradutor já tem o ponto de partida para seu trabalho. De outro, o gênero textual não representa a função do texto, pois um texto jornalístico pode surgir de uma narrativa coloquial e diferentes gêneros textuais podem ser linguisticamente parecidos, como jornais e revistas. Assim, as tipologias e funções comunicativas tornaram-se mais relevantes para o estudo de um texto do que o próprio gênero (TROSBORG, 1997).

Ao estudar a tipologia de textos técnicos e científicos, Göpferich (1995 Apud Kussmaul, 1997, p. 71) observou que a flexibilidade da macroestrutura varia de acordo com o tipo específico do texto. Quanto menos técnico for o texto, mais flexível será sua estrutura.

O texto estudado neste trabalho apresenta uma estrutura rígida típica do gênero e, além disso, um preciosismo de informações e da própria língua. Esses aspectos devem ser refletidos na tradução, pois eles também representam a característica de estilo do próprio autor do texto.

Há várias semelhanças entre o texto acadêmico a ser traduzido e o texto acadêmico brasileiro. Isso se dá pelo fato de existirem normas técnicas seguidas mundialmente nesta tipologia, como tipo de formatação, referência e abreviações, que, caso não fossem respeitadas, possivelmente trariam prejuízos à autoridade e ao objetivo do texto-fonte (KUSSMAUL, 1997).

Por outro lado, o texto também apresenta algumas divergências. Talvez uma delas resida no grande número de notas dedicadas à referência, enquanto nos textos acadêmicos brasileiros elas são normalmente citadas ao longo do texto principal. Outra poderia ser relacionada ao estilo pessoal ao contrário do impessoal, geralmente utilizado na língua portuguesa. O estilo impessoal foi adotado ao longo da tradução do livro de De Jonge porque a impessoalidade é uma característica do discurso acadêmico usada para criar um distanciamento entre o autor e as ideias expressas no texto, assim, transmitindo uma impressão de objetividade (PETERLIN, 2008).

Essas mudanças de estilo são necessárias porque o inglês, diferentemente do português, permite uma grande variedade de registros, variando de acordo com o tipo de receptor do texto. Por isso, ao se traduzir um texto, não somente os acadêmicos, o tradutor não pode omitir a carga cultural presente em textos de outras línguas, pois, desse modo, ele assume que todos os sistemas escritos são o mesmo e ignora os aspectos culturais das convenções de outras línguas (PIÑA, NUCAMENDI, FARMER, 2010).

Por último, o tradutor deve balancear o status do autor do texto fonte, seu próprio *status* e o *status* do receptor cuidadosamente antes de tomar qualquer decisão (KUSSMAUL, 1997).

### 2.5.2 A tradução de textos da antiguidade clássica e filosóficos

Como em qualquer tradução, ao se traduzir textos clássicos e filosóficos, o tradutor tem de levar em conta não somente o que ele irá traduzir para a língua de chegada, mas toda a poesia que permeia o texto original, isso inclui a sonoridade das palavras e a sua disposição.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> CF. Silva, 1998.

Derrida critica várias traduções de filosofia, pois afirma que estas estão na “contramão do discurso filosófico”. Ele nega a possibilidade de uma linguagem filosófica como “meta-linguagem formalizável, constativa e objetiva”. Por outro lado, os defensores da filosofia como construção de um discurso objetivo creem que é possível eliminar a ambigüidade da linguagem e acreditam num modelo lingüístico que a reduz a um sistema de signos que se limitam a denotar objetos, ou seja, na possibilidade de uma tradução integral entre as diversas línguas (SILVA, 1998).

A tradução tem um papel importantíssimo nos estudos clássicos. Hoje, é possível se encontrar boas traduções para se estudar a literatura latina e grega. Com a perda do preconceito em relação à tradução, surgiram os textos bilíngües latim/português, grego/português, que estimulam o estudo da língua e a análise da literatura no texto original (MAFRA, 1987). Maronitis discorre acerca da importância da tradução de textos da antiguidade clássica na seguinte citação:

*Quando os textos clássicos permanecem intraduzidos, eles permanecem em um tipo de existência letárgica enquanto que a tradução traria esses textos de volta a vida despertando-os e energizando-os, assim, permitindo a comunicação deles conosco. Ao mesmo tempo, esses textos revelam detalhes de sua origem (histórica, literária e estética) e ao fazê-lo, eles se libertam dos grilhões da mitologia dogmática que os aprisionam no presente e também servem ao propósito de provar seu verdadeiro valor, dessa vez, no contexto da cultura contemporânea, uma cultura que eles afetam ao mesmo tempo que são afetados por ela (2008, p. 374).*

Existe um modelo de tradução que pode ser considerado como ideal para o público clássico. Este consiste numa tradução realizada a partir do original, já que as traduções feitas de outras traduções são severamente criticadas no mundo clássico, sem adaptações, eufemismos, domesticações, sem muitas interferências por parte do tradutor, ou seja, uma tradução o mais fiel possível ao texto original. Como defensor dessa tradução “fiel”, Souza faz a seguinte afirmativa:

Por isso mesmo e, sobretudo para não mutilar ainda mais uma obra tão sacrificada em sua malha métrica e em sua música, não aceitamos os recursos ridículos das reticências ou da tradução em latim para os textos escabrosos. É necessário que haja

coragem suficiente para que o tradutor seja fiel ao texto original procurando a equivalência dos termos portugueses aos étimos gregos (1984, p. 263).

Portanto, uma boa tradução de textos clássicos exige um bom domínio das línguas pelo tradutor, para que possa traduzir diretamente do texto original e a fidelidade ao texto de partida de modo a transferir os aspectos históricos e culturais da época, tanto quanto possível.

Por ser um texto tão repleto de termos de difícil tradução, um artifício muito utilizado pelos tradutores de textos da antiguidade clássica são as notas explicativas, que representam uma de suas principais características. Estas notas compõem o denominado paratexto.

## 2.6 Paratexto

Segundo Muzzi, o livro anterior à imprensa era como uma mímese do discurso oral e transcrito de forma contígua da primeira à última frase. Sua organização era de acordo com o conteúdo do manuscrito. O título era uma espécie de etiqueta destinada à identificação do livro. A novidade desse livro era o colofão, figura emblemática e precursora do paratexto, que fornecia informações sobre sua produção, o nome do copista, a data e o lugar da realização ao final do manuscrito (MUZZI, 2008).

Com o advento da imprensa, houve a substituição do modelo linear oral pelo modelo espacial da escrita. Essa modificação determinou uma nova organização representada pelo paratexto e pela própria disposição do texto em capítulos e parágrafos. O novo arranjo do livro tinha por objetivo permitir ao leitor, ou ao público, uma imagem prévia do livro que lhe possibilitava avaliar o produto a ser adquirido (MUZZI, 2008). Assim, surgiu a paratextualidade, que seria a relação de acompanhamento de um texto em relação a outro, como é o caso dos títulos, nome do autor, prefácio, posfácio, epígrafe, dedicatória etc.

Como referência para o estudo de paratextos, tem-se Genette com seu livro *Thresholds of Interpretation*, no qual ele afirma que “o paratexto, em todas as suas formas, é um discurso que é fundamentalmente heterônimo, auxiliar e dedicado ao serviço de algo (texto) distinto de si mesmo que constitui sua *raison d’être*” e que o “elemento paratextual é sempre

subordinado ao seu texto e essa funcionalidade determina a essência de seu encanto e existência.” (Genette, 1997, p. 12).

Os paratextos são muito importantes na medida em que oferecem todas as informações necessárias para quem deseja adquirir um livro, além de fazerem a própria propaganda, como reafirma Tahir-Gürçaglar (2002, p. 45): “esses elementos exercem uma forte influência na recepção do texto, pelo menos no início, antes de o processo da leitura do texto real começar.”

Hoje, os paratextos são alvos de estudo não somente para a análise do discurso como também para a tradução, pois situam o tradutor sobre o tema e o contexto do livro e oferecem várias informações que ajudam o tradutor em sua tarefa. Kos afirma isso ao dizer que: “o estudo dos paratextos translacionais é particularmente importante, pois estes oferecem informações valiosas na apresentação e recepção de textos traduzidos dentro do clima-alvo histórico e cultural.”. (KOS, 2007, p. 59).

Portanto, percebe-se que, embora o paratexto apresente caráter secundário em relação ao texto principal, ele exerce um papel importante para as instituições literária e editorial, pois é por meio dele que um texto se torna livro. Por outro lado, o paratexto constitui um meio de controle do autor ou do editor sobre o livro, já que é o lugar por excelência onde se estabelecem critérios de recepção e consumo. Essa função publicitária e estratégica visa a situar o leitor no espaço social da leitura, a determinar uma atitude de leitura, e a instituir o texto como lugar de investimento (MUZZI, 2008).

Essa visão também está presente no livro de Genette quando ele discorre sobre a função dos paratextos:

[the paratext exists] in order to present [the text], in the usual sense of this verb but also in the strongest sense: to make present, to ensure the text's presence in the world, its “reception” and consumption in the form (...) of a book. (...) The paratext is what enables a text to become a book and to be offered as such to its readers and (...) to the public (Genette 1997, p. 1).

Figueiredo também discorre sobre a função do paratexto e a sua influência sobre o leitor: “as funções de todos estes paratextos são variáveis, mas todos são mediadores entre o

texto e o leitor e podem potencialmente influenciar a leitura e a recepção do texto” (Figueiredo, 2004, p. 1).

Muitos tradutores e estudiosos da tradução não aprovam o uso do paratexto, principalmente dentro do texto, pois alegam que a introdução destes podem distrair ou confundir os leitores. Porém, segundo Genette (1997 apud LUCAS, 2001, p. 116), a intertextualidade por trás de cada texto influencia na leitura. Assim, o leitor deve conseguir, além de interpretar a leitura, perceber a relação de todos os textos. A percepção dessa relação não atrapalha a leitura, mas, sim, proporciona uma leitura diferente.

A análise de Genette sobre o paratexto é deste como um potencial disseminador do próprio texto. Para Derrida, os prefácios, preâmbulos, introduções, prolegômenos e outros textos do gênero são sempre escritos tendo em vista o seu próprio esvaziamento, sendo que essa operação sempre deixa um “traço”, uma “marca”, que se ajusta ao texto subsequente (DERRIDA, 1993, p. 15 apud LUCAS, 2001, p. 117). É um indício da não individualização do texto, da perda de fronteiras, da heterogeneidade das matérias textuais (LUCAS, 2001).

Os paratextos a serem focados neste estudo são as notas. O texto filosófico e clássico mantém uma relação direta com o uso das notas devido a sua íntima relação com a história. Portanto, a intertextualidade é parte integrante desses gêneros textuais. Para Silva, “Um texto filosófico está sempre em diálogo com a tradição; as notas são um dos modos de explicitar esse diálogo típico dessa forma.”

Como visto anteriormente, com o advento da imprensa, o uso de notas foi amplamente difundido em diversas áreas como a filosofia, história, ciências exatas e biológicas etc. Assim, aqueles que defendem a não utilização ou até condenam o uso das notas estão no sentido contrário da maré, como Derrida, quando afirma que uma tradução (teológica) ideal deveria ser exata, palavra a palavra, e dispensar o uso das notas, contrariando suas reflexões sobre a pluralidade de sentidos que habita qualquer texto e língua (SILVA, 1998).

Outro teórico a favor do paratexto é Walter Benjamin, que defende o paratexto ao dizer que, para as passagens difíceis e obscuras do texto sagrado, além de valorizar o texto, a introdução de notas num texto filosófico por parte do seu tradutor é parte de sua tarefa. Pode-se perceber isso quando utiliza as seguintes palavras ao elogiar a tradução de um capítulo do “Sohar” de Gershom Scholem:



A tradução do presente texto certamente não foi mais fácil que a de um poema perfeito. No entanto, os tradutores de poesia não dispõem via de regra sobre a renúncia que constitui aqui a condição do sucesso e que fornece ao mesmo tempo a regra do método: conectar a tradução ao comentário (BENJAMIN 1978, p. 694 apud SILVA, 1998, p. 30).

A seguir descreve-se um estudo detalhado sobre as notas contidas no texto de partida.

As notas referentes ao capítulo quatro de *Between Grammar and Rhetoric*, de Casper C. de Jonge, podem ser classificadas em nove tipos, a saber: 1) Referência sobre o tema no próprio livro; 2) Referência bibliográfica – autor e ano de publicação ex. *Cf. Sluiter (1998) 24 – 25*; 3) Referência a outros autores sobre o mesmo tema; 4) Comentário – contendo ou não referência a outros autores – sobre o tema; 5) De tradução – discussão de como foram traduzidos os termos em latim e grego; 6) Exemplificativas – complemento do assunto, às vezes com textos de outros autores; 7) Explicativas – explicação das escolhas feitas pelo tradutor; 8) Crítica – ao ponto de vista de outros autores e seus erros; 9) da editora.

O gráfico a seguir ilustra o número de ocorrências dessas notas ao longo do texto.

**Gráfico 2** - Gráfico sobre a ocorrência de notas ao longo do texto.



Por meio dos dados colocados, pode-se perceber a grande influência que as notas exercem sobre o texto e como compõem sua intertextualidade. É necessário que se abandone a visão que condena os paratextos, pois estes, além do que já foi dito, fornecem informações importantíssimas para pesquisadores na medida em que permitem que o texto ultrapasse os próprios limites.

As teorias aqui sugeridas são o ponto de partida para este estudo, pois ofereceram toda a base para as escolhas feitas durante a tradução do texto e se complementarão mais adiante com a seção 3.

# TRADUÇÃO

## CAPÍTULO QUATRO

### LINGUÍSTICA, COMPOSIÇÃO E ESTILO:

### O USO DAS PARTES DO DISCURSO POR DIONÍSIO

#### 4.1. Introdução

No capítulo anterior, examinei o conhecimento de Dionísio sobre a teoria gramatical das partes do discurso, a fim de estabelecer o seu lugar na história da gramática. Porém, Dionísio não escreveu tratados gramaticais. Como um retórico, ele utilizou as teorias dos gramáticos para seus próprios fins. Seus trabalhos sobre estilo e composição retórica oferecem uma possibilidade singular de observar como ambas as disciplinas, que foram possivelmente as mais proeminentes no mundo antigo, a saber, a gramática e a retórica, estavam integradas em um conjunto de ideias coerentes. Enquanto as ligações entre gramática e filosofia na antiguidade foram o assunto de várias publicações, os estudiosos deram menos atenção à relação entre a gramática antiga e a teoria retórica.<sup>1</sup> Um retórico que foca os aspectos do estilo pode aplicar a teoria das partes do discurso de várias maneiras. Dionísio parece ter utilizado essa teoria gramatical mais frequentemente do que outros professores de retórica.<sup>2</sup> Pode-se dizer que existem três diferentes áreas em que Dionísio lida com a teoria das partes do discurso (μορια λόγου). Como retórico (seção 4.3), ele considera as partes do discurso como os elementos básicos para a composição de textos. Assim, a descrição de determinados tipos de composição é baseada, de certa forma, na maneira como os escritores usam as partes do discurso. As μορια λόγου são tão importantes, que até se encaixam na definição geral de ‘composição’ (συνθεσις) no começo da obra *Sobre a Composição*. Esta definição de συνθεσις como ‘certo arranjo das partes do discurso’ leva a um panorama doxográfico dos pensadores anteriores sobre as partes do discurso. Aqui, podemos observar o segundo papel de Dionísio: como um ‘historiador da linguística’ (seção 4.2), ele discute o início da história da teoria das partes do discurso. Finalmente, como um crítico literário (seção 4.4), ele analisa o estilo de Tucídides ao avaliar o uso das partes do discurso pelo historiador: nesse contexto, a teoria das partes do discurso é empregada como instrumento para a análise literária.

---

<sup>1</sup> Para estudos sobre a conexão entre filosofia, gramática e retórica antigas, veja seção 1.1.

<sup>2</sup> No entanto, vou comparar passagens de Demétrio, Longino, Quintiliano e retóricos mais recentes que fazem uso da terminologia gramatical (veja seção 4.3 e 4.4).

É importante perceber que a ‘história da linguística’ de Dionísio é subordinada às suas ideias de composição e estilo. Na verdade, seria mais correto afirmar que existem apenas dois propósitos para os quais ele necessita das partes do discurso. Por um lado, a teoria das partes do discurso (μορια λόγου) oferece ao retórico o ponto de partida para o processo de composição, que coloca os ‘componentes da frase’ em conjunto como elementos. Por outro, a teoria possibilita ao crítico reduzir as particularidades estilísticas de uma frase ao modo como suas *partes* específicas têm sido usadas. Enquanto Dionísio pode de fato ser considerado um retórico e um crítico literário, seu papel de ‘historiador da linguística’ é bastante limitado. Entretanto, como a história de Dionísio sobre as μορια λόγου em *Sobre a Composição* 2 é inextricavelmente ligada à definição de composição (συνθεσις), escolhi discutir esta passagem relacionando-a ao uso das partes do discurso na composição e na análise estilística. Quando eu falo sobre as três ‘habilidades’ de Dionísio, o leitor deve entender que apenas duas delas são realmente parte das próprias intenções de Dionísio, enquanto a terceira (a de historiador da linguística) é subordinada às outras duas. Isso será esclarecido na próxima seção.

#### 4.2. Dionísio como um historiador da linguística

*Partes orationis quot sunt?*<sup>3</sup> Quantas partes do discurso existem? É com esta pergunta que o gramático romano Donato (que estava em atividade por volta de 350 a.C.) inicia sua *Ars Minor*. Sua resposta é: *octo*, ‘oito’. Tradicionalmente, aprende-se que o sistema composto por oito classes de palavra, as quais podem ser encontradas nos trabalhos de Apolônio Díscolo e na *Technê grammatikê*, foi resultado de um longo processo cumulativo: Platão identificou duas partes do discurso; Aristóteles, três ou quatro; os estoicos, cinco ou seis; e Aristarco e Dionísio o Trácio, oito.<sup>4</sup> Essa representação da história do sistema de classes de palavras vem sendo criticada nos últimos anos, mas ela é característica da historiografia tradicional da linguística, representada por estudiosos como Lersch (1838 – 1841), Schoemann (1862), Steinthal (1863), Benfey (1869), Robins (1967 e posteriores) e Lallot (1988).<sup>5</sup> Todavia, tanto quanto se sabe, o primeiro texto a apresentar a história do sistema de classes de palavras desse modo é o *De compositione verborum* de Dionísio de Halicarnasso.<sup>6</sup> Nesta seção, eu pretendo deixar claro que Dionísio pode ser considerado como o protótipo da abordagem tradicional ocidental da história da linguística. Em *Comp.* 2, Dionísio discute a história da teoria das partes do discurso (μορια ou μερη λόγου).<sup>7</sup> Ainda que breve, esta passagem pode ser

<sup>3</sup> A seção 4.2 foi publicada de maneira ligeiramente diferente da de De Jonge (2005a).

<sup>4</sup> Cf. Sluiter (1998) 24 – 25.

<sup>5</sup> Para objeções à representação tradicional da história do sistema de classes de palavras, veja Taylor (1987), Sluiter (1993) 131, Schenkeveld (1994) 270, Blank (1998) 174 e Matthaïos (1999) 492. Veja também a seção 4.2.4.

<sup>6</sup> Cf. Taylor (1987) 3. O método de Dionísio em discutir os pensadores mais antigos remonta a Aristóteles: veja seção 4.2.2.

<sup>7</sup> Além da história da teoria das classes de palavra de Dionísio (*Comp.* 2.6, 17-7, 21), o relato de Quintiliano (*Inst. Orat.* 1.4.17-21) será discutido neste capítulo (seção 4.2.3). Relatos de certa forma divergentes são Sch. D.

considerada como uma das primeiras histórias da linguística, o que poderia tornar Dionísio um dos primeiros historiadores da linguística.<sup>8</sup> Primeiramente, discutirei a relação entre a história do sistema de classes de palavras de Dionísio e o resto de sua obra *Sobre a Composição*; em seguida, comentarei algumas particularidades da ‘história da linguística’ de Dionísio e, finalmente, farei uma comparação entre a abordagem de Dionísio, a de Quintiliano e de historiadores da linguística mais recentes. Assim, espero responder à questão sobre que tipo de historiador da linguística Dionísio era realmente.

#### 4.2.1 A história de Dionísio sobre a teoria das partes do discurso

A história de Dionísio sobre a teoria das partes do discurso pode ser encontrada imediatamente após a definição de σύνθεσις (composição) no segundo capítulo de *Sobre a Composição*:<sup>9</sup>

Ἡ σύνθεσις ἔστι μὲν, ὥσπερ καὶ αὐτὸ δηλοῖ τοῦνομα, ποιά τις θέσις παρ’ ἀλλήλα τῶν τοῦ λόγου μορίων, ἃ δὴ καὶ στοχεῖα τινες τῆς λέξεως καλοῦσιν. Ταῦτα δὲ Θεοδέκτης μὲν καὶ Ἀριστοτέλης οἱ κατ’ ἐκείνους φιλοσοφῆσαντες τοὺς χρόνους ἄρχι τριῶν τροσῆγαγον, ὀνόματα καὶ ῥήματα καὶ συνδέσμους πρῶτα μέρη τῆς λέξεως ποιοῦντες. Οἱ δὲ μετὰ τούτους γενομένοι, καὶ μάλιστα οἱ τῆς Στωικῆς αἰρέσεως ἡγεμόνες, ἕως τεττάρων προὔβιβασαν, χωρίσαντες ἀπὸ τῶν συνδέσμων τὰ ἄρθρα. Εἴθ’ οἱ μεταγενέστεροι τὰ ποσηγορικά διελόντες ἀπὸ τῶν ὀνοματικῶν πέντε ἀπεφῆναντο τὰ πρῶτα μέρη. Ἐτεροὶ δὲ καὶ τὰς ἀντονομασίας ἀποζευξαντες ἀπὸ τῶν ὀνομάτων ἔκτον στοχεῖον τοῦτ’ ἐτοίησαν. Οἱ δὲ καὶ τὰ ἐπιρρήματα διελόντες ἀπὸ τῶν ῥημάτων καὶ τὰς προθέσεις ἀπὸ τῶν συνδέσμων καὶ τὰς μετοχὰς ἀπὸ προσηγορικῶν, οἱ δὲ καὶ ἄλλας τινὰς προσαγαγόντες τομὰς πολλὰ τὰ πρῶτα μόρια τῆς λέξεως ἐποίησαν· ὑπερὸν οὐ μικρὸς ἄν εἴη λόγος. Πλὴν ἢ γε τῶν πρώτων εἴτε τριῶν ἢ τεττάρων εἴθ’ ὅσων δὴ ποτε ὄντων μερῶν πλοκὴ καὶ

---

o Trácio, *G.G.I* (veja seção de convenções e abreviações Anexo IB) 3, 515, 19-521, 37 e Prisciano, *Inst.* II. 15-17 (*G.L.* II, 54, 5-55,3).

<sup>8</sup> Contudo, é bastante provável que Dionísio (e Quintiliano) tenha utilizado uma fonte mais antiga (que agora está perdida) para a história do sistema de classes de palavras. Poder-se-ia pensar em Asclepiades de Mirléia (veja seção 4.2.3).

<sup>9</sup> *Comp.* 2.6,17-7,21 (para uma versão resumida da visão geral de Dionísio, ver *Dem.* 48.232,20-233,2; cf. seção 3.7). Nessa passagem, é impossível traduzir os termos ὀνόματα, ῥήματα, σύνδεσμοι e etc. de maneira consistente, pois esses termos possuem um escopo diferente para cada um dos estádios que Dionísio distingue (ver seção 3.2): por exemplo, não se pode usar o termo ‘substantivo’ para ὄνομα de Aristóteles. Mesmo em um sistema com oito ou nove partes do discurso, a classe de palavras σύνδεσμοι abrange mais do que nossas ‘conjunções’ ou ‘conectivos’. No entanto, alguns leitores consideram útil ter uma indicação do significado dos termos na pesquisa de Dionísio. Não há solução satisfatória para esse problema, mas decidi preservar os termos gregos na tradução, enquanto adiciono as traduções usuais (parcialmente anacrônicas) desses termos entre aspas simples.

παράθεσις τα λεγόμενα ποιεῖ κῶλα, ἔπειθ' ἡ τούτων ἀρμονία τας καλουμένας συμπληροῖ περιόδους, αὗται δε τον σύμπαντα τελειοῦσι λόγον.

‘A composição é, como o próprio nome indica, um arranjo das partes do discurso, ou dos elementos de dicção, como alguns os denominam. Teodetes, Aristóteles e os filósofos de seu tempo conduziram o número delas para três, fazendo dos ὀνόματα (‘nomes’), ῥήματα (‘verbos’) e σύνδεσμοι (‘conjunções’) as partes primárias do discurso. Seus sucessores, em particular os líderes da escola estoica, levaram o número para além de quatro ao separar ἄρθρα (‘articulação’) de σύνδεσμοι (‘conjunções’). Em seguida, as gerações posteriores distinguiram o προσηγορικά (‘apelativos’) de ὀνοματικά (‘nomes próprios’) e apresentaram as partes primárias como cinco. Outros separaram ἀντονομασίαι (‘pronomes’) de ὀνόματα (‘nomes próprios’) e fizeram desse o sexto elemento. Ainda, outros separaram ἐπιρρήματα (‘advérbios’) de ῥήματα (‘verbos’), προθεσεις (‘preposições’) de σύνδεσμοι (‘conjunções’) e μετοχαι (‘participios’) de προσηγορικά (‘apelativos’); enquanto outros introduziram ainda mais divisões e, então, tornaram as partes primárias do discurso muito numerosas. O assunto poderia ser amplamente discutido, mas é suficiente dizer que a combinação ou justaposição dessas partes primárias – mesmo se há três, quatro, ou várias delas – formam o que se chama de orações. Depois, a junção destas constituem o que se chama de ‘período’ e estes compõem o discurso completo (λογος).’

Antes de observar mais atentamente a história de Dionísio sobre o próprio sistema de classes de palavras, deve-se considerar a relação entre essa passagem e sua teoria da composição. O motivo pelo qual Dionísio escreve uma história sobre a teoria das classes de palavras é que ele considera as partes do discurso (μόρια ou μέρη λόγου) como unidades centrais da composição. A composição é definida como ‘um arranjo das partes do discurso’ e Dionísio completa que alguns as chamam de ‘elementos de dicção’ (στοχεῖα τῆς λέξεως). Eu já aponte os antecedentes interessantes desse comentário: sabe-se que os filósofos estoicos consideravam as partes do discurso como στοχεῖα (elementos), mas se referiam a eles como τα στοχεῖα τοῦ λόγου (os elementos de enunciado significativo) enquanto seus στοχεῖα τῆς λέξεως eram as letras (elementos de som articulado). Dionísio é o único autor que se refere às partes do discurso como στοχεῖα τῆς λέξεως (ver seção 2.2, 3.2 e 3.3). Eu sugeri (na seção 3.5) que o uso de Dionísio dos στοχεῖα τῆς λέξεως para as partes do discurso une uma perspectiva filosófica (as partes do discurso como elementos) a uma abordagem retórica da linguagem como expressão (λέξις). Em qualquer caso, ao usar o termo στοχεῖα, Dionísio enfatiza a simetria entre os diferentes níveis de linguagem: as partes do discurso constituem o λογος, assim como as letras são os elementos de formação das sílabas. Esta visão da linguagem como estrutura hierárquica caracteriza todo o tratamento dado por Dionísio à composição: a συνθεσις desempenha um papel em todos os níveis da linguagem e as unidades de um nível são os elementos de construção das unidades dos níveis seguintes.

Assim, as sílabas são compostas de letras; as palavras (ou partes do discurso), de sílabas; frases, de palavras; períodos, de frases; e o discurso, de períodos. Como mencionei anteriormente (seção 2.2), essa visão atomista da linguagem pode ser encontrada em muitos outros textos antigos, como nos tratados de metro e música de Heféstion e Aristides Quintiliano.<sup>10</sup> Do mesmo modo, pode-se comparar o método de Apolônio Díscolo sobre sintaxe (συνταξίς), que parece ser influenciado pelas ideias estoicas.<sup>11</sup>

Quando se compara a versão da história da teoria das classes de palavras de Dionísio com outras versões (antigas ou modernas), podem-se destacar inúmeras diferenças bastante interessantes.

1. Dionísio começa a sua visão geral por Aristóteles e seu aluno Teodetes, deste modo omitindo Platão, ao passo que os historiadores modernos de gramática geralmente observam que Platão já distinguia ὄνομα de ῥημα.<sup>12</sup> No entanto, é interessante o fato de Dionísio afirmar que Teodetes e Aristóteles ‘conduziram’ as partes do discurso: a palavra que ele usa para descrever isso, προσήγαγον, é literalmente ‘levaram adiante’. Essa palavra já contém a ideia de processo gradual, que caracteriza toda a passagem sobre a história do sistema de classes de palavras. Quando Dionísio diz que Aristóteles distinguia três ‘partes do discurso’, ὄνομα, ῥημα e σύνδεσμος, ele provavelmente está se referindo à *Retórica*. Em sua *Poética*, Aristóteles ainda mencionou ἄρθρον, invenção que Dionísio atribui aos estoicos.<sup>13</sup>
2. Dionísio dá crédito aos estoicos pela distinção de ἄρθρον. Ele atribui a distinção de προσηγορικόν (apelativo) aos οἱ μεταγενέστεροι, ‘aos posteriores’. Como se sabe que a distinção entre os nomes próprios e os apelativos foi, definitivamente, uma

<sup>10</sup> Cf. Van Ophuijsen (1987) 8-9 e Barker (1989) 393-394

<sup>11</sup> Apolônio Díscolo, *Sint.* I.2: ὥς τα στοιχεῖα τὰς συλλαβὰς ἀποτελεῖ κατὰ τὰς ἐπιπλοκάς, οὕτω καὶ ἡ σύνταξις τῶν νοητῶν τρόπον τινα συλλαβὰς ἀποτελέσει διὰ τῆς ἐπιπλοκῆς τῶν λέξεων. Καὶ ἔτι ὅν τρόπον ἐκ τῶν συλλαβῶν ἡ λέξις, οὕτως ἐκ τῆς καταλλελότητος τῶν νοητῶν ὁ αὐτοτελής λόγος. ‘É assim como os elementos (i.e. letras) compõem sílabas de acordo com suas combinações, então, por sua vez, a combinação estrutural (*Sintaxe*) de significados irá de uma certa forma produzir sílabas (i.e. sentenças) ao combinar palavras. Assim como a palavra é feita de sílabas, então a sentença completa é feita da colocação gramatical de significados.’ (Tradução adaptada de Householder). Sobre esse texto, veja Blank (1982) 30-31 e Sluiter (1990) 44-46. Nota-se que a formulação de Dionísio (Comp. 2.7-18) τελειοῦσι λογὸν parece-se com o conceito de Apolônio do αὐτοτελής λόγος, mas λόγος para Dionísio é um texto (discurso) e não uma oração. Veja também Apolônio Díscolo, *Sint.* IV. 16: Εἴφαμεν γὰρ καὶ κατὰ τὰς ἀρχὰς τῆς ἐκδόσεως, ὥς τα στοιχεῖα τοῦ λόγου τὸν αὐτὸν τρόπον ἐπέχει τοῖς στοιχείοις τῆς λέξεως. ‘No começo deste tratado dissemos que os elementos da oração se comportavam de maneira similar aos elementos da palavra’ (Tradução de Householder). Swiggers & Wouters (1995) 37 n. 46 também apontam para a similaridade entre os métodos de Dionísio e de Apolônio. Veja adiante Sch. D. o Trácio, *G.G.I* 3, 211, 27-212, I:

<sup>12</sup> As histórias antigas sobre o sistema de classes de palavras nunca começam por Platão: Quintiliano (1.4. 17-20) começa, assim como Dionísio, por Aristóteles e Teodetes. Veja também *FDS* 543-546, histórias panorâmicas que começam tanto por Aristóteles ou pelos estoicos. Historiadores modernos que começam pela distinção de Platão entre ὄνομα e ῥημα são, por exemplo, Pinborg (1975), Robins (1986), Lallot (1988) e Robins (1997<sup>4</sup>).

<sup>13</sup> Janko (2000) 186-187 afirma que Dionísio e Quintiliano estão se referindo a um diálogo aristotélico no qual Teodetes aparece. Veja seção 3.3.1.

invenção dos filósofos estoicos, fato também conhecido na antiguidade, as palavras *ὁ μεταγενέστεροι* poderão ser interpretadas por ‘geração posterior de filósofos estoicos’.<sup>14</sup> Eu prefiro esta interpretação àquela de Usher, que traduz por ‘*gramáticos posteriores*’ (grifo meu), pois, até agora, Dionísio mencionou apenas filósofos.<sup>15</sup>

3. Outra particularidade é o fato de que, de acordo com Dionísio, o pronome (*ἀντονομασία*) era separado do nome (*ὄνομα*), enquanto a maioria dos estudiosos antigos e modernos consideram que os pronomes, antes de serem reconhecidos como um grupo distinto, pertenciam a *ἄρθρα*.<sup>16</sup> A razão de Dionísio achar que o pronome era separado de *ὄνομα* e não de *ἄρθρον* pode ser possivelmente explicada pela teoria gramatical antiga sobre *ἀντωνυμία*.<sup>17</sup> De acordo com Apolônio Díscolo, o pronome pode substituir o nome: portanto, ele pode ser combinado com um verbo, formando, assim, uma oração completa, que normalmente consiste de um nome e um verbo.<sup>18</sup> Apolônio ainda nos diz que a função do pronome é expressa no próprio nome: *ἀντωνυμία*, ou (como Dionísio o chama) *ἀντονομασία*, é uma palavra usada ‘em vez de’ (*ἀντί*) um *ὄνομα* (nome).<sup>19</sup> Considerando essa teoria, pode-se

---

<sup>14</sup> Cf. *FDS* 536.

<sup>15</sup> Usher (1985) 21. As traduções mais corretas são as de Rhys Roberts (1910), ‘inquiridores posteriores’ e Aujac (1981) ‘les générations postérieures’. De acordo com outras fontes, os estoicos também eram responsáveis por distinguir o advérbio, ao qual Antípatro supostamente deu o nome de *μεσότης* (Diogene Laertios VII. 57 = *FDS* 536). Matthaios (1999), no entanto, assinalou que Aristarco (217-145 v. Chr.), que estava em atividade antes de Antípatro de Tarso (*fl.* 150), já conhecia as oito classes canônicas de palavras, inclusive a *μεσότης*. Ele ainda discute (548 ss.) a relação entre Aristarco e Antípatro e conclui que Aristarco, assim como Antípatro, tomou emprestado o termo *μεσότης* de fontes estoicas mais antigas, que, entretanto, não deram esse nome para uma ‘parte do discurso’ distinta. Os primeiros textos existentes nos quais o termo *ἐπίρρημα* (com sentido de advérbio) aparece são fragmentos de Trifon e nos trabalhos de Dionísio de Halicarnasso. Veja a seção 3.2.

<sup>16</sup> Veja *FDS* 542: *τέταρτον ὅφ’ ἐν ἄρθρον καὶ ἀντωνυμία, το μὲν φάσκοντες ὀρίστον ἄρθρον, το δὲ ὀρισμένον ἄρθρον*. Cf. Lallot (1988) 17 e Robins (1997<sup>4</sup>) 41. Steinthal (1890-1891 II) 214 ss. segue a opinião de Dionísio de que os pronomes eram separados dos nomes. Matthaios (1999) 491ss. discorda de Dionísio e de Quintiliano, e também da opinião tradicional de que *ἀντωνυμία* era separado do *ἄρθρον* estoico: *μεσότης*, ele contesta, tinha uma função totalmente diferente daquela de ser a combinação de duas classes de palavras, ‘pronomes mais artigos’.

<sup>17</sup> Para o uso do termo *ἀντονομασία* (em vez de *ἀντωνυμία*), veja seção 3.6.3.

<sup>18</sup> Apolônio Díscolo, *Sint.* I. 15: *Οὐ τοῦτο δὲ φημι, ὅτι οὐχὶ καὶ ἐξ ἀντωνυμίας αὐτοτέλεια συνίσταται, ὅπου φάμεν οὕτως, ἐγὼ περιπατῶ, σὺ περιπατεῖς. τότε γὰρ συνίσταται ἡ αὐτοτέλεια, ὅταν ἀντ’ ὀνόματος παραληφθῇ ἡ ἀντωνυμία καὶ δυνάμει πάλιν ἡ αὐτὴ σύνταξις ᾗ*. ‘Eu não estou afirmando aqui que não se pode ter uma oração completa com um pronome (*ἀντωνυμία*) como “Eu ando”, “tu andas”. Pois ali, também, a completude é alcançada, quando um pronome (*ἀντωνυμία*) é usado no lugar de um nome (*ἀντ’ ὀνόματος*) que resulta praticamente na mesma construção (*σύνταξις*).’ (Tradução adaptada por Householder). Cf. [D. o Trácio], *G.G.* I I, 63, I: *ἀντωνυμία ἐστὶ λέξις ἀντὶ ὀνόματος παραλαμβάνομένη*. ‘O pronome é uma palavra usada como um substituto para o nome’.

<sup>19</sup> O pronome não apenas substitui o nome, mas foi de acordo com Apolônio Díscolo (*Sint.* I. 19) até inventado para fins da construção de verbos nas primeiras e segundas pessoas. Os nomes sempre se referem às terceiras pessoas e, porque os verbos são usados na primeira e segunda pessoa, o pronome foi ‘inventado’. Embora Apolônio Díscolo discuta a invenção dos próprios pronomes, e não a invenção do termo *ἀντωνυμία*, é



explicar por que Dionísio afirma que os pronomes foram separados dos nomes (e não do ἄρθρον, como pensam os estudiosos contemporâneos). A ideia de Dionísio é presumivelmente que as palavras como οὗτος ('este') foram originalmente classificadas como nomes (ὀνόματα), porque elas substituíam os nomes na construção de uma sentença.<sup>20</sup> Mais recentemente, esses tipos de palavras teriam recebido o nome de ἀντωνομασiais (ou ἀντωνυμιαί), ou seja, 'no lugar dos nomes'.

4. Outra diferença entre Dionísio e os historiadores da gramática diz respeito à visão de que o particípio (μετοχή) foi separado dos apelativos (προσηγορικόν). De acordo com a maioria dos estudiosos, os particípios originalmente pertenciam à classe dos verbos (ῥήματα) antes de serem tratados como um grupo separado.<sup>21</sup> A fim de explicar a opinião diferente de Dionísio, mais uma vez, é útil considerar a teoria dos gramáticos antigos sobre essa parte do discurso. O particípio (μετοχή) obteve esse nome pelo fato de ter 'participado' das propriedades morfológicas e sintáticas de outras duas classes, a saber, verbos e nomes. Apolônio Díscolo explica em sua *Da Sintaxe* que os particípios foram inventados porque os usuários da língua precisavam de verbos com casos e gêneros para que pudessem expressar congruência (καταλληλότης).<sup>22</sup> Assim, o particípio é derivado de um verbo, mas, como um nome, possui caso, número e gênero. Quando se leva em conta que na gramática antiga o particípio era considerado uma espécie de forma intermediária entre o nome e o verbo, não deveríamos nos surpreender que Dionísio sugerisse que o particípio deriva do apelativo, e não do verbo. Deve-se manter em mente que as palavras que chamamos de adjetivos também pertenciam aos apelativos: é possível que Dionísio esteja pensando principalmente nos particípios com função atributiva, ou como substantivos.
5. Finalmente, Dionísio afirma que ἐπιρρηματα (advérbios) foram separados de ῥήματα (verbos). Ele aparentemente pensa que os advérbios (ἐπίρρηματα) originalmente pertenciam aos verbos. De acordo com outras fontes, os advérbios

---

provável que a ideia de Dionísio em relação à separação da classe de palavra 'pronome' a partir da classe dos 'nomes' seja baseada na mesma teoria.

<sup>20</sup> Uso o exemplo οὗτος porque Dionísio classifica τουτονί como ἀντωνυμία em *Comp.* 6.29, 20. Enfatizo que Dionísio não dá argumentos sobre os pronomes em substituição dos nomes: essa é minha reconstrução de seu pensamento com base nos argumentos de Apolônio Díscolo.

<sup>21</sup> Veja *FDS* 542: τρίτον ὑφ' ἐν ῥήμα <και> μετοχή, το μεν ῥήμα κατηγορημα λέγοντες, την δε μετοχην ἐγκλιμα ῥήματος, ὃ ἐστι ῥήματος παραγωγή. 'Em terceiro lugar, em uma parte do discurso, eles [i.e. os estoicos] enumeram o verbo e o particípio, chamando o predicado verbal e o particípio de uma forma flexionada do verbo, i.e. uma derivação do verbo.' Cf. Robins (1997<sup>4</sup>) 41. Por causa de uma observação de Prisciano (*G.L.* II, 548, 2 [*FDS* 575], os historiadores da linguística costumavam pensar que Trifón foi o primeiro a definir o particípio como uma classe de palavra separada. Porém, Matthaios (1999) 420 ss. mostra que Aristarco já reconhecia o particípio como uma classe de palavra distinta, para a qual ele também usava o termo μετοχή.

<sup>22</sup> *Sint.* 1.21. Sobre o termo καταλληλότης, veja a seção 5.2.

originalmente pertenciam aos nomes. Mais uma vez, pode-se entender que Dionísio relaciona o ἐπίρρημα a ῥημα. Ele pode ter pensado que os advérbios eram considerados parte dos verbos (em vez de pensar que eram chamados de verbos): εὖ ποιεῖν ('fazer bem') poderia ter sido considerado como um verbo, e não ainda como um advérbio mais um verbo.

Pode-se concluir que, em sua reconstrução da teoria das partes do discurso, Dionísio está sempre raciocinando com base no nome e na função das classes de palavras que se distinguem no sistema da sua época. Assim, ele presume que os pronomes originalmente pertenciam aos nomes, que os participípios eram originalmente parte dos apelativos e que os advérbios pertenciam aos verbos, antes dessas partes do discurso serem reconhecidas como grupos separados.

#### *4.2.2. A abordagem da história da linguística segundo Dionísio*

Dionísio de Halicarnasso não era, obviamente, um historiador da linguística no sentido estrito. Como visto, ele apenas mencionou o desenvolvimento da doutrina das partes do discurso no contexto de sua própria discussão sobre composição. No entanto, pode-se muito bem considerá-lo como o primeiro representante de uma abordagem típica da história da linguística, que de fato permaneceu como modelo até o final do século 20 d.C.

Na seção inicial deste estudo (1.1), eu destaquei duas possíveis abordagens da história da linguística, a saber, a abordagem interna e externa.<sup>23</sup> O historiador que adota a abordagem 'interna' (reconstrução racional de Rorty) considera os linguistas antigos seus colegas: quando se depara com determinado problema, ele procura soluções já sugeridas nos tempos remotos da história da linguística. Ele analisa e critica essas soluções, mas nem sempre atenta para o fato de que os linguistas anteriores não faziam os mesmos questionamentos que ele. Um exemplo antigo dessa abordagem é o modo com que Aristóteles discutia os filósofos que viveram antes dele: como destacou Guthrie, Aristóteles olhava para os filósofos anteriores 'à luz de sua própria visão de realidade, e [...] os via como "se esforçando" para chegar ao mesmo ponto de vista.'<sup>24</sup> A segunda abordagem da história da linguística é a 'externa' (reconstrução histórica de Rorty): o historiador que adota esse método não tenta aplicar a teoria linguística para seu próprio propósito; ao invés disso, ele tenta levar em conta o contexto no qual as ideias anteriores sobre a linguagem foram desenvolvidas e segue o 'princípio de caridade'.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Cf. Rorty (1984) and Sluiter (1998) 24-25.

<sup>24</sup> Guthrie (1957) 38.

<sup>25</sup> Sluiter (1998) 25. [Sobre o princípio de caridade, veja anexo IIA.]

Está claro que Dionísio de Halicarnasso pertence ao grupo dos historiadores que adotam a abordagem ‘interna’ da história da linguística. Ele discute a história das classes de palavras apenas porque precisa achar uma resposta para a questão de quais elementos são as unidades centrais que devem ser usadas para compor as sentenças e os textos. Aristóteles, os estoicos e os gramáticos estavam certamente lidando com problemas diferentes, mas Dionísio emprega seus pontos de vista, que se originaram em campos tão diferentes como a ontologia, lógica, filologia ou gramática, ao tema de sua própria investigação em *σύνθεσις*.<sup>26</sup>

O método interno na historiografia da ciência, como podemos encontrar em Aristóteles e Dionísio, é geralmente combinado com uma forte crença no progresso: os historiadores tradicionais da linguística voltam ao passado para o ponto de vista de seu próprio sistema linguístico e consideram os períodos anteriores como etapas preliminares que foram tateando em busca desse sistema.<sup>27</sup> Essa atitude é particularmente característica dos estudiosos do século dezenove como Benfey e Steinthal.<sup>28</sup> Porém, mesmo um pesquisador mais recente como Robins, apesar de suas advertências contra o perigo de ‘se olhar para o passado através dos olhos do presente’, apresenta o desenvolvimento da teoria das classes de palavras em um diagrama de árvore que traz uma semelhança notável com o esquema que se pode extrair do segundo capítulo de *Sobre a Composição* de Dionísio de Halicarnasso.<sup>29</sup> Robins apresenta o sistema de oito classes de palavras como resultado de um longo processo cumulativo: Platão, Aristóteles, os estoicos e os gramáticos, sugere-se, todos contribuíram com sua parte para a conclusão do sistema definitivo de classes de palavras. Como visto, a ideia de progresso é também apresentada claramente nos relatos de Dionísio: ‘Teodetes e Aristóteles *conduziram* as partes do discurso a três; os estoicos *levaram* o número para além de quatro; [...] outros fizeram as partes primárias do discurso muito numerosas.’ De fato, a semelhança entre Robins e Dionísio obviamente não é tão notável: até agora, ficou claro que a abordagem tradicional da história da linguística, que tende a retratar a história das ideias da linguística como a

---

<sup>26</sup> Cf. Lallot (1998) 124 sobre a discussão da história da teoria das classes de palavras nos escólios em *Technê Grammatikê* (Sch. D. o Trácio, *G.G.* I 3, 515, 19-521, 37): ‘L’interpretation fine de ces textes reste à faire, et la tâche n’est pas facile, car, ici comme dans toutes les doxographies antiques, la perspective historique est biaisée par une propension naturelle et permanente à l’anachronisme: les grammairiens qui en sont les auteurs (ou les compilateurs) la présentent toujours du point de vue de la doctrine et dans le métalangage qui sont les leurs.’

<sup>27</sup> Cf. Schmitter (1987) 103: ‘In mehreren methodologischen Beiträgen zur geschichtsschreibung der Linguistik wird den Historiographen dieses Faches vorgeworfen, sie zeichnen ein unzutreffendes Bild seiner historischen Entwicklung, weil sie die Geschichte der Linguistik insgesamt als einen Prozeß beschrieben, der durch fortschreitenden Wissens- und Erkenntniszuwachs, durch allmähliches Aufdecken der Wahrheit sowie durch kontinuierliche Verbesserung von Theorien und Methoden charakterisiert sei.’

<sup>28</sup> Veja Steinthal (1891<sup>2</sup> II) 209-218 e Benfey (1869) 121 ss. Para uma discussão sobre sua abordagem, veja também Grotzsch (1982) 118-139 e Schmitter (1987) 105.

<sup>29</sup> Para uma discussão teórica da noção problemática de ‘progresso’, veja Schmitter (1987), esp. 103-113. O diagrama em árvore de Robins pode ser encontrado em Robins (1986) 26. Para sua história (tradicional) das partes do discurso, veja Robins (1997<sup>4</sup>) 32-43. Robins (1966) 18 e Robins (1986) são similares nesse aspecto. Possivelmente Dionísio de Halicarnasso e Quintiliano eram suas fontes primárias. Grotzsch (1982) 147-150 analisa a abordagem de Robins da seguinte maneira: ‘Er [Robins] weist zurück sowohl eine reine Fortschrittsansicht von der Geschichte, wie auch eine teleologische geschichtsansicht, wie auch eine, die vom Standpunkt der Gegenwart aus alles aus der Geschichte ausscheidet, was nicht auf die Gegenwart direkt bezogen werden kann, möchte aber davon, Wertgeschichtspunkte in die Geschichtsbetrachtung einzubringen, nicht gänzlich absehen, *sofern ein gültiger Fortschritt auszumachen sei.*’ (grifo meu). Para suas próprias advertências, veja Robins (1997<sup>4</sup>), 3: ‘É tentador e lisonjeiro para um contemporâneo ver a história da ciência como a descoberta progressiva da verdade e da realização dos métodos adequados [...]. Mas isso é uma falácia.’

‘descoberta progressiva da verdade’, (Robins [1997<sup>4</sup>] 3) pode ser, em grande parte, atribuída à Composição de Dionísio.

Há, no entanto, um aspecto importante no qual Dionísio difere dos historiadores da linguística mais modernos. Ao contrário dos estudiosos atuais, Dionísio não apresenta a história da teoria das classes de palavras como um condutor para um sistema completo e definitivo de oito ou nove μέρη λόγου. Embora ele mencione implicitamente um sistema de nove classes, acrescenta que outras pessoas distinguiam ainda mais partes do discurso. Dionísio não expressa sua preferência por um sistema em particular, e no final parece não se importar com quantas partes do discurso realmente existem – ‘se há três, quatro, ou quantas forem’ – como ele diz. Esta atitude é refletida em outras partes de seu trabalho, no qual ele deixa em aberto a questão de como certas palavras deveriam ser classificadas. Por exemplo, ele diz que a palavra ἐπί (‘sobre’) pode ser classificada tanto de σύνδεσμος (‘conjunção’) como de πρόθεσις (‘preposição’).<sup>30</sup> Tais observações indicam não apenas que na época de Dionísio o sistema de oito classes de palavras não era ainda um padrão fixo, mas também que o número exato de classes de palavras não era tão importante para os propósitos específicos de Dionísio. Para a composição de um texto a partir das palavras, não importa à qual classe específica estas pertenciam. Um ‘historiador da linguística’ que estava mais inclinado a ver o sistema de classes de palavras de seu próprio tempo como a verdade absoluta sobre o assunto foi Quintiliano, cujo *Institutio oratoria* foi escrito ao final do século I d.C.

#### 4.2.3. A história da teoria das partes do discurso segundo Quintiliano

As semelhanças entre as passagens de Dionísio (*Comp.* 2) e de Quintiliano (*Inst. Orat.* 1.4.17-21) têm sido frequentemente percebidas.<sup>31</sup> O relato de Quintiliano sobre o desenvolvimento da teoria das partes do discurso é o seguinte:<sup>32</sup>

*Tum uidebit, ad quem hoc pertinet, quot et quae partes orationis, quamquam de número parum conuenit. Veteres enim, quorum fuerunt Aristoteles quoque atque Theodectes, uerba modo et nomina et conuinctiones tradiderunt, uidelicet quod in uerbis uim sermonis, in nominibus materiam (quia alterum est quod loquimur, alterum de quo loquimur), in conuinctionibus autem complexum eorum esse iudicauerunt: quas coniunctiones a plerisque dici scio, sed haec uidetur ex syndesmo magis propria talatio. Paulatim a philosophis ac maxime Stoicis auctus est numerus, ac primum conuictionibus articuli adiecti, post praepositiones: nominibus appellatio, deinde*

<sup>30</sup> *Comp.* 22.102, 16: veja seção 3.6.4. Mais uma vez, as traduções dos termos técnicos gregos nesta passagem não são equivalentes reais: σύνδεσμος é mais abrangente do que as ‘conjunções’.

<sup>31</sup> Cf. Colson (1924) 45-46, Schenkeveld (1994) 270 n. 22, Lallot (1998) 124 e Matthaios (1999) 194 n. 17. Sobre a visão de Quintiliano do latim e suas divergências do grego, veja Fogën (2002).

<sup>32</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* 1.4.17-7, 21 (seção 4.2.1): Não há nenhum método satisfatório para se traduzir os termos das partes do discurso nessa visão geral. Este caso é ainda mais problemático, porque o próprio Quintiliano está traduzindo os termos gregos para o latim. Mais uma vez, preservarei os termos em latim na tradução, adicionando a tradução de costume (anacrônica) entre aspas simples.

*pronomen, deinde mixtum uerbo participium, ipsis uerbis aduerbia. Noster sermo artículos non desiderat ideoque in alias partes orationis sparguntur, sed accedit superioribus interiectio. Alii tamen ex idoneis dumtaxat auctoribus octo partes secuti sunt, ut Aristarchus et aetate nostra Palaemon, qui uocabulum siue appellationem nomini subiecerunt tanquam speciem eius, at ii qui nomen, aliud uocabularum faciunt, nouem. Nihilominus fuerant qui ipsum adhuc uocabulum ab appellatione didicerent, ut esset uocabulum corpus uisu tactuque manifestum: ‘domus’ ‘lectus’, appellation cui uel alterum deesset uel utrumque: ‘uentus’ ‘caelum’ ‘deus’ ‘uirtus’. Adiciebant et adseuerationem, ut ‘eu’, et tractionem, ut ‘fasciatim’: quae mihi no aprobantur.*

‘O professor responsável terá de considerar, então, quantas e quais são as partes do discurso, embora haja pouco consenso sobre o número. Os escritores antigos, incluindo Aristóteles e Teodetes, apontaram apenas *uerba* (‘verbs’), *nomina* (‘substantivos/nomes’) e *conuinciones* (‘convicções’): evidentemente eles acreditavam que a força da linguagem reside nos verbos e a substância nos nomes, porque um é o que falamos, e o outro é sobre o que falamos, enquanto as ‘convicções’ forneceram as ligações entre eles (Eu sei que a maioria das pessoas diz ‘conjunções’, mas ‘*convincções*’ me parece ser a melhor tradução de *syndesmos*). Os filósofos, particularmente os estoicos, gradualmente aumentaram o número: às ‘convicções’ foram adicionados primeiro *articuli* (‘artigos’) e depois *praepositiones* (‘preposições’); aos nomes foi adicionado o *appellatio* (‘apelativo’), depois o *pronomen* (‘pronome’) e, depois, o quase-verbal *participium* (‘particípio’); aos ‘verbos’ foram adicionados *aduerbia* (‘advérbios’). Nossa língua não precisa de *articuli* (‘artigos’) e esses são, portanto, distribuídos entre outras partes do discurso, mas além das partes mencionadas anteriormente, há a *interiectio* (‘interjeição’). Alguns, pertencentes às autoridades competentes, chegaram até as oito partes do discurso:<sup>33</sup> Aristarco e, em nossos dias, Palaemon, que colocaram ‘vocábulo’ e ‘apelativo’ como parte do ‘nome’, sendo pertencentes a este gênero. Aqueles que distinguem entre o ‘vocábulo’ e o ‘nome’ somam as nove classes. Ainda, alguns separaram o próprio ‘vocábulo’ do ‘apelativo’, tornando o ‘vocábulo’ o indicativo para objetos visíveis e tangíveis – ‘casa’ ou ‘cama’ – e o ‘apelativo’, coisas nas quais uma ou ambas dessas características estavam ausentes, como ‘vento’, ‘céu’, ‘Deus’ ou ‘virtude’. Eles também acrescentaram o ‘asseverativo’ (como *eu*) e o ‘derivativo’ (como *fasciatim*). Eu não os aprovo’.

Existem várias semelhanças entre os relatos de Dionísio e de Quintiliano e é provável que também os romanos fizeram uso das obras de seus antecessores, ou que as duas versões foram

<sup>33</sup> A maioria dos tradutores consideram as palavras *ex idoneis auctoribus* juntamente com *secuti sunt*: ‘outros seguiram as boas autoridades’. Russel traduz: ‘alguns com boas autoridades para apoiá-los’. É provável, no entanto, que Quintiliano considerasse Aristarco e Palaemon como as ‘autoridades competentes’ em vez de eles seguirem autoridades competentes. Assim, eu leria Quintiliano da seguinte forma: ‘alguns, pertencentes às autoridades competentes, seguiam as oito partes do discurso; então, Aristarco e Palaemon.’ O único problema é a interpretação de *dumtaxat*. Devemos seguir Matthaios (1999) 191 n. 2 que também interpreta *ex idineis auctoribus* como uma construção partitiva: ‘Andere indes Von den kompetenten – versteht sich – Autoritäten folgten acht Redeteilen’. Para a expressão *idonei auctores*, veja também Kaster (1978).

baseadas na mesma fonte.<sup>34</sup> Blank argumentou que boa parte da teoria gramática encontrada tanto em Sexto Empírico quanto em Quintiliano pode ser remetida a Asclepiades de Mirléia, que possivelmente ensinou em Roma no começo do século I a.C. (veja seção 1.4).<sup>35</sup> Sexto Empírico não se refere ao sistema de classes de palavras. Mesmo assim não se deve descartar a possibilidade de Asclepiades ter sido o modelo para os relatos de Dionísio e de Quintiliano.<sup>36</sup> No entanto, existem diferenças entre Dionísio e Quintiliano. Dionísio afirma que os participios foram separados dos apelativos, enquanto Quintiliano acha que foram separados dos verbos.<sup>37</sup> Uma diferença interessante é o fato de Dionísio constantemente falar sobre ‘divisão’ e ‘separação’, enquanto Quintiliano se refere à ‘adição’ e ‘extensão’ do sistema.<sup>38</sup> Dionísio usa as palavras χωρίζω (‘separar’), διαίρῶ (‘dividir’), ἀποξέγγνυμι (‘partir’) e τομή (‘porção’), enquanto que Quintiliano usa os verbos *adicio* (‘adicionar’) e *accedo* (‘juntar’, ‘ser adicionado’).<sup>39</sup> A diferença de vocabulário parece refletir uma diferença de perspectiva: Dionísio raciocina no passado e enfatiza as várias distinções desenvolvidas ao longo do tempo, ao passo que Quintiliano apresenta a história da teoria das classes de palavras como levando gradualmente à conclusão do sistema de seu tempo. A terminologia de Quintiliano ‘adicionar’ parece sugerir (apesar de não explicitamente) que os sistemas anteriores não estavam completos, enquanto a terminologia usada por Dionísio ‘porção’ parece implicar que os termos de Aristóteles já englobavam tudo, embora o sistema fosse redefinido posteriormente.

Essas perspectivas divergentes são relacionadas à outra diferença entre os dois relatos. Enquanto Dionísio, como vimos anteriormente, não se importa com quantas partes do discurso realmente existem, ‘se são três, quatro, ou várias delas...’, Quintiliano insiste em que haja clareza em quantas partes do discurso existem, e quais são elas: *quot et quae partes orationis*. Essas palavras nos lembram da abertura de Donato em *Ars Minor*, a qual citei anteriormente (seção 4.2). Embora Quintiliano admita que não há um acordo sobre o número exato, ele claramente opta por um sistema de oito ou nove partes do discurso, e rejeita explicitamente os acréscimos posteriores ao sistema (*quae mihi non adprobantur*).<sup>40</sup> A fim de explicar as atitudes diferenciadas de Dionísio e Quintiliano, devemos olhar para o contexto no qual eles apresentam suas histórias do sistema de classes de palavras. Nos relatos de Dionísio,

<sup>34</sup> Rhys Roberts (1910) 71 pensa que Dionísio e Quintiliano usaram a mesma fonte. Brandenburg (2005) 65 também rejeita a ideia de que a visão de Quintiliano depende diretamente da visão de Dionísio: ‘Man kann also davon ausgehen daß beide derselben tradition verpflichtet, aber nicht unmittelbar voneinander abhängig sind.’

<sup>35</sup> Blank (1998) xlv-xlvi.

<sup>36</sup> Kroll (1907) 91-92 já havia sugerido que Asclepiades fora a fonte de Dionísio para a história da teoria das classes de palavras em *Comp. 2*.

<sup>37</sup> Cf. Brandenburg (2005) 65.

<sup>38</sup> Veja Brandenburg (2005) 66 que diferencia a ‘Meronomie’ de Dionísio da ‘Taxonomie’ de Quintiliano.

<sup>39</sup> A respeito do número de partes do discurso, tanto Dionísio como Quintiliano falam em termos de extensão: Dionísio usa as palavras προσήγαγον, προῦβίβασαν, προσαγαγόντες, enquanto Quintiliano diz *auctus est*.

<sup>40</sup> Murphy (2000) 489 apresenta a visão de Quintiliano de maneira errônea quando comenta que o retórico romano ‘não tem certeza de quantas são as partes do discurso, e ele conclui dizendo: “é uma questão sem relevância” (1.4.21).’ De fato, Quintiliano não fala que o número das partes do discurso em geral ‘é uma questão sem relevância’: isso é verdade apenas a partir da questão de se caso é necessário distinguir o apelativo e o nome como duas classes de palavras diferentes: *uocabulum an appellation dicenda sit προσηγορία et subicienda nomini necne, quia parui refert, liberum opinaturis relinquo*.

as classes de palavras aparecem como os principais elementos de construção da composição. A exatidão sobre o número certo desses ‘elementos’ não era relevante para seu propósito, já que quando se compõe um texto, não se leva em conta realmente se uma palavra é atribuída a uma classe de palavra ou a outra. Quintiliano, por outro lado, discutiu a história do sistema de classes de palavras em uma passagem sobre o ensino de Latim e Grego na escola do gramático. O processo *merismos* (a classificação das partes do discurso) era um exercício padrão nas lições dos *grammaticus*, então, essa clareza quanto ao número de classes de palavras era necessária. É claro que um professor de gramática não iria querer incomodar seus alunos com as diferentes visões que vários estudiosos desenvolveram sobre o assunto.<sup>41</sup>

#### 4.2.4. Dionísio, Quintiliano e os historiadores modernos da linguística

Daniel Taylor, em seu artigo influente ‘Repensando a história da ciência da linguagem na antiguidade clássica’ [‘Rethinking the History of Language Science in Classical Antiquity’] (1987), afirma que uma das principais noções que são cruciais para a versão tradicional da ciência da linguagem greco-romana é a ‘ênfase no desenvolvimento da doutrina das partes do discurso, especialmente como ela se acumula e evolui em estágios comedidos desde o seu início em Platão até sua expressão mais completa em Dionísio o Trácio’.<sup>42</sup> Nesta seção (4.2), eu tentei mostrar em que sentido Dionísio de Halicarnasso e Quintiliano podem ser considerados como precursores dos historiadores tradicionais da linguística em tempos modernos.

A história do sistema de classes de palavras de Dionísio é, em dois aspectos, característica para a historiografia tradicional da linguística. Primeiro, ele adota uma abordagem ‘interna’ para a história da ciência aplicando visões mais antigas da linguagem, que foram desenvolvidas em várias disciplinas, em seu próprio assunto específico, que nesse caso é a arte da composição. Segundo, seu relato sobre o desenvolvimento da teoria de classes de palavras é caracterizado pela ideia de que o *processo gradual* se deu por meio de estágios sucessivos em sua teoria da linguística. Diferente de muitos outros historiadores da linguística, Dionísio não apresenta o sistema de classes de palavras de sua época como

---

<sup>41</sup> Outra diferença entre Dionísio e Quintiliano é a seguinte: Dionísio aponta cinco estágios no desenvolvimento da teoria das partes do discurso, enquanto Quintiliano os resume em apenas dois estágios, aos quais ele adiciona dois desenvolvimentos romanos do sistema. Os quatro estágios da visão de Quintiliano são organizados da seguinte maneira: (1) assim como Dionísio, Quintiliano começa por Aristóteles e Teodetes, os quais conheciam três partes do discurso. (2) Em seguida, Quintiliano afirma que o número das partes do discurso aumentou ‘gradualmente’ (*paulatim*), mas, ao contrário de Dionísio, ele não apresenta à primeira vista a extensão do sistema cronologicamente, mas sim, *sistematicamente*: o ponto de partida é o sistema de Aristóteles, e as classes novas de palavras são discutidas em relação às três originais, ou seja, σύνδεσμος (*convinctio*), ὄνομα (*nomen*) e ῥήμα (*uerbum*). Dentro de sua apresentação do desenvolvimento do sistema, Quintiliano faz distinções cronológicas adicionando palavras como *primum* (‘primeiro’), *post* (‘em seguida’) e *deinde* (‘depois’). O segundo estágio de Quintiliano inclui as mesmas classes de palavras do quinto estágio de Dionísio. (3) O terceiro estágio de sua visão geral é a substituição romana da interjeição pelo artigo. Quintiliano comenta que alguns colocam o apelativo como parte dos ‘nomes’ (como espécies daquele gênero’), enquanto outros consideram *uocabulum* e *nomen* como duas classes diferentes. Isso faz com que as partes do discurso sejam oito ou nove. (4) Em um quarto estágio, ainda mais distinções foram acrescentadas por ‘outros’ (*alii*): *uocabulum*, *adseueratio* e *tractio*, mas o próprio Quintiliano rejeita essas diferenciações. As adições ao sistema que ele menciona aumentariam o número de classes de palavras para no máximo doze, mas Quintiliano opta por um sistema de oito ou nove classes de palavras.

<sup>42</sup> Taylor (1987) 3.

verdade absoluta. Por outro lado, Quintiliano expressa sua preferência por um sistema de oito ou nove partes do discurso. Expliquei essa diferença ao apontar os contextos diversos nos quais os dois escritores apresentaram suas opiniões.<sup>43</sup>

Ao longo das duas últimas décadas, o próprio Taylor e outros historiadores da linguística antiga (como Schenkeveld, Law e Sluiter) distanciaram-se da abordagem tradicional da história para a linguística no geral e para a história da teoria das classes de palavras em particular. Atualmente, os estudiosos estão mais dispostos a reconhecer que Platão, os estoicos, os filólogos alexandrinos e os gramáticos tradicionais todos tinham seus propósitos; e, em concordância, que as unidades que eles chamavam de μέρη λόγου eram assuntos completamente diferentes para todos eles.<sup>44</sup> No artigo mencionado acima, Daniel Taylor afirmou que diferentes filósofos, filólogos e gramáticos ‘não seguiam as mesmas regras do jogo’.<sup>45</sup> Eu gostaria de dar um passo além: *eles nem ao menos estavam jogando o mesmo jogo*. Os filósofos não estavam interessados em enumerar as classes de palavras tantas quantas possíveis, então, estaria errado interpretá-los como se fossem gramáticos. Como um *historiador da linguística*, portanto, eu não concordo com a maneira com que Dionísio e Quintiliano apresentaram a história do sistema de classes de palavras. Como um *historiador da historiografia da linguística*, concluo que a abordagem deles sobre a história da linguística tem sido muito influente.

#### 4.3. Dionísio como um retórico:

##### *As partes do discurso na teoria da composição*

Na seção anterior, viu-se que Dionísio considera μόρια λόγου como os principais elementos de construção do processo de composição. A ênfase em μόρια λόγου na definição de composição de Dionísio (*Comp.* 2.6, 17 – 19: ποιὰ τις θέσις παρ ἄλληλα τῶν τοῦ λόγου μορίων) pode ser explicada desta maneira; por um lado, ela indica que, na opinião de Dionísio, as palavras são as unidades centrais no processo de composição; por outro lado ela ressalta o fato de que as palavras são componentes (μέρη ou μόρια) e elementos

---

<sup>43</sup> Prisciano (século VI d.C.) parece ter sido o primeiro tanto a apresentar a história da teoria das classes de palavras quanto a aderir um número fixo de oito *partes orationis*: veja *G.L.* II, 54, 5-55, 3. *Ars anonyma Bernensis* é similar (*FDS* 549). Donato (*G.L.* IV, 372) não discute a história do sistema de classes de palavras, mas considera que *multi plures, multi pauciores partes orationis putant*.

<sup>44</sup> Veja também Matthaios (1999) 492: ‘Die von Dionysios von Halikarnaß und Quintilian gegebene Erklärung für die Erweiterung des Wortartensystems durch Aufspaltung umfangreicher Redeteile läßt genauso wie die in den grammatischen Berichten vorgenommene Zuweisung der einzelnen Wortarten zum stoischen Redeteilsystem die Tatsache außer acht, daß der Begriff “Redeteil” bzw. “Wortart” von Schultradition zu Schultradition eine andere Bedeutung hat.’

<sup>45</sup> Taylor (1987) 5.



formadores (στοχεῖα) de estruturas maiores (ou seja, orações, períodos e discurso).<sup>46</sup> A ideia de que um tratamento científico de certo assunto deva começar por seus ‘elementos’ é uma afirmação comum para várias disciplinas de estudo antigas.<sup>47</sup> De acordo com Dionísio, a combinação das partes do discurso formam as orações (κῶλα), a união das orações constituem os períodos (περίοδοι) e esses fazem o discurso completo.<sup>48</sup> Como ele desenvolve a ideia da composição a partir de μόρια λόγου no restante de seu tratado sobre σύνθεσις?

O leitor que foi há pouco avisado de que a composição começa pela μόρια λόγου poderá se desapontar ao descobrir que a maior parte das obras de Dionísio na verdade lida com outras unidades de σύνθεσις. Muitos capítulos se concentram nas letras e sílabas, por um lado, e nas orações, por outro.<sup>49</sup> Ainda assim, seria errado sugerir que Dionísio acaba por rejeitar sua própria definição de σύνθεσις. Pohl argumenta que Dionísio ‘melhora’ sua definição original, que começa pela μόρια λόγου, ao oferecer a ‘Definição eine verbesserte’ que se concentra nas palavras, orações e períodos.<sup>50</sup> No entanto, a passagem que ela considera

---

<sup>46</sup> É notável que em Tuc. 22. 358,15 – 17 Dionísio divide σύντεσις em κόμματα (‘cortes’, i.e. componentes menores do discurso), κῶλα e períodos completos. As ‘palavras’ não são mencionadas aqui: as ‘partes elementares do discurso’ pertencem à seleção de palavras (ἐκλογή) e não à composição. Assim, a ‘comma’ toma o lugar da palavra. A divisão de composição em comma, cólon e período, que parece ser mais tradicional do que aquela em palavra, cólon e período, é encontrada também em Quintiliano, *Inst. Orat.* 9.4.22: comma, κῶλον e περίοδος (veja abaixo). No restante dos trabalhos de Dionísio, no entanto, κόμμα desempenha um papel menor, embora ela seja considerada uma unidade de discussão importante da poesia que lembra a prosa: veja *Comp.* 26.136,9 ss. Veja também *Dem.* 39.213,1 e 43.227.4. Sobre a comma, veja Viljamaa (2003) 173 – 176, que compara κόμματα às unidades de entonação na análise do discurso moderna. O fato de que não é evidente que a composição deva começar pelas palavras (ou pelas μόρια λόγου) é claro a partir de ‘Demétrio’, que considera orações (κῶλα) como o ponto de partida para a escrita em prosa. Veja *Eloc.* 1: ‘Assim como a poesia é organizada por metros [...], também a prosa é organizada e dividida pelas chamadas orações.’ Ao discutir o comprimento e o uso das orações, ‘Demétrio’ destaca que ‘a partir da composição de tais orações e frases formam-se o que chamamos períodos’ (*Eloc.* 10).

<sup>47</sup> Veja Van Ophuijsen (1987) 9 em Heféstion, *Sobre Métrica*: ‘[...] isso deve ser explicado pela suposição comum aos gramáticos gregos de que a parte é sistematicamente anterior ao todo; então, para ser científica, a exposição de um assunto deve proceder de seus elementos menores de análise, os componente essenciais por assim dizer, por intermédio de seus constituintes, para o nível em que é sentida uma necessidade por exposição.’ Veja as seções seguintes 2.2 e 4.2.1 sobre Apolônio Díscolo (Da *Sintaxe* I.2; cf. Swiggers & Wouters [1995] 37 nº 46) e Aristides Quintiliano.

<sup>48</sup> *Comp.* 2.7, 14 – 18: veja a seção 4.2.1 acima. Viljamaa (2003) se refere a esse mesmo texto (*Comp.* 2.7, 14 – 18) quando afirma que ‘na opinião de Dionísio, o colon é a unidade mais importante da expressão linguística, e, de fato, a unidade central da estrutura do período (...)’. Eu não vejo como a passagem citada por Viljamaa apoia essa conclusão. O ponto de partida da composição é o arranjo das palavras e não a união de orações. Viljamaa não vê que esta é a diferença entre Dionísio e ‘Demétrio’. Para a teoria antiga sobre período, veja Siebenborn (1987).

<sup>49</sup> A composição de letras e sílabas é o assunto de *Comp.* 14 – 16 (sobre μέλος), a composição de κῶλα é tratada em *Comp.* 7 – 9 (a segunda parte da discussão das três atividades constitutivas da composição). Tukey (1909<sup>a</sup>) 189 discute que o tratado de Dionísio lida com σύνθεσις τῶν ὀνομάτων, τῶν συλλαβῶν e τῶν γραμμάτων.

<sup>50</sup> Pohl (1968) 2. De maneira similar, Tukey (1909a) 188 reclama que a conotação do termo σύνθεσις muda ao longo do tratado de Dionísio: nos primeiros nove parágrafos, σύνθεσις significa σύνθεσις τῶν ὀνομάτων, enquanto nos próximos capítulos, σύνθεσις é ἄρμονία, que diz respeito ao aspecto musical da linguagem; no último sentido, σύνθεσις também incluiria a seleção de palavras (eufônicas). Porém, em minha opinião, as

como uma ‘nova definição’ é na verdade uma lista de ἔργα da composição: ‘as funções da composição são colocar as palavras de maneira correta umas ao lado das outras e dar às orações a harmonia adequada, e dividir o discurso apropriadamente em períodos.’<sup>51</sup> Nessa passagem, Dionísio não rejeita sua definição original: a composição ainda começa pelas palavras (os ‘componentes da frase’) como suas unidades básicas, mesmo se a disposição das orações e períodos também pertencerem às suas funções. Pohl acha que o ponto de vista retórico (que lida com palavras, orações e períodos) substitui o ponto de vista gramatical anterior de Dionísio.<sup>52</sup> Na minha opinião, seria mais correto dizer que o termo μόρια λόγου, que se refere às palavras não apenas como ‘classes de palavras’, mas também como os ‘componentes da frase’, permite a Dionísio combinar as duas perspectivas. O ponto de vista gramatical não é rejeitado, mas se torna parte integral do processo retórico de composição: o uso correto das classes de palavras e suas *accidentia* é um aspecto de σύνθεσις. Este aspecto é especialmente destacado em três passagens da obra *Sobre a Composição*, a saber, a investigação sobre a ordem natural das palavras (*Comp.* 5), a discussão sobre as três atividades constitutivas da σύνθεσις (*Comp.* 6) e a descrição do tipo de composição austera (*Comp.* 22).<sup>53</sup>

Na primeira dessas passagens (*Comp.* 5), Dionísio experimenta se a justaposição das palavras de acordo com suas categorias gramaticais resulta em belas composições: os nomes deveriam preceder os verbos, os verbos precederiam os advérbios, e os nomes viriam antes dos adjetivos? Essa discussão sobre a ordem ‘natural’ das palavras é indiscutivelmente o melhor (embora não o mais bem sucedido) exemplo de integração entre teoria gramática e retórica. Portanto, ela mereceria ser tratada nesta seção como um exemplo do uso retórico da teoria linguística da μόρια λόγου. Porém, a passagem é fortemente influenciada por ideias filosóficas que (como contestarei adiante) se originam na escola dos filósofos estoicos. Devido a complexidade do assunto, decidi dar à passagem sobre a ordem natural de palavras um tratamento separado no próximo capítulo (seção 5.3) deste estudo. Uma vez que Dionísio decide finalmente abandonar a abordagem de σύνθεσις empreendida em *Comp.* 5, a teoria da ordem natural das palavras na verdade não faz parte de sua teoria da composição. Portanto, as próximas seções (4.3.1 e 4.3.2) concentram-se nas outras duas passagens (*Comp.* 6 e *Comp.* 22 – 24) que desenvolvem a teoria de ‘colocar as partes do discurso umas ao lado das outras’ (θέσις παρ’ ἀλλήλα τῶν λόγου μορίων).

---

palavras (μόρια λόγου) permanecem como o ponto de partida para a composição por todo o tratado, mesmo se algumas passagens lidam com a formação de palavras (miméticas) (*Comp.* 16) ou outro aspecto do som. Em *Comp.* 22 – 24, a composição ainda começa pelas palavras como elementos de construção: veja a seção 4.3.2.

<sup>51</sup> *Comp.* 2.7, 18 – 21: ἔστι δὲ τῆς συνθέσεως ἔργα τὰ τε ὀνόματα οἰκείως θεῖναι παρ’ ἀλλήλα καὶ τοῖς κώλοις ἀποδοῦναι τὴν προσήκουσαν ἁρμονίαν καὶ ταῖς περιόδοις διαλαβεῖν εὖ τὸν λόγον. Este texto sucede imediatamente a história da teoria das partes do discurso (veja seção 4.2.1).

<sup>52</sup> Pohl (1968) 2.

<sup>53</sup> Pohl (1968) 3 afirma: ‘Mit dem Scheitern dieses Versuches [i.e. a discussão da ordem natural das palavras em *Comp.* 5] wird der grammatikalisch-logische Gesichtspunkt endgültig aufgegeben.’ Entretanto, de fato, a importância dos aspectos gramaticais da arte da composição já foram esclarecidos em *Comp.* 6, onde σχηματισμός (a formação gramatical das palavras) é a segunda atividade da composição.

#### 4.3.1. As partes do discurso como elementos de construção: o texto como arquitetura

No sexto capítulo do tratado, Dionísio começa uma discussão sobre as três atividades constitutivas (ἔργα) da arte da composição:<sup>54</sup> ‘a primeira é observar quais elementos se encaixam com quais elementos para produzir naturalmente uma combinação atraente e bela. A segunda é julgar como cada uma das partes será encaixada de modo a melhorar a aparência harmoniosa do todo. A terceira é julgar se é necessária alguma modificação no material utilizado – quero dizer subtração, adição ou alteração – e realizar tais mudanças sob uma perspectiva adequada a seu propósito futuro’.<sup>55</sup> Deve-se observar que essas ‘três atividades da teoria da composição’ (τῆς συνθετικῆς ἐπιστήμης τρία ἔργα) não correspondem às três συνθέσεως ἔργα anteriores mencionadas (seção 4.3).<sup>56</sup> ‘As três funções da composição’ (mencionadas em *Comp.* 2) são as disposições de palavras, orações e períodos respectivamente. As ‘atividades da teoria da composição’ (tratadas em *Comp.* 6), no entanto, são três técnicas aplicáveis a *cada* nível da língua (palavras, orações e períodos). Em outras palavras, a primeira lista de ἔργα introduz os três níveis de composição, enquanto a segunda lista de ἔργα enumera ‘processos’ ou ‘técnicas’ que dizem respeito a todos os níveis: elas devem ser aplicadas primeiramente às palavras (que são os elementos de construção das orações), depois às orações (que são os elementos de formação dos períodos) e finalmente aos períodos (que formam o λόγος). Assim, em *Comp.* 6, Dionísio explica como as três técnicas são aplicadas a μόρια λόγου; nos próximos três capítulos (*Comp.* 7 – 9) ele mostra que *mutatis mutandis* o mesmo ἔργα desempenha um papel na disposição das orações.<sup>57</sup> Finalmente, ele acrescenta que o que ele disse também se aplica aos chamados períodos.<sup>58</sup> A

<sup>54</sup> Veja também Viljamaa (2003) 170.

<sup>55</sup> *Comp.* 6.27, 19 – 28, 2: ἐν μὲν ἰδεῖν, τί μετὰ τίνος ἀρμοστέμενον πέφυκε καλὴν καὶ ἡδεῖν αὐτὴν λήψεσθαι συζυγίαν· ἕτερον δὲ γινῶναι τῶν ἀρμόττεσθαι μελλόντων πρὸς ἀλλήλα πῶς ἂν ἕκαστον σχηματισθὲν χρεῖττον αὐτῶν ποιήσεται φαίνεσθαι τὴν ἀρμονίαν· τρίτον δ’ εἴ τι δεῖται μετασκευῆς τῶν λαμβανομένων, ἀφαιρέσεως λέγω καὶ προσθήκης καὶ ἀλλοιώσεως, γινῶναι τε καὶ πρὸς τὴν μελλούσαν χρεῖν αὐτῶν οἰκείως ἐξεργάσασθαι. Adapte a tradução de Usher. Em *Comp.* 6.27, 19, eu li ἀρμοστέμενον com P (seguido por Aujac e Rhys Roberts); Usener lê ἀρμοζόμενον.

<sup>56</sup> Compare *Comp.* 2.7, 18 – 21 e *Comp.* 6.27, 18 – 28,2.

<sup>57</sup> Eu não concordo com Rhys Roberts (1910) 3, que, em seu resumo de *Sobre a Composição*, afirma que há três ‘processos’ de composição em relação às palavras e apenas dois no caso de κῶλα. A discussão de Dionísio sobre ἔργα da composição de orações (*Comp.* 7.30,18 – 31,4) é claramente dividida em três partes: καὶ γὰρ ταῦτα (1) ἀρμόσαι πρὸς ἀλλήλα δεῖ ὥστ’ οἰκεία φαίνεσθαι καὶ φίλα καὶ (2) σχηματίσαι ὥς ἂν ἐνδεχῆται χρᾶτιστα (3) προκατασκευάσαι τε, εἴ ποῦ τι δεοί, μειώσει καὶ πλεονασμῶ καὶ εἴ δὴ τιν’ ἄλλην μετασκευὴν δέχεται τὰ κῶλα. ‘Também nessas coisas [i.e. assim como as palavras] um deve (1) juntar-se ao outro para que pareçam familiares e pertencentes uns aos outros e (2) dar-lhes a melhor forma de que são capazes e (3) adaptá-los depois, se necessário, por abreviações, expansões, ou por qualquer outra mudança de forma admitida pelas orações.’ É óbvio que ἔργα em nível de oração, corresponde, em nível de palavras, à (1) reunião de μόρια λόγου, à formação gramática (σχηματισμός) de palavras (*Comp.* 6.28,20 – 29,14) e (3) à modificação (μετασκευή) de palavras em benefício da harmonia (*Comp.* 6.29,14 – 30,12). A repetição dos termos σχηματίσαι e μετασκευή na passagem sobre a disposição das orações é significativa. Cf. Nassal (1910) 28 – 29.

<sup>58</sup> *Comp.* 9.35,17 – 36,1.

listagem das três ἔργα de Dionísio (justaposição atraente σχηματισμός e μετασκευή) não corresponde às relações dos retóricos romanos. Quintiliano lista ordem (*ordo*), ligação (*iunctura*) e ritmo (*numerus*) e Cícero divide a composição em eufonia, estrutura periódica e ritmo.<sup>59</sup> O primeiro item da última lista concorda de certo modo com o interesse geral de Dionísio: as palavras devem ser arranjadas de modo que as sílabas finais se encaixem às sílabas iniciais subsequentes ‘da forma mais ordenada possível e as palavras devem ter os sons mais agradáveis’. No entanto, Cícero não menciona a formação gramatical das palavras, enquanto a noção de ritmo (*numerus*) está ausente na lista de Dionísio.<sup>60</sup> Então, parece que Dionísio dá uma abordagem original à σύνθεσις ao integrar noções gramáticas e retóricas, mas também é possível que ele tenha sido influenciado pelas ideias helenísticas sobre a composição poética, assim como pode ser encontrado em *Sobre poemas* de Filodemo.<sup>61</sup>

Antes de entrar em detalhes, Dionísio ilustra as três atividades constituintes da composição com a analogia de um construtor de casas (οἰκοδόμος), que ‘compõe’ a construção a partir de pedras, madeira, ladrilhos etc. O construtor faz três perguntas a si mesmo: ‘(1) qual pedra, madeira e tijolo deve se encaixar com qual pedra, madeira e tijolo? (2) Como cada material que está sendo agrupado deve se encaixar e em qual dos lados? (3) Se algo ficar mal encaixado, como aquela mesma peça pode ser reduzida e aparada para que possa encaixar bem?’<sup>62</sup> Ao construtor naval, se aplica o mesmo método, diz Dionísio, e ‘aqueles que irão unir as partes do discurso efetivamente’ (τους μέλλοντας εὖ συνθήσειν τὰ τοῦ λόγου μέρη) devem proceder de maneira similar. Seus elementos de construção não são pedras, madeiras e ladrilhos, mas nomes, verbos e as outras partes do discurso. A analogia entre a composição de um texto e a construção de uma casa também pode ser encontrada em outros textos antigos.<sup>63</sup> Para Dionísio, a ideia parece ser bem mais

<sup>59</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* 9.4.22; Cícero, *Orator* 149. Cf Scaglione (1972) 49.

<sup>60</sup> Por essas razões, para mim não é claro como Nassal (1910) 35 – 36 possa pensar que a lista de Dionísio sobre ἔργα em *Comp.* 2.7,18 – 21 ‘entspricht [...] vollständig’ à lista em Cícero, *Orator* 149: a única semelhança é que ambas as listas consistem em três itens. Em *Orator* 219: Cícero tem *compositio*, *concinnitas* e *numeri*. Em *De oratore* 3.171, Cícero (Crasso) afirma que a ‘ligação de palavras’ (*continuatio verborum*) requer duas coisas, a saber, a ‘justaposição’ (*conlocationem*) e ‘uma certa cadência e forma’ (*modum quandam formamque*). Quintiliano, *Inst. Orat.* 9.4.22, enumera três unidades de composição, *incisa* ou *commata*, cola e o período. Ele, então, discute os três ‘elementos necessários’ da composição, *ordo*, *iunctura*, *numerus* (‘ordem, ligação e ritmo’). O último se assemelha a Cícero, *Orator* 149, mas o tratamento de Quintiliano em relação aos três aspectos da composição parece ser independente.

<sup>61</sup> Em *Comp.* 4.22,3 – 23,5, Dionísio alega ser original.

<sup>62</sup> *Comp.* 6.28,5 – 13: ὁ τε γὰρ οἰκοδόμος ὅταν πορίσῃ τὴν ὕλην ἐξ ἧς μέλλει κατασκευάζειν τὴν οἰκίαν, λίθους καὶ ξύλα καὶ κέραμον καὶ τὰλλα παντὰ, συντίθῃσιν ἐκ τούτων ἤδη τὸ ἔργον τρία ταῦτα πραγματευόμενος, ποιῶ δὲ λίθῳ τε καὶ πλίνθῳ ποῖον ἀρμόσαι λίθον ἢ ξύλον ἢ πλίνθον, ἔπειτα πῶς τῶν ἀρμοζομένων ἑκάστων καὶ ἐπὶ ποίας πλευρᾷς ἐδράσαι, καὶ τρίτον, εἴ τι δύσεδρόν ἐστιν, ἀποκρούσαι καὶ περικόψαι καὶ αὐτὸ τοῦτο εὐέδρον ποιῆσαι.

<sup>63</sup> A comparação entre texto e arquitetura pode ser remetida a Demócrito fr. 21 Diels-kranz: Ομηρος φύσεως λαχὼν θεαζούσης ἐπέων κόσμον ἐτεκτῆνατο παντοίων. ‘Como Homero tinha inspiração divina, ele construiu com êxito um *kosmos* a partir de todos os tipos de palavras.’ Para a influência deste texto na teoria poética que considera um texto como um ‘universo’ consistindo de elementos (στοχεῖα), veja Armstrong (1995) 212 – 213. ‘Demétrio’, *Eloc.* 13, compara as orações (κῶλα) às pedras: ‘As orações no estilo periódico podem, de fato, ser comparadas às pedras (τοῖς λίθοις) que dão sustentação e unidade ao telhado que as circunda, e as orações do estilo fragmentário, às pedras que são simplesmente jogadas ao acaso umas perto das

importante do que para outros retóricos, pois ele se concentra na composição estilística.<sup>64</sup> Em relação à organização do assunto (οἰκονομία), Dionísio adota o conceito de Aristóteles de unidade *orgânica*, ou seja, uma abordagem ‘biológica’ para o discurso.<sup>65</sup> Por exemplo, Dionísio elogia Heródoto porque sem uma grande variedade de assuntos ele fez um ‘corpo harmonioso e unificado’ (σύμφωνον ἐν σῶμα).<sup>66</sup> Em relação à composição estilística (σύνθεσις), em contrapartida, a abordagem de Dionísio é determinada pelo conceito de *arquitetura*.<sup>67</sup> O caráter arquitetônico do discurso sustenta não apenas suas visões sobre a relação entre composição e seleção de palavras (*Comp.* 2) e sua discussão sobre ἔργα da composição (*Comp.* 6), mas também a descrição dos três tipos de σύνθεσις (*Comp.* 22 – 24).<sup>68</sup> Alguns estudiosos têm destacado os pontos de vista relacionados em ‘Demétrio’ e ‘Quintiliano’, mas um paralelo bastante relevante até agora tem sido em grande parte

---

outras sem construir uma estrutura.’ Quintiliano, *Inst. Orat.* 7.pr.1 compara *dispositio* (a disposição do material, o segundo *officium oratoris*) à união de ‘pedra, madeira e outros materiais de construção’ (*saxa atque materiam et cetera aedificant utilia*). Em *Inst. orat.* 9.4.27, uma frase cujas palavras não foram colocadas em seus devidos lugares é comparada a uma construção de pedras rudimentares (*structura saxorum rudium*). Em alguns casos, a analogia é limitada ao uso de uma palavra específica, assim, Cícero, *De oratore* 3.173, fala de *componere et struere uerba* (‘compor e construir as palavras’). Muitos termos retóricos parecem ter base nessa analogia, como κανών, ἔδρα e ὕλη (cf. Rhys Roberts [1910] 106 n. 2). Finalmente, gostaria de acrescentar que ‘Demétrio’ (*Eloc.* 91), em sua discussão sobre palavras compostas (σύνθετα ὀνοματὰ), recomenda a palavra ‘arquiteta’ (ἀρχιτέκτονας) como uma combinação útil. Ele deve ter escolhido esse exemplo como uma *leçon par l'exemple*, i.e. a palavra ‘mestre-de-obra’ é bem construída naturalmente.

<sup>64</sup> Dionísio distingue consistentemente o assunto (ὁ πραγματικός τόπος) do estilo (ὁ λεκτικός τόπος). Cada um desses componentes consiste em duas partes: ὁ πραγματικός τόπος lida com παρασκευή (= εὔρεσις), ‘invenção’, e χρήσις (οἰκονομία), ‘disposição’; ὁ λεκτικός τόπος lida com ἐκλογή τῶν ὀνομάτων, ‘seleção de palavras’, e σύνθεσις, ‘composição’. Veja esp. Dem. 51.240,20 – 241,7. Kremer (1907) 2 – 3 propõe uma reconstrução do sistema retórico de Dionísio que se baseia em *Thuc.* 22, no qual Dionísio menciona κόμμα, κῶλον e περίοδος como as unidades de composição. Essa divisão não corresponde àquela em *De compositione verborum* (veja seção 4.3).

<sup>65</sup> A comparação de Aristóteles de épico com ‘um único animal inteiro’ (*Po.* 1459a20) se reflete em *Ret.* 1415b7 – 9, onde é dito que em alguns casos um discurso não precisa de um *prooimion*, exceto a fim de apresentar a síntese do assunto (κεφαλαιωδῶς), de modo que ‘como um corpo ele deve ter uma cabeça’ (ἵνα ἔχῃ ὅσπερ σῶμα κεφαλὴν). Cf. Heath (1989) 20.

<sup>66</sup> *Pomp.* 3.238,8 – 11. Sobre o uso do conceito platônico de unidades orgânicas por Dionísio, veja também Fornaro (1997<sup>a</sup>) 209 – 210. Heath (1989) 85 – 89 demonstra que, quando usa unidade orgânica, Dionísio não se refere a uma integração *temática*, mas sim a um texto em que todos os elementos ‘estão reunidos na ordem apropriada assim definida. Para a avaliação de Dionísio sobre a unidade da obra de Heródoto, veja também De Jonge (2002) 245.

<sup>67</sup> Breitenbach (1911) 170 – 172 mostra que as ideias de Aristóteles sobre a natureza do discurso são influenciadas pelo conceito platônico de unidade orgânica (*Phdr.* 264c2 – 5, cf. Sicking [1963]), ao passo que o ponto de vista de Dionísio é ‘arquitetônico’. Breitenbach está certo até o ponto em que concerne o tratado *Sobre a Composição*, mas traços das ideias aristotélicas no texto como uma unidade orgânica são encontrados no tratamento dado ao assunto por Dionísio (como em *Pomp.* 3.238,8 – 11 acima). Em outras palavras, o escopo de *Sobre a composição* justifica em grande parte a diferença entre Aristóteles e Dionísio.

<sup>68</sup> *Comp.* 2.8,3 – 16: nas artes que combinam materiais e fazem deles um produto composto, assim como construção (οἰκοδομική), carpintaria (τεκτονική) e bordado (ποικιλική), as potencialidades da composição estão em segundo lugar da ordem lógica em relação as de seleção, mas elas são primeiras em potência. Isso também é verdade no caso de λόγος: σύνθεσις é logicamente posterior a ἐκλογή, mas tem muito mais poder. Para *Comp.* 22.96,15 – 19 (analogia entre a composição austera e a construção de blocos de pedras naturais agregados), veja seção 4.3.2 adiante.

ignorado.<sup>69</sup> Em *Sobre Poemas* de Filodemo, há um fragmento no qual um dos *kritikoi* helênicos (veja seção 1.5) compara a composição (σύνθεσις) à ‘construção de casa’ (οἰκοδομη[σαι]).<sup>70</sup> Janko considera a possibilidade de corrigir οἰκοδομεῖν aqui em οἰνομεῖν, mas eu penso que a comparação de Dionísio do orador com o οἰκοδόμος proporciona um argumento convincente para manter o texto tal como está.<sup>71</sup> O contexto do fragmento de Filodemo está bastante de acordo com a abordagem de Dionísio em relação a composição. O crítico que usa a palavra οἰκοδομεῖν no fragmento relevante (Pausímaco, de acordo com Janko) mostra que alguns afirmam que a boa poesia nasce de palavras comuns que foram bem dispostas.<sup>72</sup> Os mesmos argumentos desempenham um papel importante nos capítulos iniciais de *Sobre a Composição* de Dionísio.<sup>73</sup> Podemos incluir que ‘Longino’, em sua discussão de σύνθεσις, que ecoa a visão de Dionísio sobre os efeitos mágicos da boa composição (veja seção 6.2), também fala de τῇ τε τῶν λέξεων ἐποικοδομήσει (‘empilhando frase à frase’).<sup>74</sup> Tendo em vista os outros paralelos entre Dionísio e os *kritikoi* (que são parcialmente retomados por ‘Longino’), não podemos excluir a possibilidade de que o conceito de Dionísio de σύνθεσις como a construção de casas é influenciado pelas opiniões de críticos helenísticos de poesia.<sup>75</sup> Stanford compara de maneira interessante o conceito antigo de ‘arquitetura eufônica’ a uma orquestra sinfônica.<sup>76</sup> De fato, o conceito de discurso ou poesia arquitetônica parece estar intimamente relacionado à ideia de discurso musical e mágico (veja seção 6.2), que também é um tema proeminente em Dionísio e ‘Longino’.

<sup>69</sup> Para os paralelos entre ‘Demétrio’ e Quintiliano, veja anteriormente, n. 63. Devo acrescentar que ‘Demétrio’, *Eloc.* 33, afirma que um entimema pode apresentar uma propriedade acidental de periodicidade, assim como uma construção (οἰκοδομούμενον) pode apresentar uma propriedade acidental de brancura. Essa comparação, no entanto, não parece pertencer à caracterização da composição como um processo de junção de elementos de construção.

<sup>70</sup> Filodemo, *Sobre poemas* 1 fr. 55 Janko.

<sup>71</sup> Janko (2000) 245 n. 4 menciona o paralelo, mas parece não estar convencido.

<sup>72</sup> Veja Janko (2000) 245.

<sup>73</sup> Cf. *Comp.* 3.9,2 – 9. Veja também a seção 7.2.

<sup>74</sup> ‘Longino’, subl. 39.3. Cf. Janko (2000) 245 n. 4. Aristóteles *Ret.* 1365a discute o efeito poderoso da ‘combinação e edificação’ (το συντιθέναι καὶ ἐποικοδομεῖν). Aqui, o termo ἐποικοδομεῖν provavelmente se refere à figura de estilo que constrói uma cadeia de orações, cada uma das quais repetem uma ou mais palavras da oração anteriores: veja também *Ret.* Al. 3.11. Alguns retóricos simplesmente chamam essa figura de ‘clímax’. Veja Anderson (2000) 57 – 58 sobre ἐποικοδομήσις.

<sup>75</sup> Veja também seções 1.5, 3.2, 3.3, 6.2, 6.6 e 7.2.

<sup>76</sup> Stanford (1967) 78 – 79 e 92. Talvez eu me permita levar essa analogia um passo à frente ao observar que, contrariamente, as sinfonias de Anton Bruckner são geralmente caracterizadas como ‘catedrais’.

## RELATÓRIO

Antes de iniciar esta seção, é importante esclarecer para o leitor que nem sempre os termos aparecerão seguidos das devidas referências, pois os termos a serem discutidos aparecem ao longo de todo o texto. Apenas em alguns momentos foi necessário acrescentar as referências e citações do texto-fonte para que se possa acompanhar a reflexão.

### 4.1 Sobre os termos gregos

Uma das primeiras expressões consideradas de difícil tradução que apareceu ao longo do texto foi *μῦρια λόγου*. Este termo apareceu por mais de dez vezes durante o texto e pode ser considerado como filosófico, pois sua tradução muda de acordo com o assunto, e, mesmo depois de traduzido, não abrange todo o seu significado, principalmente no que diz respeito à palavra *λογος*.

O termo *μῦρια* vem do grego *μῦριον*, que significa parte/parte do corpo, membro/pedacço/porção/seção<sup>9</sup>. Como o substantivo encontra-se declinado no nominativo/acusativo, neutro, plural, logo, tem-se *partes*.

O vocábulo *λόγου* vem do grego *λόγος*, que possui inúmeros significados, dentre eles estão: palavra/dito/discurso/revelação divina/poder/sentença/frase/exemplo/promessa/argumento/ordem/notícia que corre/conversação/razão, inteligência/motivo/ juízo, opinião/justificação etc. Ao delimitar o tema, as traduções mais relevantes seriam “discurso”, “sentença” ou “frase”. Escolheu-se um deles e, como o substantivo está declinado no masculino, genitivo, singular, tem-se “do discurso”.

Para se entender um pouco mais sobre a carga filosófica desse termo, no *Sofista*, Platão fala que o *lógos* aparece como “aquilo que indica as coisas”, mas efetuando uma combinação que entrelaça verbos e nomes. Para ele, o *lógos* é sempre *lógos* de alguma coisa,

---

<sup>9</sup> Os significados dos termos discutidos foram pesquisados em dicionários grego-português e grego-inglês como Isidro, Liddell and Scott e Smith.

ou seja, um de seus elementos é o agente, o qual existe realmente; ele não é simplesmente a expressão de algo, mas também sobre algo, já que os gêneros estão em conexão mútua (NEVES, 1987).

Em outra citação, Platão diz ainda que “o *lógos* é como a imagem do pensamento na palavra (208c), com o emprego de verbos e nomes; na emissão vocal se reflete como num espelho ou na água, a imagem da opinião (206d).” É por meio dessa análise que Aristóteles se põe a estudar a linguagem e a articulação dos termos no discurso (NEVES, 1987), tópico apresentado no estudo de De Jonge.

A fim de demonstrar como cada autor utiliza o termo, com propósitos diferentes que culminam em traduções diferentes, cito a seguir algumas ocorrências do termo em diferentes livros:

- Kennedy (2007) em sua tradução de *A Retórica*, no capítulo 9 do terceiro livro, fala de “partes do discurso” (*parts of speech*). Do mesmo modo, Júnior, Alberto e Pena, 2005 (Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa), na tradução da mesma obra, optam por “partes do discurso”.
- Robins, 1967, em seu livro sobre a história da linguística, fala em “componente da sentença” (*components of the sentence*), mesmo ao tratar de igual tema abordado pelo próprio Aristóteles.
- Chapanski (2003), em sua tradução de *Tékhne Gramatiké*, de Dionísio o Trácio, traduz o mesmo termo por “partes da frase” e também o atribui a Aristóteles.
- Neves (1987), em seu livro sobre a gramática tradicional, também fala de “partes do discurso”, e do mesmo modo, De Jonge, o autor do livro, utiliza “partes do discurso” (*parts of speech*) ao se referir tanto a Aristóteles, como Dionísio o Trácio e Dionísio de Halicarnasso. Essa denominação é um pouco mais recente, por isso, aproxima-se mais do nosso sistema gramatical. Talvez esse seja o motivo da preferência por esta tradução entre os autores.

Havia algumas possibilidades de se traduzir o termo grego apresentado. Uma delas seria transliterá-lo e colocar uma nota de tradução explicativa. Porém, o texto original já apresenta um número expressivo de notas e não caberia neste trabalho sobrecarregar ainda mais o espaço da página. Outra forma seria seguir a mesma formatação do autor do livro, manter o termo grego entre parênteses ou aspas simples e colocar a sua tradução de acordo



com o texto em inglês. Apesar de se perder um pouco do significado da tradução do termo em grego, manteve-se a fidelidade ao texto de partida. Assim, julgou-se que a melhor maneira encontrada para traduzir a expressão foi: *μέρια λόγου* (*partes do discurso*).

De Jonge, por três vezes ao longo do texto, fala em *parts of the phrase*, que foi traduzido por “partes da frase”. Porém, utiliza esta expressão apenas para designar um estudo específico de Dionísio de Halicarnasso. No restante do texto, prefere a expressão “partes do discurso”.<sup>10</sup>

Outro termo grego a representar um obstáculo durante a tradução foi *ὄνομα*, que aparece sete vezes no decorrer do texto, seguido, ou não, de sua tradução.

O vocábulo *ὄνομα* significa em grego nome/fama. Este aparece ao longo do texto em sua forma nominativa seguido de sua forma declinada no plural *ὀνόματα* e no genitivo *ὀνόματος*. Seguidas ou não de suas traduções, juntas estas formas aparecem 14 vezes no decorrer do texto.

De acordo com Chapanski (2003), na antiguidade helênica, pensar a língua era pensar os nomes e a relação entre eles e as coisas. O termo *ὄνομα* pode ser entendido de várias maneiras. Por exemplo, na filosofia estoica, estava restrito à denominação particular de coisas ou seres – isso seria o substantivo próprio de hoje. Por outro lado, Dionísio o Trácio tenta escapar dessa definição, colocando o nome próprio como *kúrion ónoma* (nome propriamente dito). Nota-se, então, que *ὄνομα* não se refere a nome, mas sim a nome próprio e, a partir dele, originaram-se os outros nomes (pronomes, vocativos etc.)<sup>11</sup>.

Com a noção clara do significado do termo *ὄνομα*, a dificuldade consiste em adaptá-lo aos padrões linguísticos atuais, ou traduzi-lo de acordo com o contexto clássico. De Jonge escolhe a tradução de *ὄνομα* por *noun*, porém admite que esta não é satisfatória (nota 9, p. 30) e, ainda que, “ não se pode usar o termo ‘substantivo’ para *ὄνομα* de Aristóteles”.

---

<sup>10</sup> Veja página 29 *caput*.

<sup>11</sup> Para a tradução das partes do discurso de acordo com Dionísio o Trácio (*ὀνόματα, ῥήματα, σύνδεσμοι, ἄρθρα, προσηγορικά, ἀντονομασίαι, ἐπιρρήματα, προθέσεις e μετοχαί*) e de acordo com Prisciano (*Nomen, Verbum, Participium, Pronomen, Adverbium, Praepositio, Interiectio e Coniunctio*), veja Anexo IC.

Além disso, é importante lembrar que neste estágio da língua, o adjetivo ainda não era considerado uma parte do discurso distinta, portanto, ainda fazia parte dos nomes. Para Dionísio o Trácio, os adjetivos eram formas de ὄνομα (Chapanski, 2003).

Após uma pesquisa em livros que tratam do mesmo tema em português, viu-se que grande parte dos autores – entre eles Neves (1987) e Chapanski (2003) – mantém a preferência pela tradução clássica do termo, “nome”. Isso ocorre tanto nas traduções e estudos de Platão quanto de outros autores clássicos, como Dionísio o Trácio, Dionísio de Halicarnasso, Aristóteles, os filósofos estoicos, Prisciano etc. Por isso, a solução encontrada para a tradução da palavra ὄνομα, bem como para suas declinações, foi *nome*, lembrando que nem sempre o termo aparece acompanhado de sua tradução.

O vocábulo κῶλον foi de difícil tradução, pois o termo está intimamente ligado à estrutura da língua grega. O termo e seu correspondente no plural (κῶλα) aparecem sete vezes ao longo do capítulo (notas 46, 48, 49, 57, 60 e 63 e p. 170). A maioria delas em sua forma grega sem o acompanhamento da tradução.

Há uma pequena definição de cólon no texto em uma nota em que Casper critica uma tradução de Vijamaa: “que ‘na opinião de Dionísio, o *colon* é a unidade mais importante da expressão linguística, e de fato, a unidade central da estrutura do período” (n. 48). A definição de cólon pode ser encontrada em livros relacionados à métrica grega<sup>12</sup>, justamente pelo fato de esse termo estar relacionado à poesia grega e, conseqüentemente, ao som.

Uma definição de cólon encontrada em livros do gênero é:

“Muito mais óbvio como uma unidade é a linha simples ou ‘cólon’ [divisão exata em linhas, ou ‘colometria’, é algumas vezes incerta, porém, comumente, uma estrofe pode ser facilmente dividida em comprimento inteligível e familiar. A sobreposição de uma palavra de uma linha para outra, fazendo um ‘dicolon’ - ou mesmo como sobreposição de várias linhas sucessivas - não é incomum, de modo que a divisão de palavras nem sempre seja um indicador confiável.] O colon é a menor unidade significativa, um número variável de cola forma um período, assim como um número variável de períodos compõe uma estrofe.” (RAVEN, 1962, p.125).

---

<sup>12</sup> Para a definição de cólon de acordo com a *Retórica*, veja anexo IIB

A partir desta passagem, pode-se dizer que *cólon* pode corresponder à oração, frase, sintagma ou até mesmo sentença. Porém, “linha simples”, “unidade significativa”, nenhuma dessas definições oferecem uma explicação objetiva que possa levar a um equivalente do termo. Uma explicação um pouco mais clara é aquela de acordo com West (1982):

O *cólon* é uma sentença simples de não mais do que doze sílabas. Alguns tipos de *cólon* podem ser usados como versos (períodos curtos), mas no geral *cola* são subdivisões de períodos. O que lhes dá sua identidade é principalmente sua reaparição em outros contextos, seja na mesma ou em outras composições.

Outra definição, de acordo com Glossary of technical terms, pode ajudar a delimitar ainda mais o sentido de *cólon*.

*Cola* são frases simples e após cada uma delas é feita uma respiração. Para facilitar a leitura, alguns manuscritos são escritos colometricamente com um *cólon* por linha. Um *cólon* continha entre nove e dezesseis sílabas. Vários manuscritos bilíngues em latim e grego do evangelho, dos atos e das cartas possuem o texto organizado colometricamente.

Levando em conta as possibilidades retiradas das definições anteriores, o equivalente mais próximo para o termo foi “oração”. Como dito anteriormente, raras são as vezes em que a expressão aparece acompanhada da tradução, então, como no texto fonte, o grego foi mantido.

A palavra *κόμμα* ou *comma* se destacou ao longo do texto, tanto em sua forma grega como na latina, por ser alvo de algumas discussões ou comentários de notas. O termo apareceu oito vezes no texto em sua forma singular (*comma*) e plural (*commata*).

De acordo com dicionários a definição é:

- em grego, *κόμμα* significa: corte, incisão/inciso, fragmento, membro de um período, vírgula, que separa os diversos membros de um período.

- em latim tem-se: membro do período, sinal ortográfico que separa os membros de uma frase, a vírgula/parte do verso hexâmetro/cesura/parte de um verso/meio quarto de um tom.

As definições foram utilizadas principalmente para checar se em ambas as línguas o termo possui o mesmo significado. Visto que sim, buscou-se uma definição mais precisa que deixasse claro para o leitor o significado da palavra. Novamente no Glossário de Termos Técnicos a definição do termo aparece como: “*Commata* eram frases simples e após cada uma delas é feita uma respiração. Uma *comma* continha menos de oito sílabas.” Por este conceito, pode-se perceber que a definição de *comma* é muito próxima àquela de cólon.

Segundo Kleist (1928)<sup>13</sup>, em seu livro *Colometry and the New Testament*, antigamente não havia pontuações como a vírgula, mas um grupo de palavras isoladas como um único grupo era uma “comma”.

Nenhuma das definições apresentadas anteriormente abrangeria o significado do termo e pouco se tem escrito sobre a *comma*. Levando-se em conta os conceitos apresentados pelos dicionários e a proximidade com o termo cólon, a tradução mais adequada para a palavra foi “componentes menores do discurso”, lembrando que a tradução do termo aparece apenas uma vez ao longo do texto, as outras vezes, apareceu em sua forma grega e latina.

## 4.2 Divergências de tradução

Alguns termos traduzidos do grego para o inglês por De Jonge se apresentaram de forma insatisfatória, isto é, o autor poderia ter optado por outros equivalentes. Alguns desses termos foram alterados para apresentarem outras opções de tradução para os termos gregos no texto de chegada.

Um desses termos é o *προσάγων*. Este corresponde à terceira pessoa do plural do aoristo do verbo *προσάγω*, que significa (quando transitivo) conduzir, introduzir/trazer/aposentar, oferecer/fazer vir/atrair com a palavra/recair sobre/ transportar.

---

<sup>13</sup> Disponível em: < <http://www.angelfire.com/la2/prophet1/1John57.html> > Acesso em: 14 de julho de 2011.

De Jonge, em sua tradução da passagem sobre a história das classes de palavras de Dionísio de Halicarnasso, traduz *προσέγγαγον* por “aumentaram”. Pela definição dada acima, vê-se que a tradução se distanciou muito do termo original e houve uma interferência muito grande por parte do tradutor. Além disso, perdeu-se a noção de que foi um estudo gradual até se chegar às oito ou nove partes do discurso. Curiosamente, o próprio autor dedica um parágrafo para falar sobre o termo:

Dionusius states the Theodectes and Aristotle ‘increased’ the number of the parts of speech: *προσέγγαγον*, the word he uses, literally means ‘carried forward’. This word already contains the idea of gradual progress, which characterizes the whole passage on the history of the word class system.(p. 170)

Pode ser depreendido dessa passagem que não se trata de um erro de tradução, mas sim de uma escolha incoerente com o contexto em que o termo aparece. O mesmo ocorreu com o termo *προὔβιβασαν*, que também possui o sentido de avançar, levar adiante e foi traduzido pelo autor simplesmente por “elevar” (*raise*).

Tendo em vista essa perda de sentido, a tradução da passagem em que os termos aparecem não se manteve fiel ao original. As expressões *προσέγγαγον* e *προὔβιβασαν* foram traduzidas respectivamente por “conduziram” e “levaram adiante”. É importante salientar que estas modificações foram feitas apenas na tradução do trecho em grego, a mesma regra não se aplica à tradução do latim, pois, apesar de serem termos semelhantes, não se pode afirmar com certeza de que se trata dos mesmos verbos.

Algo semelhante ocorreu com o termo *τομή* (p. 39), o qual De Jonge traduziu por *division* (divisão). Em grego, *τομή* significa corte, amputação/parte, porção/ corte por incisão/ abertura de uma fenda etc. O uso de “dividir” implica uma repartição de algo, mas também carrega a ideia de igualdade, partes iguais. Apesar de a tradução conter parte da carga semântica do termo, não é o significado “mais puro” e mais comum.

A tradução mais apropriada para *τομή* seria, então, “parte” ou “porção”. Tendo em vista que a palavra “parte” já está sendo usada para a expressão *μόρια λόγου*, e para que o

leitor menos familiarizado com a língua grega não confundisse alguns dos termos, a tradução escolhida para o termo foi “porção”.

Outra divergência ocorreu na tradução de Apolônio Díscolo com relação às expressões *ἐγὼ περιπατῶ* e *συ περιπατεῖς* (n. 18). O pesquisador escolheu traduzi-las por “eu estou andando” e “você está andando” (“*I’m walking, you’re walking*”).

No grego antigo, a ação do tempo presente ocorre no momento da fala, ou seja, é uma ação em progresso. Em inglês, geralmente este tempo corresponde ao presente contínuo, porém, em português, frequentemente, o tempo presente do grego corresponde ao presente do indicativo e o gerúndio é normalmente utilizado para se referir ao particípio ou optativo.

É importante destacar que a tradução do presente grego pelo presente contínuo, não configura um erro e é bastante utilizada para traduzir o presente situacional. Porém, neste caso, optou-se por uma tradução mais habitual e objetiva: “eu ando” e “tu andas”.

#### 4.3 Sobre a interferência do tradutor

Como visto anteriormente nas considerações teóricas (seção 2.5.2), há um modelo proposto para a tradução de textos da antiguidade clássica. Este modelo consiste em uma tradução extremamente fiel ao original, ou seja, livre de interferências por parte do tradutor como adaptações, liberdade nas escolhas dos termos, já que estes são escolhidos pelos estudiosos da filosofia, e o uso de notas de tradução sempre que possível e necessário.

Esse tipo de texto exige um enorme trabalho do tradutor em pesquisar e documentar informações para compor a sua tradução, já que a tradução das línguas clássicas é como uma tradução puramente histórica, isto é, os fatos são muito importantes em sua composição. Trata-se de uma tradução difícil que exige, além de profundo domínio das duas línguas, concentração. Geralmente, essas traduções são feitas por pessoas da área que dominam e estudam os termos técnicos. Durante a tradução desta tipologia textual, o tradutor deve consultar obras traduzidas do autor, quando há, e adotar a mesma terminologia, mesmo que não lhe pareça a melhor opção.

De Jonge, na maioria das vezes, apresenta traduções que seguem o modelo anteriormente descrito, mesmo que sejam apenas trechos. Ele utiliza uma boa estratégia ao colocar o termo original em latim ou grego e a possível tradução entre aspas simples ou parênteses, como comenta durante uma nota (n. 9 p. 30):

*Even in a system of eight or nine parts of speech, the word class σύνδεσμοι covers more than our ‘conjunctions’ or ‘connectives’. However, some readers may find it useful to have an indication of the meaning of the terms in Dionysius’ survey. There is no completely satisfactory solution to this problem, but I have decided to preserve the Greek terms in the translation, while adding the usual (partly anachronistic) translations of these terms between inverted commas.*

Até então, as escolhas de De Jonge foram pertinentes, mas, no que se refere à tradução da passagem de Quintiliano sobre a teoria das classes de palavras (seção 4.2.3, p. 38), o autor faz uma interferência que contradiz suas próprias regras. Ele explica sua escolha tradutória diretamente no texto traduzido, o que atrapalhou a leitura. Pois, como pode ser observado, o texto em latim apresenta um trecho entre parênteses suprimido pelo tradutor muito próximo ao trecho em parênteses da tradução. Essa interferência pode confundir o leitor, além de não constituir informação vital para o texto de chegada. Assim como feito anteriormente e ao longo do texto, De Jonge poderia ter optado por uma nota de tradução, já que a questão proposta por ele merecia uma reflexão mais elaborada.

#### 4.4 Sobre a intraduzibilidade

Uma das questões mais relevantes abordada pelo próprio autor na obra é a intraduzibilidade, que aparece ao longo do texto em três momentos – notas 9, 30 e 32. Nessas notas, De Jonge discute sobre a falta de equivalentes reais para os termos, traduções problemáticas, insatisfatórias e inconsistentes.

Antes do comentário sobre essa discussão, seria interessante remontar às tradições gregas e latinas bem como à tradução de textos clássicos, com o intuito de esclarecer alguns assuntos, até que se chegue à teoria da intraduzibilidade abordada hoje.

Se a história da língua grega for considerada desde o deciframento da escrita Linear B, esta soma mais de 3.500 anos. Isso constitui uma tradição ininterrupta de vida no sentido de que os aspectos de todas as fases importantes dessa tradição sobreviveram e coexistem na língua moderna. Assim, o grego clássico do século IV e V a.C., a koiné e o grego bizantino estão de alguma forma acessíveis a nós de maneira tal que nem o anglo-saxão e nem o inglês medieval estão. (CONNOLLY e BACOPOULOU-HALLS, 2009)

Aparentemente, os gregos davam pouca importância à tradução, visto que não há discussões sobre a prática de tradução ou do processo tradutório na literatura da antiguidade grega. Mesmo assim, há registros de que eles utilizavam intérpretes e tradutores, já que os filósofos gregos tinham acesso aos textos egípcios provavelmente pelas traduções (CONNOLLY e BACOPOULOU-HALLS, 2009).

Segundo Kakridis (1971: p. 12–16 apud Connolly e Bacopoulou-Halls, 2009, p. 419), os gregos não tinham a necessidade de aprender outro idioma, já que o grego era o principal idioma dos séculos imediatamente anteriores ao nascimento de Cristo, porém, eles esperavam que os outros aprendessem o seu. Do mesmo modo, não admitiam facilmente a interferência de elementos linguísticos estrangeiros na língua e na cultura grega.

Nos primeiros séculos d.C., os estudos da tradução não estavam efetivamente presentes na Grécia, já que os textos originais ainda estavam acessíveis aos leitores gregos da época. As primeiras referências à tradução, nesse contexto, tiveram início no período bizantino, quando as escolas de Beirute e Constantinopla tentaram sistematicamente traduzir a terminologia jurídica do latim para o grego (CONNOLLY e BACOPOULOU-HALLS, 2009).

Os professores de direito conhecidos como *antikinsores* atuavam tanto como tradutores quanto professores de tradução. Eles tornavam o texto em latim acessível a seus alunos de grego à medida que colocavam introduções em grego sobre aqueles textos. Esta não era uma tradução literal palavra a palavra, mas era como uma análise ou explicação das partes necessárias do texto para que os alunos pudessem compreendê-lo. Caso os alunos não compreendessem o texto, os professores providenciavam a tradução de alguns termos em latim. Esta atividade era conhecida como a interpretação *katá póda* (literalmente, sobre os



pés) seguida de outras atividades para esclarecer o texto. O trabalho dos antikinsores era conhecido pelas notas de seus alunos, que mais tarde vieram a ser os primeiros dicionários de termos jurídicos. (CONNOLLY e BACOPOULOU-HALLS, 2009).

A tradição latina começou no século III a.C. Nesta época, os romanos desenvolveram um gosto pela cultura grega, principalmente pelo teatro. Assim, surgiram várias traduções da Odisseia e várias peças de teatro como a Guerra de Troia. No século seguinte, os gregos introduziram a retórica em Roma e a tradução se tornou um ramo da retórica. Durante todo o império romano, as traduções desempenharam um papel muito importante para a difusão da cultura grega. (KELLY, 2009)

Um dos principais tradutores da Roma Antiga foi Cícero. Em seus estudos, Cícero diz que a tradução palavra a palavra não é adequada e que os tradutores devem buscar expressões em sua própria língua que reproduzam o melhor possível a solidez do original tanto quanto possível (KELLY, 1998). Além dele, outros dois grandes nomes da tradução foram Horácio e Quintiliano.

As traduções do grego antigo e do latim deram uma grande contribuição não somente para os estudos da tradução, mas para diversas áreas do conhecimento como a história, filosofia, medicina etc (HARDWICK, 2009). Este tipo de tradução possui algumas características distintas: as línguas não são mais faladas; o corpus de textos é finito; as tradições dos manuscritos são, por vezes, contestadas e alguns textos apresentam problemas por conta de sua composição oral. Os Classicistas apresentam atitudes ambivalentes para as traduções de textos clássicos, uma vez que elas representam a tábua de salvação para esses textos e, ao mesmo tempo, sua influência constitui uma ameaça para a continuação do estudo das línguas clássicas (HARDWICK, 2009).

As traduções tiveram um impacto profundo em como as culturas grega e romana são tratadas e valorizadas hoje e como os conceitos 'clássicos' se desenvolveram e se transformaram. Além disso, essas traduções são as responsáveis pela preservação de textos médicos, matemáticos e filosóficos em grego, e mais importante ainda, a literatura, como a de Homero, que contribuiu não somente para os debates sobre a relação entre o texto fonte e a língua-alvo, mas também fez com que obras como essa se tornassem literaturas canônicas ao redor do mundo (HARDWICK, 2009).

Por causa do status histórico e cultural das línguas clássicas, tem-se a impressão de que mesmo a mais poderosa das línguas-alvo é tida como subalterna em relação a elas. (BUDELMANN 2005 apud Hardwick, 2009, p. 36). Assim, a tradução de textos clássicos continua a ser um meio de negociar *status* intelectual, estético e cultural (JOHNSTON, 2007apud Hardwick, 2009, p. 37). Ela oferece um excelente exemplo de como os modelos rigidamente polarizados de alteridade e domesticação precisam ser redefinidos para que possa ser considerada a fluidez e a contingência da interação entre a tradução e as práticas culturais. De Jonge, de certa forma, não representa essa fluidez, já que suas traduções são sempre interrompidas por “estrangeirismos” – o uso do termo original em grego nos textos em inglês – seguidos de equivalentes parciais.

A falta de equivalentes reais para os termos clássicos e filosóficos são questões presentes nos estudos tradutórios de longa data. O próprio De Jonge expõe esta problematização ao questionar se esses termos devem ser traduzidos, qual seria a melhor tradução para que não se perdesse o significado completo e se uma tradução deste tipo de texto é realmente adequada. Isto está dentro de um campo muito polêmico da tradutologia e, portanto, alvo de maior discussão deste estudo.

Os debates sobre a traduzibilidade concentram-se primariamente na questão de se a tradução de uma língua para outra é realmente possível, ou em que sentido ou em qual nível ela é possível. Estes ainda se estendem às questões ideológicas e sociais sobre o que deve ou o que não deve ser traduzido.

Historicamente, os problemas sociais podem preceder os linguísticos e podem estar arraigados nas crenças de que os textos religiosos que contêm verdades arcanas não podem ser profanados por meio da explicação, disseminação ou tradução (HERMANS, 2009).

Sobre esse assunto, Derrida (1999/2001 apud Hermans, 2009, p. 300) fala de “medida quantitativa” de tradução, ou seja, quando a tradução é tratada em seu sentido amplo com a condição de que ela permite a comunicação em primeiro lugar, a possibilidade de tradução tende a ser mais aceita. A total traduzibilidade, no sentido da reprodução integral da significação de um texto, pode ser possível apenas no caso de línguas formalmente artificiais. A intraduzibilidade completa seria aquela além das palavras, de forma que ela implicaria a impossibilidade de comunicação ou até mesmo de semiose.

Para Hermans (2009), do ponto de vista linguístico, as diferentes abordagens da questão da traduzibilidade derivam de visões fundamentalmente opostas sobre a natureza da linguagem e o significado.

O argumento contra a traduzibilidade, geralmente, não postula a intraduzibilidade completa, mas questiona se uma tradução totalmente adequada pode ser alcançada (HERMANS, 2009). O que, pelo dito, são exatamente os questionamentos de De Jonge em relação às suas traduções.

Benveniste (1958 Apud Hermans 2009, p. 301) argumenta que a suposta lógica universal das categorias do grego antigo era baseada nas características da língua. A consequência disso, explorada posteriormente por etnógrafos e filósofos, é que línguas diferentes podem dar margem a lógicas incomensuráveis (WINCH, 1964 apud Idem). As línguas estão imersas no ambiente cultural do qual são parte constitutiva. É essa reciprocidade entre língua e cultura e a assimetria entre diferentes mundos, que são também mundos linguísticos, que tornam a tradução possível (HERMANS, 2009)

Já que a intraduzibilidade carrega tanto a estrutura linguística quanto a relação entre língua e cultura, é frequentemente subdividida em dois gêneros: linguística e cultural (HERMANS, 2009). Para Catford (1965, Apud HERMANS 2009, p. 302), a intraduzibilidade linguística ocorre em casos em que a ambiguidade e a polissemia são funcionalmente relevantes ao texto. A intraduzibilidade cultural ocorre em situações em que as características referidas no original estão ausentes na cultura da língua a ser traduzida.

Um texto será traduzível se puder mostrar o vislumbre da “língua pura” adormecido nele. Ao atingir este potencial, a tradução completa e libera algo no original. Neste sentido, o original convida à tradução (BENJAMIN, 1923, Apud HERMANS, 2009, p. 303). Já que a teoria da tradução, assim como a filosofia, não apresenta outra solução se não tradução, a demonstração de intraduzibilidade coloca a disciplina em um dilema. No entanto, Von Humboldt e Derrida vêem a intraduzibilidade como um desafio estimulante, que convida o tradutor a ousar e enfrentar o impossível. Quanto mais intraduzível for um texto, mais insistentemente ele pedirá por uma tradução. Por outro lado, um texto totalmente traduzível não valeria à pena ser traduzido (HERMANS, 2009).

Os questionamentos de De Jonge foram mantidos na tradução e tentou-se transmitir seu sentimento de insatisfação em relação às suas traduções.

## 4.5 Das adaptações

A tradução deste capítulo exigiu inúmeras adaptações tanto na forma quanto no estilo de escrita. Para Bastin (2009), a adaptação pode ser entendida como uma série de intervenções na tradução. A adaptação pode abarcar várias noções vagas como a apropriação, a domesticação, imitação, reescritura e daí por diante.

A distinção entre adaptação e tradução pode ser datada a Cícero e Horácio, que se referiam aos *interpretes* (intérpretes) como aqueles que utilizavam o método palavra a palavra, e distinguiam este método daquele que eles denominavam livre, mas inteiramente legítimos aos resultados das operações de transferência. Hoje, a adaptação é considerada como um dos vários tipos de interferência por parte do tradutor dividida entre as “intervenções deliberadas” e desvios de literalidade. (BASTIN, 2005 apud Bastin, 2009, p. 3). A adaptação, ainda, pode ser definida como o procedimento usado sempre que o contexto original não existe na cultura do texto de chegada e necessita de alguma forma de recriação (VINAY e DARBELNET, 1958 apud Bastin, 2009, p. 3).

Em geral, as adaptações são bastante criticadas pelos historiadores e estudiosos da tradução. Eles as veem como uma distorção, falsificação ou até mesmo censura do original. Segundo Bastin (2009), a adaptação pode ser mais facilmente justificada quando o texto original é de natureza linguística, ou seja, quando o assunto do texto é a própria linguagem. E, de acordo com o mesmo autor, Newmark (1981 apud Bastin, 2009, p. 4) diz que nestes casos a adaptação tem de ser baseada no julgamento do tradutor sobre o conhecimento de seu leitor, e, ainda que Coseriu (1977 apud Bastin, 2009, p. 4) argumenta que este tipo de adaptação prioriza a forma à função com o intuito de produzir o mesmo efeito encontrado no texto original. Ao se levar em conta esta linha de pensamento, o termo *ὄνομα* – apresentado como *noun* e traduzido por “nome” – discutido na seção 3.1 – pode ser tratado como um tipo de adaptação já que a tradução segue o modelo dos textos com que o público leitor da área se identifica.

Segue a lista dos diferentes modos de adaptação, de acordo com Bastin (2009), com exemplos que apareceram na tradução deste capítulo, quando existiram.

1. Transcrição do original – foi realizada apenas algumas vezes durante a tradução, pois não é mais utilizada pelos tradutores justamente por tornar o texto artificial. Um exemplo pode ser encontrado no trecho a seguir: “Dionysius’ history of the theory of the parts of speech can be found immediately after his definition of σύνθεσις (composition)...” (p. 169), que foi traduzido por: “A história de Dionísio sobre a teoria das partes do discurso pode ser encontrada imediatamente após a definição de σύνθεσις (composição)...” (p. 30).
2. Omissão – utilizada várias vezes no decorrer do texto, principalmente por questões de estilo. A língua portuguesa não admite o uso repetitivo de palavras, principalmente se estão muito próximas umas das outras, por isso, diversas vezes no texto omitiu-se o nome de *Dionísio*, o sintagma “partes do discurso”, “frases”, “palavras”, “discute” e várias outros. É importante lembrar que os termos omitidos ao longo do texto não causam qualquer perda para o leitor e tampouco prejudicam a leitura do texto.
3. Expansão – não aconteceu diretamente no texto por causa de sua formatação como explicado na seção 1.4 deste trabalho. Mas pode-se considerar como expansão a explicação dos termos gregos e latinos no Anexo IC, a seção de convenções e abreviações no Anexo IB.
4. Exoticismo – não aconteceu durante a tradução.
5. Atualização – não foi empregada na tradução já que o texto foi publicado em 2008 e não houve registros de linguagem desatualizada ou ultrapassada.
6. Adequação situacional ou cultural – ocorreu em relação ao uso das pessoas ao longo do texto. Os artigos acadêmicos escritos em português raramente apresentam a primeira pessoa do plural, salvo quando são escritos por mais de um autor. O inglês não apresenta uma marca muito forte da impessoalidade, por isso, comumente se considera a primeira pessoa do plural para expressar a impessoalidade. Assim, todas as vezes em que apareceu a primeira pessoa do plural, esta foi substituída pela forma equivalente do impessoal. Como exemplo tem-se: *In the next sections (4.3.1 e 4.3.2) we will therefore focus on the other two passages[...]* (p. 186) que foi traduzido por: “Portanto, as próximas seções (4.3.1 e 4.3.2) concentram-se nas outras duas passagens...” (p. 43).

É importante destacar que a impessoalidade, nesta obra, foi empregada apenas no lugar da primeira pessoa do plural. A primeira pessoa do singular permaneceu, pois esta representa uma forma de interação do autor com o leitor do texto de partida e deve ser mantida para que o leitor do texto-alvo tenha a mesma sensação em relação ao autor ao ler o texto.

7. Criação – por se tratar de um texto não-literário, seguiu-se à risca o assunto da obra não se fazendo necessária a criação ou substituição das ideias ou função do texto original.

As adaptações feitas ao longo desta tradução foram bastante sutis e quase imperceptíveis aos olhos dos leitores. Portanto, não são alvos de maiores discussões. A título de exemplo, estão relacionados a seguir alguns casos que não estão presentes na lista anterior.

No que diz respeito às adaptações estilísticas, muito comum foi a junção de alguns períodos. Isso ocorreu pelo fato de que a língua inglesa muitas vezes apresenta períodos mais curtos do que a língua portuguesa. Assim, em alguns casos, optou-se pela junção destes períodos. Por exemplo, a seção 4.2, p. 169,

*First, I will discuss the relationship between Dionysius' 'history of the Word class system and the rest of his work On Composition. Second, I will comment on some particularities of Dionysius' 'history of linguistics'. Finally, I will compare Dionysius' approach with that of Quintilian and modern historians of linguistics. Thus, I hope to answer the question what kind of historian of linguistics Dionysius actually was.*

foi adaptado para:

“Primeiramente, discutirei a relação entre a história do sistema de classes de palavras de Dionísio e o resto de sua obra Sobre a Composição; em seguida, comentarei algumas particularidades da ‘história da linguística’ de Dionísio e, finalmente, farei uma comparação entre a abordagem de Dionísio, a de Quintiliano e

dos historiadores da linguística mais recentes. Assim, espero responder a questão sobre que tipo de historiador da linguística Dionísio era realmente.”. (p. 30).

Outro tipo de adaptação ocorreu em relação a algumas referências ao longo do texto. Por exemplo, por algumas vezes o autor cita páginas no próprio livro, como em (p. 168) que foi adaptado por “(seção 4.2)” já que o leitor do texto traduzido não tem acesso ao número de páginas da edição completa para buscar esta informação.

#### 4.6 Sobre a intertextualidade

Há uma rede de textos multilinguais que circundam o livro de De Jonge. Essa intertextualidade aparece dentro do próprio texto como nos paratextos. Muitas vezes, os intertextos aparecem em outras línguas sem estar acompanhados de sua tradução, o que implica que o leitor desta tipologia textual traga um conhecimento de outras línguas, pelo menos, em nível de leitura. Desse modo, limita-se o número de leitores e, conseqüentemente, informações significativas à leitura.

Comentários que aparecem em notas compreendem o alemão, francês, latim e o grego antigo. O último aparece, na maioria das vezes, acompanhada da respectiva tradução, ou como referência para as traduções citadas ao longo do texto, salvo na nota 16, em que o trecho é usado para exemplificação. O latim aparece apenas uma vez em um pequeno trecho, n. 40, mas que poderia esclarecer o ponto de vista de Quintiliano se fosse traduzido. Do mesmo modo, o francês aparece somente em n. 26 para elucidar a visão de Lallot sobre a teoria das classes de palavras. Esta passagem é relevante para a leitura e, portanto, também poderia ser seguida de tradução. Por ser a língua mãe da maioria dos estudiosos sobre Dionísio de Halicarnasso<sup>14</sup>, o alemão aparece na maioria das notas: n. 27, n. 29, n. 33, n. 44 e n. 53. Neste caso, também não há respectivas traduções dos trechos.

Algumas soluções poderiam ser aplicadas nos casos mencionados acima. A primeira delas seria colocar a tradução dos trechos após o original. Porém, esta atitude causaria algumas mudanças na formatação do livro e também se tornaria repetitivo. Outra opção seria suprimir o texto original e colocar somente a tradução com as devidas referências, mas para

---

<sup>14</sup> Refere-se aos estudiosos citados ao longo do livro: Schmitter, Grotzsch, Matthaios e Pohl.

isso seria necessário um conhecimento aprofundado destas línguas para prover uma tradução adequada e o texto perderia sua qualidade de multilingual. Pensando neste último argumento, mantiveram-se as notas na língua original também na tradução preservando, assim, a formatação, a intertextualidade do original e a receptividade do leitor em relação a outros idiomas.

## 4.7 Building blocks

Um termo chave no capítulo quatro é *building blocks*. Desde o começo de sua reflexão sobre Dionísio, De Jonge usa o termo para representar a analogia sobre a composição e a construção de uma casa escrita por Dionísio em *Sobre a Composição*.

*The builder of a house (οἰκοδόμος), Who ‘composes’ a building from stones, timber, tiling, etc. the builder asks himself three questions: ‘(1) what stone, timber and brick is to be fitted together with what other stone, timber and brick? (2) How should each of the materials that are being joined be fitted, and on which of the sides? (3) If anything fits badly, how can that very piece be pared down and trimmed and made to fit well?’<sup>62</sup> The shipwright will apply the same method [...] ‘those who are going to put the parts of speech together effectively’ should proceed similarly. Their building blocks are not stone, timber and tiling, but noun, verb and the other parts of speech. (p. 188).*

A expressão em questão aparece mais de dez vezes ao longo do texto, por isso, sua tradução teve de ser cuidadosamente refletida em busca do melhor equivalente. Em uma primeira tentativa, optou-se pela palavra “tijolo”, já que capta bem o sentido do termo. Porém, como visto na analogia acima, a palavra tijolo teve de servir como tradução para *brick* na falta de outro equivalente direto. A outra opção encontrada foi buscar o termo grego usado por Dionísio de Halicarnasso. Apesar de este trecho não conter o termo em questão, pode ser depreendido do texto que a expressão utilizada por Dionísio é “elementos” (στοχεῖα). Ao se optar por “elementos”, perdeu-se um pouco da imagem visual que traz este conceito e também a facilidade de assimilação que o leitor teria se fosse utilizado o termo tijolo. Por outro lado, retomou-se o termo grego no mais puro sentido e, talvez, aquele pretendido por Dionísio.



Para que “elementos” referente a *building blocks* não fosse confundido com aquele referente a *elements*, também presente no texto fonte, este foi transformado em uma expressão que captasse parte do sentido de *building*. Desse modo, o termo foi traduzido por: “elementos de formação”, “elementos básicos”, “elementos de construção” e “elementos formadores”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um discurso pode ser classificado tanto por sua função comunicativa como por sua tipologia. A análise dessas duas características pode ajudar o tradutor a desenvolver estratégias que facilitam o seu trabalho e, ao mesmo tempo, o torna consciente das várias decisões e procedimentos a serem seguidos ao longo da tradução, inclusive em relação às restrições encontradas ao longo do processo.

O presente trabalho buscou conciliar duas abordagens diferentes para a tradução de um texto híbrido, bem como a reflexão durante o ato tradutório. Por um lado, a tradução de textos acadêmicos, que por envolver uma área do conhecimento, segue terminologia específica e uma série de convenções culturais. Por outro, a tradução de textos da antiguidade clássica, que, apesar de ainda sofrer certa resistência do público-alvo, tem papel fundamental no estudo dessas línguas à medida que estimulam e despertam o seu interesse, além de serem fonte de cultura, história e literatura daquela época.

Em ambas as tipologias, buscou-se a maior aceitabilidade possível da tradução. No texto acadêmico esta aceitabilidade foi encontrada por meio da precisão de termos, da adequação à cultura-alvo e da legibilidade do mesmo. No texto clássico, a tradução permaneceu fiel ao texto fonte, tanto quanto possível, respeitando os conceitos anteriormente cunhados pelos estudiosos.

O tradutor deve ser capaz de analisar o propósito do texto fonte e a relação entre o remetente e o destinatário cuidadosamente antes de tomar qualquer decisão. Somente a partir dessa reflexão e ao fazer as devidas adaptações para adequar o texto a cultura-alvo, ele será capaz de conduzir sua tradução de modo a ser bem aceita pelo público leitor.

## REFERÊNCIAS

Referência da pesquisa:

BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo, SP: Loyola, 2002. 356 p.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004. 285 p.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de fatos gramaticais**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1956. 225 p.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: J Ozon, 1968. 383 p.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **História da linguística**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1975. 195 p.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de linguística**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1988. 653 p.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1977. 162 p.

LEAO, Duarte Nunes. **Origem da língua portuguesa**. Lisboa: Clássica, 1975. 91 p.

MARTINS, Nilce Sant'anna. **Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: T A Queiroz, 1989. 226 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Vertente grega da gramática tradicional(a)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. 252 p.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 203 p.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008. 206 p.

T. de Castilho; Ruth E. Vasconcellos Lopes; Maria Aparecida Torres Morais; Sônia Maria Lazzarini Cyrino. (Org.). **Português Brasileiro: Descrição, História e Aquisição**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2007. 699 p.

TOLEDO, Dionisio de Oliveira. **Círculo linguístico de praga: Estruturalismo e semiologia**. Porto alegre: Globo, 1978. 426 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig; RHEES, Rush (Coord.). **Gramática filosófica**. São Paulo: Loyola, 2003. 397 p.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2002. 165 p.

#### Referência Geral:

AUROUX, Sylvain. **Traduction**. In: Encyclopédie Philosophique Universelle II, Les Notions Philosophiques, vol. 2. Paris, 1990. 2628p.

BASTIN, Georges L. Adaptation. In: BAKER, Mona (Ed). **Routledge encyclopedia of translation studies**. Taylor & Francis e-Library, 2009. 654 p.

BOHUNOVSKY, Ruth. A (im)possibilidade da “invisibilidade” do tradutor e da sua “fidelidade”: por um diálogo entre a teoria e a prática de tradução. **Cadernos de tradução**. Florianópolis, v. 2, n. 8, 2001.

BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*: Die Darstellungsfunktion der Sprache. Jena: G. Fischer, 1934.

CHAPANSKI, Gisele. **Uma tradução da Techné Grammatiké, de Dionísio o Trácio, para o português**. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, 2003.

Congresso Nacional de Estudos Clássicos. **Cultura clássica em debate**: estudos de arqueologia, história, filosofia, literatura e linguística greco-romana. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 270 p.

CONNOLLY, David; BACOPOULOU-HALLS, Alik. Greek tradition. In: BAKER, Mona (Ed). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London 1998. 654 p.

DE JONGE, Casper. *Between grammar and rhetoric*: Dionysius of Halicarnassus on language, linguistics and literature. Leiden; Brill, c2008. xiii, 456 p.

DERRIDA, Jacques. Fidélité à plus d'un – Mériter d'hériter où la généalogie fait défaut. IN: *Rencontre de Rabat avec Jacques Derrida – Idioms, Nationalités, Déconstructions*. Cahiers Intersignes (Paris) e Éditions Toubkal (Casablanca), p. 221-26, 1998.

DERRIDA, Jacques. *Sur Paroles – instantanés philosophiques*. Saint-Étienne – France: Éditions de l'aube, 1999a.

FIGUEIREDO, Vivina Almeida Carreira de Campos. **Joyce em Português europeu**. As funções dos paratextos em *Dubliners* e *A Portrait of the artist As a Young Man*. Disponível

em: < <http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/05/lingua02.html>> acesso em: 14 de julho de 2011.

GADAMER, Hans-Geor. *Klassische und philosophische*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 6<sup>a</sup> ed., 1990. 391p.

GENETTE, Gerard. *Paratexts: thresholds of interpretation*. Cambridge University Press, 1997 - 427 p.

*Glossary of technical terms*. Disponível em: <<http://www.essene.com/B'nai-Amen/Lectglos.htm>>. Acesso em: 20/6/2011.

HARDWICK, Lorna. Classical texts. In: BAKER, Mona (Ed). *Routledge encyclopedia of translation studies*. Taylor & Francis e-Library, 2009. 654 p.

HERMANS, Theo. Translatability. In: BAKER, Mona (Ed). *Routledge encyclopedia of translation studies*. Taylor & Francis e-Library, 2009. 654 p.

HOLS-MÄNTTÄRI, J. *Translatorisches Handeln. Theorie und Methode*. Helsinki:

HÖNIG, Hans G. Positions, power and practice: functionalist approaches and translation quality assessment. *Current issues in language & society*, vol. 4, n. 1, 1997.

HUNTER, Richard. *A study of the ancient critical tradition*, Critical Moments in Classical Literature. London: Cambridge University Press, 2009.

KELLY, Louis G. Latin tradition. In: BAKER, Mona (Ed). *Routledge encyclopedia of translation studies*. Taylor & Francis e-Library, 2009. 654 p.

KUSSMAUL, Paul. Text-type conventions and translating: some methodological. In: TROSBORG, Anna. *Text typology and translation*. Amsterdam: J Benjamins, 1997. 345 p.

LUCAS, Ricardo. Resenha - Genette, Gérard. Paratexts – thresholds of interpretation. Ceará, **Revista de Letras**, n.. 23, vol. 1/2 - jan/dez. 2001.

MAFRA, Johny José. Problemas da tradução de textos clássicos. In: Congresso Nacional de Estudos Clássicos. **Cultura clássica em debate**: estudos de arqueologia, história, filosofia, literatura e linguística greco-romana. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 270 p.

MARONITIS, Dimitris N. Intralingual Transition: Genuine and False Dilemmas. In: LIANERI, Alexandria and ZAJKO, Vanda (Ed). *Translation and the Classic*: Identity as Change in the History of Culture. New York: Oxford University Press, 2008. 367p.

MUZZI, Eliana Scotti. Paratexto: espaço do livro, margem do texto. In Queiroz, Sônia (Org.). **Editoração arte e técnica**. Belo Horizonte\; FALE/UFMG, 2008.

OTTONI, Paulo. A responsabilidade de traduzir o in-traduzível: Jacques Derrida e o desejo de [la] tradução. **DELTA**: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, vol.19 no. spe, São Paulo, 2003.

PEREIRA, Isidro. **Dicionario grego-portugues e portugues-grego**. 7. ed. Braga: Apostolado Da Imprensa, 1990. 1054 p.

PETERLIN, Agnes Pisanski. The thesis statement in translations of academic discourse: an exploratory study. **The Journal of Specialised Translation**. Issue 10, July 2008.

PIÑA, Ismael; NUCAMENDI, María; FARMER, Frank. The Cultural Aspects in the Translation of Academic Texts. **Memorias del XI Encuentro Nacional de Estudios en Lenguas**, 2010.

RAVEN, David S. *Greek metre*: An introduction. London: Faber & Faber, 1962. 125 p.

REIß, K. *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik*. München: Max Hueber. 1971.

ROBINS, R. H. *A short history of linguistics*. London: Longmans, c1967. viii, 248 p.

SCHÄFFNER, Christina. Functionalist approaches. In: BAKER, Mona (Ed). *Routledge encyclopedia of translation studies*. Taylor and Francis e-Library, 2009. 654 p.

SCHLEGEL, Friedrich. *Kritische Friedrich Schlegel-Ausgabe*, hrsg. von Ernst Behler, München, Paderborn, Wien: F. Schöningh, Bd.2, 1967.

SILVA, Márcio Seligmann. Filosofia da tradução — tradução de filosofia: o princípio da intraduzibilidade. **Cadernos de tradução**. Florianópolis, v. 1, n. 3, 1998.

SOUZA, José Carlos Cintra de. In MAFRA, Johny José. Problemas da tradução de textos clássicos. In: Congresso Nacional de Estudos Clássicos. **Cultura clássica em debate**: estudos



de arqueologia, história, filosofia, literatura e linguística greco-romana. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 270 p.

TAHIR-GÜRÇAGLAR, Sehnaz. “*What texts don’t tell*: the uses of paratexts in translation research”. In Hermans, Theo (ed.) *Crosscultural Transgressions*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

TROSBORG, Anna. *Text typology and translation*. Amsterdam: J Benjamins, 1997. 345 p.

WEST, Martin Litchfield. *Greek Metre*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

WILSS, Wolfram. **Knowledge and Skills in Translator Behaviour**, Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins Publ., 1996.

WOODHOUSELEE, Alexander Fraser Tytler. *Essay on the principles of translation*. London: J. M. Dent & co.; New York, E. P. Dutton & co, 1978.

CHAPTER 4. LINGUISTICS, COMPOSITION, AND STYLE:  
DIONYSIUS' USE OF THE PARTS OF SPEECH

4.1. Introduction

In the previous chapter, we have examined Dionysius' knowledge of the grammatical theory of the parts of speech, in order to establish his place in the history of grammar. But Dionysius did not write grammatical treatises. As a rhetorician, he used the theories of grammarians for his own purposes. His works on style and rhetorical composition offer a unique possibility for us to observe how the two language disciplines that were arguably most prominent in the ancient world, namely grammar and rhetoric, were integrated into a coherent set of ideas. While the connections between grammar and philosophy in antiquity have been the subject of several modern publications, scholars have paid less attention to the relation between ancient grammar and rhetorical theory.<sup>1</sup> A rhetorician who focuses on aspects of style can apply the theory of the parts of speech in several ways. Dionysius seems to have used that grammatical theory more frequently than other teachers of rhetoric.<sup>2</sup> One might say that there are three different capacities in which Dionysius deals with the theory of the *μέρη λόγου*. As a rhetorician (section 4.3), he regards the parts of speech as the building blocks for the composition of texts. Thus, the description of particular types of composition is partly based on the way in which writers use the parts of speech. The *μέρη λόγου* are so important that they even figure in the general definition of 'composition' (*σύνθεσις*) at the beginning of the work *On Composition*. This definition of *σύνθεσις* as 'a certain arrangement of the parts of speech' leads to a doxographical overview of earlier thinkers on the parts of speech. Here, we observe Dionysius' second role: as a 'historian of linguistics' (section 4.2), he discusses the early history of the theory of the parts of speech. Finally, as a literary critic (section 4.4), Dionysius discusses the style of Thucydides by analysing the historian's use of the parts of speech: in this context, the theory of the parts of speech is employed as an instrument for literary analysis.

It is important to realise that Dionysius' 'history of linguistics' is subservient to his ideas on composition and style. In fact, it would be more correct to state that there are only two purposes for which Dionysius needs the parts of speech. On the one hand, the theory of the *μέρη λόγου* offers the rhetorician the starting point for the process

---

<sup>1</sup> For studies on the connections between ancient philosophy, grammar, and rhetoric, see section 1.1.

<sup>2</sup> However, I will compare passages from 'Demetrius', 'Longinus', Quintilian and later rhetoricians who make use of grammatical terminology (see sections 4.3. and 4.4).

of composition, which puts ‘the parts of the phrase’ together as elements. On the other hand, the theory enables the critic to reduce the stylistic particularities of a phrase to the way in which specific *parts* of the phrase have been used. Whereas Dionysius can indeed be called a rhetorician and a literary critic, his role as a ‘historian of linguistics’ is a very limited one. However, since Dionysius’ history of the *μῦρια λόγου* in *On Composition* 2 is inextricably bound up with the definition of composition (*σύνθεσις*), I have chosen to discuss this passage in relation to the use of the parts of speech in composition and stylistic analysis. When I speak of Dionysius’ three ‘capacities’, the reader should understand that only two of them are really part of Dionysius’ own intentions, while the third one (that of historian of linguistics) is subservient to the other two. This will be illuminated in the following section.

#### 4.2. Dionysius as a historian of linguistics

*Partes orationis quot sunt?*<sup>3</sup> ‘How many parts of speech are there?’ It is with this question that the Roman grammarian Donatus (who was active around 350 AD) starts his *Ars Minor*. His answer is: *octo*, ‘eight’. Traditionally, we learn that the system of eight word classes, which we find in the works of Apollonius Dyscolus and in the *Technê grammatikê*, was the result of a long cumulative process: Plato identified two parts of speech, Aristotle three or four, the Stoics five or six, and Aristarchus and Dionysius Thrax eight.<sup>4</sup> This presentation of the history of the word class system has been criticised in recent years, but it is characteristic for the traditional historiography of linguistics, represented by scholars like Lersch (1838-1841), Schoemann (1862), Steinthal (1863), Benfey (1869), Robins (1967 and later) and Lallot (1988).<sup>5</sup> However, as far as we know, the first text that presented the history of the word class system in this way is Dionysius of Halicarnassus’ work *De compositione verborum*.<sup>6</sup> In this section, I intend to make clear that Dionysius can be considered the prototype of the traditional western approach to the history of linguistics. In *Comp.* 2, Dionysius discusses the history of the theory of the *μῦρια* (or *μέρη*) *λόγου*.<sup>7</sup> Brief as it may be, this passage may be considered one of the very first histories of linguistics, which

<sup>3</sup> Section 4.2 has been published in a slightly different form as De Jonge (2005a).

<sup>4</sup> Cf. Sluiter (1998) 24-25.

<sup>5</sup> For objections to the traditional presentation of the history of the word class system, see Taylor (1987), Sluiter (1993) 131, Schenkeveld (1994) 270, Blank (1998) 174 and Matthaios (1999) 492. See also section 4.2.4.

<sup>6</sup> Cf. Taylor (1987) 3. Dionysius’ *method* of discussing earlier thinkers goes back to Aristotle: see section 4.2.2.

<sup>7</sup> Apart from Dionysius’ history of the word class theory (*Comp.* 2.6,17-7,21), the account of Quintilian (*Inst. Orat.* 1.4.17-21) will be discussed in this chapter (section 4.2.3). Somewhat diverging accounts are Sch. D. Thrax, *G.G.* I 3, 515,19-521,37 and Priscian, *Inst.* II.15-17 (*G.L.* II, 54,5-55,3).

would make Dionysius one of the first *historians* of linguistics.<sup>8</sup> First, I will discuss the relationship between Dionysius' history of the word class system and the rest of his work *On Composition*. Second, I will comment on some particularities of Dionysius' 'history of linguistics'. Finally, I will compare Dionysius' approach with that of Quintilian and modern historians of linguistics. Thus, I hope to answer the question what kind of historian of linguistics Dionysius actually was.

#### 4.2.1. Dionysius' history of the theory of the parts of speech

Dionysius' history of the theory of the parts of speech can be found immediately after his definition of σύνθεσις (composition) in the second chapter of *De compositione verborum*:<sup>9</sup>

Ἡ σύνθεσις ἔστι μὲν, ὥσπερ καὶ αὐτὸ δηλοῖ τοῦνομα, ποιά τις θέσις παρ' ἄλληλα τῶν τοῦ λόγου μορίων, ἃ δὴ καὶ στοιχεῖά τινες τῆς λέξεως καλοῦσιν. ταῦτα δὲ Θεοδέκτης μὲν καὶ Ἀριστοτέλης καὶ οἱ κατ' ἐκείνους φιλοσοφήσαντες τοὺς χρόνους ἄχρι τριῶν προήγαγον, ὀνόματα καὶ ῥήματα καὶ συνδέσμους πρῶτα μέρη τῆς λέξεως ποιοῦντες. οἱ δὲ μετὰ τούτους γενόμενοι, καὶ μάλιστα οἱ τῆς Στωικῆς αἰρέσεως ἡγεμόνες, ἕως τεττάρων προὔβιβασαν, χωρίσαντες ἀπὸ τῶν συνδέσμων τὰ ἄρθρα. εἴθ' οἱ μεταγενέστεροι τὰ προσηγορικὰ διελόντες ἀπὸ τῶν ὀνοματικῶν πέντε ἀπεφάναντο τὰ πρῶτα μέρη. ἕτεροι δὲ καὶ τὰς ἀντονομασίας ἀποζεύξαντες ἀπὸ τῶν ὀνομάτων ἔκτον στοιχεῖον τοῦτ' ἐποίησαν. οἱ δὲ καὶ τὰ ἐπιρρήματα διελόντες ἀπὸ τῶν ῥημάτων καὶ τὰς προθέσεις ἀπὸ τῶν συνδέσμων καὶ τὰς μετοχὰς ἀπὸ τῶν προσηγορικῶν, οἱ δὲ καὶ ἄλλας τινὰς προσαγαγόντες τομὰς πολλὰ τὰ πρῶτα μόρια τῆς λέξεως ἐποίησαν· ὑπὲρ ὧν οὐ μικρὸς ἂν εἴη λόγος. πλὴν ἢ γε τῶν πρώτων εἴτε τριῶν ἢ τεττάρων εἴθ' ὅσων δὴ ποτε ὄντων μερῶν πλοκὴ καὶ παράθεσις τὰ λεγόμενα ποιεῖ κῶλα, ἔπειθ' ἢ τούτων ἀρμονία τὰς καλουμένας συμπληροῖ περιόδους, αὐταὶ δὲ τὸν σύμπαντα τελειοῦσι λόγον.

<sup>8</sup> It is, however, very well possible that Dionysius (and Quintilian) used an older source (which is now lost) for the history of the word class system. We might think of Asclepiades of Myrlea (see section 4.2.3).

<sup>9</sup> *Comp.* 2.6,17-7,21 (for a shorter version of Dionysius' overview, see *Dem.* 48.232,20-233,2; cf. section 3.7). In this passage, it is impossible to translate the terms ὀνόματα, ῥήματα, σύνδεσμοι etc. in a consistent way, because these terms have a different scope in each of the stadia that Dionysius distinguishes (see section 3.2): for example, we cannot use the term 'noun' for Aristotle's ὄνομα. Even in a system of eight or nine parts of speech, the word class σύνδεσμοι covers more than our 'conjunctions' or 'connectives'. However, some readers may find it useful to have an indication of the meaning of the terms in Dionysius' survey. There is no completely satisfactory solution to this problem, but I have decided to preserve the Greek terms in the translation, while adding the usual (partly anachronistic) translations of these terms between inverted commas.

‘Composition is, as the name itself indicates, a certain arrangement of the parts of speech, or the elements of diction, as some call them. Theodectes and Aristotle and the philosophers of their time increased the number of these to three, making ὀνόματα (‘nouns’), ῥήματα (‘verbs’) and σύνδεσμοι (‘conjunctions’) the primary parts of speech. Their successors, and in particular the leaders of the Stoic school, raised the number further to four, separating the ἄρθρα (‘articles’) from the σύνδεσμοι (‘conjunctions’). Next, later generations distinguished the προσηγορικά (‘appellative nouns’) from the ὀνομαστικά (‘proper nouns’) and presented the primary parts as five. Others detached the ἀντωνομασίαι (‘pronouns’) from the ὀνόματα (‘proper nouns’) and made this the sixth element. Yet others divided the ἐπιρρήματα (‘adverbs’) from the ῥήματα (‘verbs’), the προθέσεις (‘prepositions’) from the σύνδεσμοι (‘conjunctions’) and the μετοχαί (‘participles’) from the προσηγορικά (‘appellatives’); while others introduced still further divisions and so made the primary parts of speech many in number. The subject could be discussed at considerable length, but it is enough to say that the combination or juxtaposition of these primary parts, whether there be three, four or any number of them, forms what are called clauses. Next, the joining together of these clauses constitutes what are called the ‘periods’, and these make up the complete discourse (λόγος).’

Before we take a closer look at Dionysius’ history of the word class system itself, we should consider the relationship between this passage and his theory of composition. Dionysius’ reason for giving a history of the word class theory is that he regards the μόρια or μέρη λόγου as the central units of composition. Composition is defined as ‘a certain arrangement of the parts of speech’, and Dionysius adds that some people call these ‘elements of diction’ (στοιχεῖα τῆς λέξεως). I have already pointed to the interesting background of this remark: we know that the Stoic philosophers considered the parts of speech στοιχεῖα (elements), but they referred to them as τὰ στοιχεῖα τοῦ λόγου (the elements of meaningful utterance), whereas their στοιχεῖα τῆς λέξεως were the letters (the elements of articulate sound). Dionysius is the only author who refers to the parts of speech as στοιχεῖα τῆς λέξεως (see sections 2.2, 3.2 and 3.3). I have suggested (in section 3.5) that Dionysius’ use of στοιχεῖα λέξεως for the parts of speech unites a philosophical perspective (the parts of speech as elements) and a rhetorical approach to language as expression (λέξις). In any case, by using the term στοιχεῖα Dionysius emphasises the symmetry between the different levels of language: the parts of speech constitute the λόγος, just as the letters are the building blocks of the syllables. This view of language as a hierarchical structure characterises Dionysius’ entire treatment of composition: σύνθεσις plays a role on all levels of language, and the units on one level are the building blocks (or elements) of the units

on the next level. Thus, syllables are composed of letters, words (or parts of speech) of syllables, clauses of words, periods of clauses, and the discourse of periods. As I have pointed out above (section 2.2), this atomistic view on language is found in many other ancient texts, such as the treatises on metre and music by Hephaestion and Aristides Quintilianus.<sup>10</sup> We may also compare Apollonius Dyscolus' approach to syntax (σύνταξις), which seems to be influenced by Stoic ideas.<sup>11</sup>

When we compare Dionysius' version of the history of the word class theory with other (ancient and modern) versions, we can detect a number of interesting differences.

(1) Dionysius starts his overview with Aristotle and his student Theodectes, thereby omitting Plato, while modern historians of grammar usually observe that Plato already distinguished ὄνομα and ῥήμα.<sup>12</sup> It is interesting, though, that Dionysius states that Theodectes and Aristotle 'increased' the number of the parts of speech: προήγαγον, the word he uses, literally means 'carried forward'. This word already contains the idea of gradual progress, which characterises the whole passage on the history of the word class system. When Dionysius says that Aristotle distinguished three 'parts of speech', ὄνομα, ῥήμα and σύνδεσμος, he is probably referring to the *Rhetoric*, for in

<sup>10</sup> Cf. Van Ophuijsen (1987) 8-9 and Barker (1989) 393-394.

<sup>11</sup> Apollonius Dyscolus, *Synt.* I.2: ὡς τὰ στοιχεῖα τὰς συλλαβὰς ἀποτελεῖ κατὰ τὰς ἐπιπλοκάς, οὕτω καὶ ἡ σύνταξις τῶν νοητῶν τρόπον τινὰ συλλαβὰς ἀποτελέσει διὰ τῆς ἐπιπλοκῆς τῶν λέξεων. καὶ ἔτι ὁν τρόπον ἐκ τῶν συλλαβῶν ἡ λέξις, οὕτως ἐκ τῆς καταληλότητος τῶν νοητῶν ὁ αὐτοτελής λόγος. 'And just as the elements (i.e. letters) compose syllables according to their combinations, so, in turn, the structural combining (*syntaxis*) of meanings will in a certain way produce syllables (i.e. sentences) by combining words. Just as the word is made of syllables, so the complete sentence is made by the grammatical collocation of meanings.' (Translation adapted from Householder.) On this text, see Blank (1982) 30-31 and Sluiter (1990) 44-46. Note that Dionysius' formulation (*Comp.* 2.7,18) τελειοῦσι λόγον resembles Apollonius' concept of the αὐτοτελής λόγος, but Dionysius' λόγος is a text (discourse) not a sentence. See also Apollonius Dyscolus, *Synt.* IV.16: Ἐφάμεν γὰρ καὶ κατὰ τὰς ἀρχὰς τῆς ἐκδόσεως, ὡς τὰ στοιχεῖα τοῦ λόγου τὸν αὐτὸν τρόπον ἐπέχει τοῖς στοιχείοις τῆς λέξεως. 'Back at the beginning of this treatise we said that that the elements of the sentence behaved similarly to the elements of the word.' (Translation by Householder.) Swiggers & Wouters (1995) 37 n. 46 also point to the similarity between the approaches of Dionysius and Apollonius. See further Sch. D. Thrax, *G.G.* I 3, 211,27-212,1: καὶ γὰρ ἀπὸ τῶν στοιχείων συλλαβαί, ἀπὸ δὲ συλλαβῶν λέξεις, ἀπὸ δὲ λέξεων διάνοιαι, ἀπὸ δὲ διανοιῶν ὁ τέλειος λόγος. 'For syllables are composed of letters, and words of syllables, and thoughts of words, and the complete text of thought.' The διάνοιαι in the latter text might be compared to Apollonius' νοήσεις. For the Stoic ideas on language as a hierarchical structure, see *FDS* 539-541; cf. Pinborg (1975) 97-98 and Sluiter (1990) 43-44.

<sup>12</sup> Ancient histories of the word class system never start with Plato: Quintilian (1.4.17-20) begins, like Dionysius, with Aristotle and Theodectes. See also *FDS* 543-546, overviews that start with either Aristotle or the Stoics. Modern histories that start with Plato's distinction of ὄνομα and ῥήμα are, for example, Pinborg (1975), Robins (1966), Robins (1986), Lallot (1988) and Robins (1997<sup>4</sup>).

his *Poetics* Aristotle had also mentioned the ἄρθρον, the invention of which Dionysius attributes to the Stoics.<sup>13</sup>

(2) Dionysius gives the Stoics credit for the distinction of the ἄρθρον. He attributes the distinction of the προσηγορικόν (appellative) to οἱ μεταγενέστεροι, ‘later people’. Since we know that the distinction between proper noun and appellative noun was definitely an invention of the Stoic philosophers, a fact also known in antiquity, we might interpret the words οἱ μεταγενέστεροι as ‘later generations of Stoic philosophers’.<sup>14</sup> I would prefer this interpretation to that of Usher, who translates ‘[s]ubsequent *grammarians*’ (my italics), for until now, Dionysius has only mentioned philosophers.<sup>15</sup>

(3) Another particularity is the fact that, according to Dionysius, the pronoun (ἀντονομασία) was separated from the proper noun (ὄνομα), whereas most ancient and modern scholars think that the pronouns, before they were recognised as a separate group, belonged to the ἄρθρον.<sup>16</sup> The question of why Dionysius thinks that the pronoun was separated from the ὄνομα (and not from the ἄρθρον), can probably be answered by referring to ancient grammatical theory on the ἀντωνυμία.<sup>17</sup> According to Apollonius Dyscolus, the pronoun can replace the noun: therefore, it can be combined with a verb, thus forming a complete sentence, which normally consists of a noun and a verb.<sup>18</sup> Apollonius also tells us that the function of the pronoun is

<sup>13</sup> Janko (2000) 186-187 thinks that Dionysius and Quintilian are citing an Aristotelian dialogue in which Theodectes appeared. See section 3.3.1.

<sup>14</sup> Cf. *FDS* 536.

<sup>15</sup> Usher (1985) 21. More correct translations are those of Rhys Roberts (1910), ‘later inquirers’, and Aujac & Lebel (1981), ‘les générations postérieures’. According to other sources, the Stoics were also responsible for the distinction of the adverb, to which Antipater allegedly gave the name μεσότης (Diogenes Laertius VII.57 = *FDS* 536). Matthaios (1999), however, has pointed out that Aristarchus (217-145 v. Chr.), who was active before Antipater of Tarsos (*fl.* 150) already knew the eight canonical word classes, including the μεσότης. He also discusses (548 ff.) the relation between Aristarchus and Antipater, and concludes that Aristarchus, like Antipater, borrowed the *term* μεσότης from older Stoic sources, which did, however, not give that name to a separate ‘part of speech’. The first extant texts in which the term ἐπίρρημα (in the sense of adverb) occurs are the fragments of Tryphon and the works of Dionysius of Halicarnassus. See section 3.2.

<sup>16</sup> See *FDS* 542: τέταρτον ὕφ’ ἐν ἄρθρον καὶ ἀντωνυμία, τὸ μὲν φάσκοντες ἀόριστον ἄρθρον, τὸ δὲ ὀρισμένον ἄρθρον. Cf. Lallot (1988) 17 and Robins (1997<sup>4</sup>) 41. Steintal (1890-91 II) 214ff. follows Dionysius’ view that the pronoun was separated from the noun. Matthaios (1999) 491ff. disagrees with Dionysius and Quintilian, but also with the traditional view that the ἀντωνυμία was separated from the Stoic ἄρθρον: the ἄρθρον, he argues, had an entirely different function than that of being a combination of two grammatical word classes, ‘pronoun plus article’.

<sup>17</sup> For the use of the term ἀντονομασία (instead of ἀντωνυμία), see section 3.6.3.

<sup>18</sup> Apollonius Dyscolus, *Synt.* I.15: Οὐ τοῦτο δέ φημι, ὅτι οὐχὶ καὶ ἐξ ἀντωνυμίας αὐτοτέλεια συνίσταται, ὅπου φημὲν οὕτως, ἐγὼ περιπατῶ, σὺ περιπατεῖς, τότε γὰρ συνίσταται ἡ αὐτοτέλεια, ὅταν ἀντ’ ὀνόματος παραληφθῇ ἡ ἀντωνυμία καὶ δυνάμει πάλιν ἡ αὐτὴ σύνταξις ᾗ. ‘I am not here claiming that you cannot have a complete sentence with a pronoun (ἀντωνυμία), such as “I’m walking, you’re walking”. For then, too, completeness is achieved, when a pronoun (ἀντωνυμία) is used in place of a

expressed in its name: an ἀντωνυμία, or (as Dionysius calls it) ἀντωνομασία, is a word that is used ‘instead of’ (ἀντί) the ὄνομα (noun).<sup>19</sup> Taking this theory into account, we can explain why Dionysius thinks that the pronouns were separated from the nouns (and not, as modern scholars think, from the ἄρθρον). Dionysius’ idea is presumably that words such as οὗτος (‘this one’) were originally classified as nouns (ὀνόματα), because they replaced nouns in the construction of a sentence.<sup>20</sup> In later times this type of words would have gotten the name ἀντωνομασῖαι (or ἀντωνυμῖαι), that is ‘instead of-nouns’.

(4) A further difference between Dionysius and other historians of grammar concerns the view that the participle (μετοχή) was separated from the appellative (προσηγορικόν). According to most scholars, the participles originally belonged to the verbs (ῥήματα) before they were treated as a separate group.<sup>21</sup> In order to explain Dionysius’ different opinion, it is again useful to take into account the ancient grammatical theory on this part of speech. The participle (μετοχή) owed its name to the fact that it ‘participated’ in the morphological and syntactical qualities of two other word classes, namely verb *and* noun. Apollonius Dyscolus explains in his *Syntax* that participles were invented because users of language needed verbs with cases and genders, so that they could express congruence (καταλληλότης).<sup>22</sup> Thus, the participle is derived from a verb, but, like a noun, it has case, number and gender. When we take into account that in ancient grammar the participle was considered a sort of intermediate form between noun and verb, it should not surprise us that Dionysius suggests that the participle was separated from the appellative, and not from the verb. We should keep in mind that the words that we call adjectives also

---

noun (ἀντ’ ὀνόματος) which gives virtually the same construction (σύνταξις).’ (Translation adapted from Householder.) Cf. [D. Thrax], *G.G.* I 1, 63,1: ἀντωνυμία ἐστὶ λέξις ἀντὶ ὀνόματος παρὰ λαμβανομένη. ‘A pronoun is a word that is used as a substitute for a noun.’

<sup>19</sup> The pronoun does not only replace the noun, but it was, according to Apollonius Dyscolus (*Synt.* I.19), even invented for the sake of the construction of verbs in the first and second person. Nouns always refer to third persons, and because verbs are also used in the first and second person, the pronoun was ‘invented’. Although Apollonius Dyscolus discusses the invention of the pronouns themselves and not the invention of the term ἀντωνυμία, it is probable that Dionysius’ idea on the separation of the word class ‘pronoun’ from the word class ‘noun’ is based on the same theory.

<sup>20</sup> I give the example of οὗτος because Dionysius classifies τούτον as an ἀντωνυμία in *Comp.* 6.29,20. I emphasise that Dionysius does not give the argument on pronouns replacing nouns: this is my reconstruction of his reasoning, on the basis of Apollonius Dyscolus’ arguments.

<sup>21</sup> See *FDS* 542: τρίτον ὅφ’ ἐν ῥήμα (καὶ) μετοχή, τὸ μὲν ῥήμα κατηγορημα λέγοντες, τὴν δὲ μετοχὴν ἔγκλιμα ῥήματος, ὅ ἐστι ῥήματος παραγωγή. ‘Third, under one part of speech they [i.e. the Stoics] list verb and participle, calling the verb predicate, and the participle an inflected form of the verb, i.e. a derivation from the verb.’ Cf. Robins (1997<sup>4</sup>) 41. Because of a remark by Priscian (*G.L.* II, 548,2 [*FDS* 575]), historians of linguistics used to think that Tryphon was the first who distinguished the participle as a separate word class. However, Matthaios (1999) 420ff. shows that Aristarchus already recognised the participle as a separate word class, for which he also used the term μετοχή.

<sup>22</sup> *Synt.* I.21. On the term καταλληλότης, see section 5.2.



belonged to the appellatives: it is possible that Dionysius is mainly thinking of participles that are used attributively, or as substantives.

(5) Finally, Dionysius states that the ἐπιρρήματα (adverbs) were divided from the ῥήματα (verbs). He apparently thinks that adverbs (ἐπίρρηματα) originally belonged to the verbs. According to other sources, the adverbs originally belonged to the nouns. Again, we can understand that Dionysius relates the ἐπίρ-ρημα to the ῥήμα. He may have thought that adverbs were considered parts of verbs (rather than that adverbs were called verbs): εὖ ποιεῖν ('to do well') would have been taken as one verb, and not yet as adverb plus verb.

We may conclude that, in his reconstruction of the development of the theory of the parts of speech, Dionysius is always reasoning on the basis of the name and function of the word classes that are distinguished in the system of his own time. Thus, he presumes that the pronouns originally belonged to the nouns, that the participles were originally part of the appellatives, and that the adverbs belonged to the verbs, before these parts of speech were recognised as separate groups.

#### 4.2.2. Dionysius' approach to the history of linguistics

Dionysius of Halicarnassus was, of course, not a historian of linguistics in the strict sense. As we have seen, he only mentioned the development of the doctrine of the parts of speech in the context of his own discussion of composition. Nevertheless, we might very well regard Dionysius as the first representative of a typical approach to the history of linguistics, which indeed remained the standard until the last part of the twentieth century AD.

In the opening section of this study (1.1), I distinguished two possible approaches to the history of linguistics, namely the 'internal' and the 'external' approach.<sup>23</sup> A historian who adopts the 'internal' approach (Rorty's rational reconstruction) considers earlier 'linguists' as his colleagues: when dealing with a certain problem, he looks for solutions that have been suggested in earlier periods in the history of linguistics. He analyses and criticises these solutions, but does not always pay attention to the fact that earlier linguists did not ask the same questions as he does. An ancient example of this approach is the way in which Aristotle discussed the philosophers who lived before him: as Guthrie has pointed out, Aristotle looked at the early philosophers 'in the light of his own view of reality, and (...) saw them as

<sup>23</sup> Cf. Rorty (1984) and Sluiter (1998) 24-25.

“striving” to reach the same view.’<sup>24</sup> The second approach to the history of linguistics is the ‘external’ approach (Rorty’s historical reconstruction): the historian who adopts this method does not try to apply earlier linguistic theories to his own purpose; instead, he attempts to take into account the context in which earlier ideas about language were developed, and adheres to the ‘principle of charity’.<sup>25</sup>

It is clear that Dionysius of Halicarnassus belongs to the group of historians who adopt the ‘internal’ approach to the history of linguistics. He discusses the history of the word class system only because he has to find an answer to the question as to which elements are the central units that one uses when composing sentences and texts. Aristotle, the Stoics and the grammarians were, of course, dealing with different problems, but Dionysius applies their views, which originated in such diverse fields as ontology, logic, philology or grammar, to the topic of his own investigation into σύνθεσις.<sup>26</sup>

The internal method in the historiography of science, as we find it in Aristotle and Dionysius, is often combined with a strong belief in progress: the traditional historian of linguistics looks back from the standpoint of his own linguistic system and considers earlier periods as preliminary stages that were groping for and striving towards that system.<sup>27</sup> This attitude is particularly characteristic for nineteenth-century scholars such as Benfey and Steinthal.<sup>28</sup> But even a more recent scholar like Robins, in spite of his own warnings against the dangers of ‘looking to the past through the eyes of the present’, presents the development of the word class theory in a tree diagram, which bears a remarkable resemblance to the scheme that one can extract from the second chapter of Dionysius of Halicarnassus’ *On Composition*.<sup>29</sup>

<sup>24</sup> Guthrie (1957) 38.

<sup>25</sup> Sluiter (1998) 25.

<sup>26</sup> Cf. Lallot (1998) 124 on the discussion of the history of the word class theory in the scholia on the *Techne Grammatikē* (Sch. D. Thrax, *G.G.* I 3, 515, 19-521, 37): ‘L’interprétation fine de ces textes reste à faire, et la tâche n’est pas facile, car, ici comme dans toutes les doxographies antiques, la perspective historique est biaisée par une propension naturelle et permanente à l’anachronisme: les grammairiens qui en sont les auteurs (ou les compilateurs) la présentent toujours du point de vue de la doctrine et dans le métalangage qui sont les leurs.’

<sup>27</sup> Cf. Schmitter (1987) 103: ‘In mehreren neueren methodologischen Beiträgen zur Geschichtsschreibung der Linguistik wird den Historiographen dieses Faches vorgeworfen, sie zeichneten ein unzutreffendes Bild seiner historischen Entwicklung, weil sie die Geschichte der Linguistik insgesamt als einen Prozeß beschrieben, der durch fortschreitenden Wissens- und Erkenntniszuwachs, durch allmähliches Aufdecken der Wahrheit sowie durch kontinuierliche Verbesserung von Theorien und Methoden charakterisiert sei.’

<sup>28</sup> See Steinthal (1891<sup>2</sup> II) 209-218 and Benfey (1869) 121ff. For a discussion of their approach, see also Grotzsch (1982) 118-139 and Schmitter (1987) 105.

<sup>29</sup> For a theoretical discussion of the problematic notion of ‘progress’, see Schmitter (1987), esp. 103-113. Robins’ tree diagram can be found in Robins (1986) 26. For his (traditional) history of the parts of speech see Robins (1997<sup>4</sup>) 32-43. Robins (1966) 18 and Robins (1986) are similar in this respect.

Robins presents the system of eight word classes as the result of a long cumulative process: Plato, Aristotle, the Stoics and the grammarians, it is suggested, all contributed their bit to the completion of the final word class system. As we have seen, the idea of progress is also clearly present in Dionysius' account: 'Theodectes and Aristotle *increased* the number of the parts of speech to three; the Stoics *raised* the number further to four; (...) others made the primary parts of speech many in number.' In fact, the resemblance between Robins and Dionysius is of course not so remarkable at all: by now it has become clear that the traditional approach to the history of linguistics, which tends to portray the history of linguistic ideas as the 'progressive discovery of the truth' (Robins [1997<sup>4</sup>] 3), can be largely traced back to Dionysius' *On Composition*.

There is, however, one important aspect in which Dionysius differs from later historians of linguistics. Unlike later scholars, Dionysius does not present the history of the word class theory as leading to a final and complete system of eight or nine μέρη λόγου. Although he implicitly mentions a system of nine, he adds that other people distinguished even more parts of speech. Dionysius does not express his preference for a particular system, and in the end does not seem to care how many parts of speech really exist, 'whether there be three, four or any number of them', as he says. This attitude is reflected in other parts of his work, where he leaves open the question of how certain words should be classified. He tells us, for instance, that the word ἐπί ('on') might be called either a σύνδεσμος ('conjunction') or a πρόθεσις ('preposition').<sup>30</sup> Such remarks do not only indicate that, in Dionysius' time, the system of eight word classes had not yet become a fixed canon, but also that the exact number of word classes was not so important for Dionysius' specific purpose. For the composition of a text out of words, it does not matter to which particular word classes these words belong. A 'historian of linguistics' who was more inclined to view the word class system of his own time as the final truth about the matter was Quintilian, whose *Institutio oratoria* was written at the end of the first century AD.

---

Possibly, Dionysius of Halicarnassus and Quintilian were his primary sources. Grotzsch (1982) 147-150 analyses Robins' approach in the following way: 'Er [Robins] weist zurück sowohl eine reine Fortschrittsansicht von der Geschichte, wie auch eine teleologische Geschichtsansicht, wie auch eine, die vom Standpunkt der Gegenwart aus alles aus der Geschichte ausscheidet, was nicht auf die Gegenwart direkt bezogen werden kann, möchte aber davon, Wertgeschichtspunkte in die Geschichtsbetrachtung einzubringen, nicht gänzlich absehen, *sofern ein gültiger Fortschritt auszumachen sei.*' (My italics, CCdJ.) For his own warnings, see Robins (1997<sup>4</sup>) 3: 'It is tempting, and flattering to one's contemporaries, to see the history of a science as the progressive discovery of the truth and the attainment of the right methods (...). But this is a fallacy.'

<sup>30</sup> *Comp.* 22.102,16: see section 3.6.4. Again, the English translations of the Greek technical terms given here are no real equivalents: the σύνδεσμος covers more than our 'conjunctions'.

#### 4.2.3. Quintilian's history of the theory of the parts of speech

The similarities between the passages of Dionysius (*Comp.* 2) and Quintilian (*Inst. Orat.* 1.4.17-21) have often been noted.<sup>31</sup> Quintilian's account of the development of the word class theory is as follows:<sup>32</sup>

*Tum uidebit, ad quem hoc pertinet, quot et quae partes orationis, quamquam de numero parum conuenit. Veteres enim, quorum fuerunt Aristoteles quoque atque Theodectes, uerba modo et nomina et conuinctiones tradiderunt, uidelicet quod in uerbis uim sermonis, in nominibus materiam (quia alterum est quod loquimur, alterum de quo loquimur), in conuinctionibus autem complexum eorum esse iudicauerunt: quas conuinctiones a plerisque dici scio, sed haec uidetur ex syndesmo magis propria tralatio. Paulatim a philosophis ac maxime Stoicis auctus est numerus, ac primum conuinctionibus articuli adiecti, post praepositiones: nominibus appellatio, deinde pronomen, deinde mixtum uerbo participium, ipsis uerbis aduerbia. Noster sermo articulos non desiderat ideoque in alias partes orationis sparguntur, sed accedit superioribus interiectio. Alii tamen ex idoneis dumtaxat auctoribus octo partes secuti sunt, ut Aristarchus et aetate nostra Palaemon, qui uocabulum siue appellationem nomini subiecerunt tamquam speciem eius, at ii qui aliud nomen, aliud uocabulum faciunt, nouem. Nihilominus fuerunt qui ipsum adhuc uocabulum ab appellatione diducerent, ut esset uocabulum corpus uisu tactuque manifestum: 'domus' 'lectus', appellatio cui uel alterum deesset uel utrumque: 'uentus' 'caelum' 'deus' 'uirtus'. Adiciebant et adseuerationem, ut 'eu', et tractionem, ut 'fasciatim': quae mihi non adprobantur.*

'The teacher responsible will then need to consider how many parts of speech there are, and what they are, although there is little agreement about the number. Earlier writers, including also Aristotle and Theodectes, listed only *uerba* ('verbs'), *nomina* ('nouns') and *conuinctiones* ('convinctions'): evidently, they took the force of language to be in the verbs, and the substance in the nouns, because the one is what we say, the other is what we speak about, while the 'convinctions' provided the connections between them. (I know most people say 'conjunctions', but 'convinctions' seems the better translation of *syndesmos*.) The philosophers,

<sup>31</sup> Cf. Colson (1924) 45-46, Schenkeveld (1994) 270 n. 22, Lallot (1998) 124 and Matthaïos (1999) 194 n. 17. On Quintilian's views on the Latin language and its divergences from Greek, see Fögen (2002).

<sup>32</sup> Quintilian, *Inst. Orat.* 1.4.17-21. On this passage, see also Colson (1914, 1916 and 1924). I repeat my remark on *Comp.* 2.6,17-7,21 (section 4.2.1): there is no satisfactory method of translating the terms of the parts of speech in this overview. This case is even more problematic, because Quintilian himself is translating Greek terms into Latin. Again, I preserve the Latin terms in the translation, adding the usual (anachronistic) translations between inverted commas.

particularly the Stoics, gradually increased the number: to ‘convinctions’ were first added *articuli* (‘articles’), and then *praepositiones* (‘prepositions’); to ‘nouns’ was added the *appellatio* (‘appellative’), next the *pronomen* (‘pronoun’), and then the quasi-verbal *participium* (‘participle’); to ‘verbs’ were added *adverbia* (‘adverbs’). Our language does not need *articuli* (‘articles’), and these are therefore distributed among other parts of speech, but in addition to the parts mentioned previously there is the *interiectio* (‘interjection’). Some, belonging to the competent authorities, have gone as far as eight parts of speech:<sup>33</sup> so Aristarchus and, in our own day, Palaemon, who both put ‘vocable’ or ‘appellative’ under ‘noun’, as species of that genus. Those who distinguished ‘vocable’ from ‘noun’ make the total nine. Yet some have also separated ‘vocable’ itself from ‘appellation’, making ‘vocable’ indicate visible and tangible objects — ‘house’ or ‘bed’ — and ‘appellation’ things in which either or both of these characteristics were absent, like ‘wind’, ‘heaven’, ‘God’, or virtue’. They have also added ‘asseveration’ (like *eu*) and ‘derivative’ (like *fasciatim*). I do not approve of these.’

There are many similarities between the accounts of Dionysius and Quintilian, and it is probable that either the Roman made use of the work of his predecessor, or that the two versions are based on the same source.<sup>34</sup> Blank has argued that much of the grammatical theory that is found in both Sextus Empiricus and Quintilian can be traced back to Asclepiades of Myrlea, who possibly taught in Rome in the early first century BC (see section 1.4).<sup>35</sup> Sextus Empiricus does not refer to the history of the word class system, but we should not rule out the possibility that Asclepiades was the model of the accounts of Dionysius and Quintilian.<sup>36</sup> There are, however, also differences between Dionysius and Quintilian. Dionysius states that the participle was separated from the appellative, whereas Quintilian thinks that it was separated from

<sup>33</sup> Most translators take the words *ex idoneis auctoribus* with *secuti sunt*: ‘others followed good authorities’. Russell translates ‘some, with good authorities to back them’. It is, however, probable that Quintilian considered Aristarchus and Palaemon the ‘competent authorities’ rather than that he thought that they followed competent authorities. Thus, I would read Quintilian as follows: ‘some, belonging to the competent authorities, followed eight parts of speech; so Aristarchus and Palaemon.’ The only problem is the interpretation of *dumtaxat*. We may follow Matthaios (1999) 191 n. 2, who also interprets *ex idoneis auctoribus* as a partitive construction: ‘Andere indes von den kompetenten — versteht sich — Autoritäten folgten acht Redeteilen.’ For the expression *idonei auctores*, see also Kaster (1978).

<sup>34</sup> Rhys Roberts (1910) 71 thinks that Dionysius and Quintilian used the same source. Brandenburg (2005) 65 also rejects the idea that Quintilian’s overview directly depends on Dionysius: ‘Man kann also davon ausgehen daß beide derselben Tradition verpflichtet, aber nicht unmittelbar voneinander abhängig sind.’

<sup>35</sup> Blank (1998) xlv–xlvi.

<sup>36</sup> Kroll (1907) 91–92 already suggested that Asclepiades was Dionysius’ source for the history of the word class theory in *Comp.* 2.

the verb.<sup>37</sup> An interesting difference is the fact that Dionysius constantly speaks of ‘splitting’ and ‘separation’, whereas Quintilian refers to the ‘addition’ and ‘extension’ of the system.<sup>38</sup> Dionysius uses the words χωρίζω (‘to separate’), διατρέω (‘to divide’), ἀποξεύγνυμι (‘to part’) and τομή (‘division’), while Quintilian uses the verbs *adicio* (‘to add’) and *accedo* (‘to join’, ‘to be added’).<sup>39</sup> The different vocabulary seems to reflect a difference in perspective: Dionysius reasons from the past and emphasises the many distinctions that were developed in the course of time, while Quintilian presents the history of the word class theory as gradually leading to the completion of the system in his own time. Quintilian’s terminology of ‘adding’ seems to suggest (though not explicitly) that the early systems were not complete, whereas Dionysius’ terminology of ‘division’ seems to imply that Aristotle’s terms already covered everything, although the system was refined in later times.

These diverging perspectives are related to another difference between the two accounts. While Dionysius, as we have seen, does not really care how many parts of speech exactly exist, ‘whether there be three, four or any number of them’, Quintilian insists that there be clarity how many parts of speech there are, and what they are: *quot et quae partes orationis*. These words remind us of the opening of Donatus’ *Ars minor*, which I quoted above. Although Quintilian admits that there is no agreement on the exact number, he clearly opts for a system of eight or nine parts of speech, and he explicitly rejects the later additions to the system (*quae mihi non adprobantur*).<sup>40</sup> To explain the different attitudes of Dionysius and Quintilian, we should look at the contexts in which they were presenting their histories of the word class system. In Dionysius’ account, the word classes figure as the primary building blocks of composition. Certainty about the exact number of these ‘elements’ was not relevant for Dionysius’ purpose, since, when one composes a text, it does not really matter whether one assigns a word to one word class or another. Quintilian, on the other hand, discussed the history of the word class system in a passage about the teaching of Latin and Greek in the school of the grammarian. The procedure of *merismos* (the

<sup>37</sup> Cf. Brandenburg (2005) 65.

<sup>38</sup> See Brandenburg (2005) 66, who distinguishes between Dionysius’ ‘Meronomie’ and Quintilian’s ‘Taxonomie’.

<sup>39</sup> With respect to the *number* of ‘parts of speech’, both Dionysius and Quintilian speak in terms of extension: Dionysius uses the words προήγαγον, προῦβιβασαν, προσαγαγόντες, while Quintilian says *auctus est*.

<sup>40</sup> Murphy (2000) 489 presents Quintilian’s views wrongly by remarking that the Roman rhetorician ‘is not sure how many parts of speech there are, and he concludes by saying “it is a matter of no relevance” (1.4.21).’ In fact, Quintilian does not say that the number of the parts of speech in general ‘is a matter of no relevance’: this is only true of the question whether one should distinguish appellative and noun as two different word classes: *vocabulum an appellatio dicenda sit* προσηγορία *et subicienda nomini necne, quia parui refert, liberum opinaturis relinquo*.

classification of the parts of speech) was a standard exercise in the lessons of the *grammaticus*, so that clarity about the number of word classes was necessary. Obviously, a teacher of grammar would not want to bother his students too much with the different views that various scholars had developed on the subject.<sup>41</sup>

#### 4.2.4. Dionysius, Quintilian and modern historians of linguistics

In his influential article ‘Rethinking the History of Language Science in Classical Antiquity’ (1987), Daniel Taylor states that one of the key notions that are central to the traditional version of Graeco-Roman language science is ‘the emphasis upon the development of the doctrine of the parts of speech, especially as it accumulates or evolves in measured stages from its beginnings in Plato to its fullest expression in Dionysius Thrax.’<sup>42</sup> In this section (4.2), I have tried to show in what sense the Dionysius of Halicarnassus and Quintilian can be considered the prototypes of modern traditional historiographers of linguistics.

Dionysius’ history of the word class system is in two respects characteristic for the traditional historiography of linguistics. First, he adopts an ‘internal’ approach to the history of science, applying earlier views on language, which were developed in several disciplines, to his own particular subject, which is in his case the art of composition. Second, his account of the development of the word class theory is characterised by the idea that *gradual progress* was made by successive stages in the history of linguistics. Unlike many other historians of linguistics, however, Dionysius does not present the word class system of his own time as the ultimate truth.

---

<sup>41</sup> Another difference between Dionysius and Quintilian is the following: Dionysius distinguishes five stages in the development of the theory of the parts of speech, while Quintilian summarises these in only two stages, to which he adds two Roman developments of the system. The four stages in Quintilian’s overview are organised in the following way: (1) like Dionysius, Quintilian starts with Aristotle and Theodectes, who would have known three parts of speech. (2) Next, Quintilian states that the number of parts of speech increased ‘gradually’ (*paulatim*), but, unlike Dionysius, in the first instance he does not present the extension of the system chronologically, but *systematically*: the starting point is the system of Aristotle, and the new word classes are discussed in relation to the three original ones, namely σύνδεσμος (*convinctio*), ὄνομα (*nomen*), and ῥῆμα (*verbum*). Within his presentation of the development of the system Quintilian does make chronological distinctions, by adding words like *primum* (‘first’), *post* (‘next’) and *deinde* (‘thereafter’). Quintilian’s second stage includes the same word classes as Dionysius’ fifth stage. (3) The third stage in Quintilian’s overview is the Roman substitution of the interjection for the article. Quintilian remarks that some people put the appellative under ‘noun’ (‘as species of that genus’), while other people consider *vocabulum* and *nomen* as two different word classes. That makes the total number of parts of speech eight or nine. (4) In a fourth stage, even more distinctions were added by ‘others’ (*alii*): *vocabulum*, *adseveratio*, and *tractio*; but Quintilian himself rejects these differentiations. The additions to the system that he mentions would increase the total number of word classes to a maximum of twelve, but Quintilian himself opts for a system of eight or nine word classes.

<sup>42</sup> Taylor (1987) 3.



Quintilian, on the other hand, expresses his preference for a system with eight or nine parts of speech. I have explained this difference by pointing to the different contexts in which the two writers presented their views.<sup>43</sup>

Over the last two decades, Taylor himself and other historians of ancient linguistics (such as Schenkeveld, Law and Sluiter) have distanced themselves from the traditional approach to the history of linguistics in general and to the history of the word class theory in particular. Nowadays, scholars are more willing to recognise that Plato, the Stoics, the Alexandrian philologists and the technical grammarians all had their own, different purposes; and, accordingly, that the units that they called *μέρη λόγου* were entirely different matters for all of them.<sup>44</sup> In the article mentioned above, Daniel Taylor stated that the different philosophers, philologists and grammarians ‘were not playing the game by the same rules’.<sup>45</sup> I would like to go one step further: *they were not even playing the same game*. Philosophers were not interested in enumerating as many word classes as possible, so one would do them wrong by interpreting them as if they were grammarians. As a *historian of linguistics*, therefore, I do not agree with the way in which Dionysius and Quintilian presented the history of the word class system. As a *historian of the historiography of linguistics*, however, I conclude that their approach to the history of linguistics has been very influential.

#### 4.3. Dionysius as a rhetorician: the parts of speech in the theory of composition

In the previous section, we have seen that Dionysius regards the *μόρια λόγου* as the primary building blocks in the procedure of composition. The emphasis on the *μόρια λόγου* in Dionysius’ definition of composition (*Comp.* 2.6,17-19: *τις θέσις παρ’ ἄλληλα τῶν τοῦ λόγου μορίων*) can be explained as follows. On the one hand, it indicates that, in Dionysius’ view, words are the central units in the process of composition; on the other hand, it underlines the fact that words are components (*μέρη* or *μόρια*) and building blocks (*στοιχεῖα*) of larger structures (namely clauses, periods

<sup>43</sup> Priscian (6<sup>th</sup> century AD) seems to have been the first who both presented a history of the word class theory and adhered to a fixed number of eight *partes orationis*: see *G.L.* II, 54,5-55,3. Similar is the *Ars anonyma Bernensis* (*FDS* 549). Donatus (*G.L.* IV, 372) does not discuss the history of the word class system, but only remarks that *multi plures, multi pauciores partes orationis putant*.

<sup>44</sup> See now also Matthaios (1999) 492: ‘Die von Dionysios von Halikarnaß und Quintilian gegebene Erklärung für die Erweiterung des Wortartensystems durch Aufspaltung umfangreicher Redeteile läßt genauso wie die in den grammatischen Berichten vorgenommene Zuweisung der einzelnen Wortarten zum stoischen Redeteilsystem die Tatsache außer acht, daß der Begriff “Redeteil” bzw. “Wortart” von Schultradition zu Schultradition eine andere Bedeutung hat.’

<sup>45</sup> Taylor (1987) 5.



and discourse).<sup>46</sup> The idea that the scientific treatment of a certain subject should start from its ‘elements’ is a common assumption in various ancient language disciplines.<sup>47</sup> According to Dionysius, the combination of the parts of speech forms the clauses (κῶλα), the joining of the clauses constitutes the periods (περίοδοι), and these make up the complete discourse.<sup>48</sup> How does he develop the idea of composition from μόρια λόγου in the rest of his treatise on σύνθεσις?

The reader who has just been told that composition starts from the μόρια λόγου might be disappointed to find out that most parts of Dionysius’ work deal in fact with other units of σύνθεσις. Many chapters concentrate on letters and syllables on the one hand and clauses on the other.<sup>49</sup> Still, it would be wrong to suggest that Dionysius turns out to reject his own definition of σύνθεσις. Pohl argues that Dionysius ‘improves’ his original definition, which started from the μόρια λόγου, by offering ‘eine verbesserte Definition’ that focuses on words, clauses and periods.<sup>50</sup> However, the passage that

<sup>46</sup> It is remarkable that in *Thuc.* 22.358,15-17 Dionysius divides σύνθεσις into κόμματα (‘cuts’, i.e. short clauses), κῶλα and periods. ‘Words’ are not mentioned here: the ‘elementary parts of speech’ belong to the selection of words (ἐκλογή), not to composition. Thus, the ‘comma’ takes the place of the ‘word’. The division of composition into comma, colon and period, which seems to be more traditional than the one into word, colon and period, is also found in Quintilian, *Inst. orat.* 9.4.22: *comma*, κῶλον and περίοδος (see below). In the rest of Dionysius’ works, however, the κόμμα plays a minor part, although it figures as an important unit in the discussion of poetry resembling prose: see *Comp.* 26.136,9ff. See also *Dem.* 39.213,1 and 43.227,4. On the *comma*, see Viljamaa (2003) 173-176, who compares κόμματα to the intonation units in modern discourse analysis. That it is not self-evident that composition should start from words (or μόρια λόγου) is clear from ‘Demetrius’, who regards clauses (κῶλα) as the starting point for prose writing. See *Eloc.* 1: ‘Just as poetry is organised by metres (...), so too prose is organised and divided by the so-called clauses.’ Having discussed the length and use of clauses, ‘Demetrius’ points out that ‘from the combination of such clauses and phrases are formed what are called periods’ (*Eloc.* 10).

<sup>47</sup> See Van Ophuijsen (1987) 9 on Hephaestion, *On Metre*: ‘(...) this is to be explained by the assumption common to the Greek grammarians that the part is systematically prior to the whole, so that, to be scientific, the exposition of a subject must proceed from its ultimate elements of analysis, the atoms as it were, through its intermediate constituents, to the level at which the need for an exposition is felt.’ See further sections 2.2 and 4.2.1 on Apollonius Dyscolus (*Syntax* I.2; cf. Swiggers & Wouters [1995] 37 n. 46) and Aristides Quintilianus.

<sup>48</sup> *Comp.* 2.7,14-18: see section 4.2.1 above. Viljamaa (2003) refers to this same text (*Comp.* 2.7,14-18) when he states that ‘in Dionysius’ opinion, the *colon* is the most important unit of linguistic expression, and indeed the central unit of the sentence structure (...)’ I do not see how the passage that Viljamaa cites supports this conclusion. The starting point of composition is the arrangement of words, not the joining of clauses. Viljamaa fails to see that this is the difference between Dionysius and ‘Demetrius’. For the ancient theory of the period, see Siebenborn (1987).

<sup>49</sup> Composition from letters and syllables is the subject of *Comp.* 14-16 (on μέλος), composition from κῶλα is treated in *Comp.* 7-9 (the second part of the discussion of the three activities of composition). Tukey (1909a) 189 argues that Dionysius’ treatise deals with σύνθεσις τῶν ὀνομάτων, τῶν συλλαβῶν and τῶν γραμμάτων.

<sup>50</sup> Pohl (1968) 2. In a similar way, Tukey (1909a) 188 complains that the connotation of the term σύνθεσις changes in the course of Dionysius’ treatise: in the first nine chapters σύνθεσις means σύνθεσις τῶν ὀνομάτων, whereas in the later chapters, σύνθεσις is ἀρμονία, which concerns the musical aspects of language; in the latter sense, σύνθεσις would also include the *selection* of (euphonious) words. In my view, however, words (μόρια λόγου) remain the starting point for

she regards as a ‘new definition’ is in fact a list of the ἔργα of composition: ‘The functions of composition are to place the words in a proper way beside each other and to give the clauses the fitting harmony and to divide the discourse suitably into periods.’<sup>51</sup> In this passage, Dionysius does not reject his original definition: composition still starts from words (the ‘parts of the phrase’) as its basic units, even if the arrangement of clauses and periods also belongs to its functions. Pohl thinks that the rhetorical point of view (which deals with words, clauses and periods) takes the place of Dionysius’ earlier grammatical point of view.<sup>52</sup> In my opinion, it would be more correct to say that the term μόρια λόγου, which refers to words not only as ‘word classes’ but also as ‘parts of the phrase’, enables Dionysius to combine the two perspectives. The grammatical point of view is not rejected, but it becomes an integrated part of the rhetorical process of composition: the correct use of word classes and their *accidentia* is one aspect of σύνθεσις. This aspect is especially highlighted in three passages of the work *On Composition*, namely the investigation into natural word order (*Comp.* 5), the discussion of the three activities of σύνθεσις (*Comp.* 6), and the description of the austere composition type (*Comp.* 22).<sup>53</sup>

In the first of these passages (*Comp.* 5) Dionysius tries out whether the juxtaposition of words according to their grammatical categories results into beautiful composition: should nouns precede verbs, verbs precede adverbs, and substantives come before adjectives? This discussion of ‘natural’ word order is arguably the best (though perhaps not the most successful) example of the integration of grammatical and rhetorical theory. It would thus deserve to be treated in this section as an example of the rhetorical use of the linguistic theory of the μόρια λόγου. However, the passage is also heavily influenced by philosophical ideas that (as I will argue) originate in the school of Stoic philosophers. Because of the complexity of the subject, I have chosen to give the passage on natural word order a separate treatment in the next chapter (section 5.3) of this study. Since Dionysius finally decides to abandon the approach to σύνθεσις undertaken in *Comp.* 5, the theory of natural word order in fact falls outside

---

composition throughout the treatise, even if some passages deal with the forming of (mimetic) words (*Comp.* 16) or other aspects of sound. In *Comp.* 22-24, composition still starts from words as its building blocks: see section 4.3.2.

<sup>51</sup> *Comp.* 2.7,18-21: ἔστι δὴ τῆς συνθέσεως ἔργα τὰ τε ὀνόματα οἰκείως θεῖναι παρ’ ἄλληλα καὶ τοῖς κόλοις ἀποδοῦναι τὴν προσήκουσαν ἁρμονίαν καὶ ταῖς περιόδοις διαλαβεῖν εὖ τὸν λόγον. This text immediately follows the history of the theory of the parts of speech (see section 4.2.1).

<sup>52</sup> Pohl (1968) 2.

<sup>53</sup> Pohl (1968) 3 states: ‘Mit dem Scheitern dieses Versuches [i.e. the discussion of natural word order in *Comp.* 5] wird der grammatikalisch-logische Gesichtspunkt endgültig aufgegeben.’ In fact, however, the importance of the grammatical aspects of the art of composition are made very clear already in *Comp.* 6, where σχηματισμός (the grammatical formation of words) is the second activity of composition.

his theory of composition. In the next sections (4.3.1 and 4.3.2) we will therefore focus on the two other passages (*Comp.* 6 and *Comp.* 22-24) that develop the theory of ‘placing the parts of speech beside each other’ (θέσις παρ’ ἄλληλα τῶν τοῦ λόγου μορίων).

#### 4.3.1. The parts of speech as building blocks: text as architecture

In the sixth chapter of the treatise, Dionysius starts a discussion of the three activities (ἔργα) of the art of composition:<sup>54</sup> ‘the first is to observe which element fitted together with which element will naturally produce a beautiful and attractive combination. The second is to judge how each of the parts that are to be fitted together should be shaped so as to improve the harmonious appearance of the whole. The third is to judge whether any modification is required in the material used — I mean subtraction, addition or alteration — and to carry out such changes with a proper view to their future purpose.’<sup>55</sup> It should be observed that these ‘three activities of the theory of composition’ (τῆς συνθετικῆς ἐπιστήμης τρία ἔργα) do not correspond to the earlier three συνθέσεως ἔργα mentioned above (section 4.3).<sup>56</sup> The three ‘functions of composition’ (mentioned in *Comp.* 2) are the arrangement of words, clauses and periods respectively. The ‘activities of the theory of composition’ (treated in *Comp.* 6), however, are three techniques that apply to *each* of the levels of language (words, clauses, and periods). In other words, the first list of ἔργα introduces the three levels of composition, while the second list of ἔργα enumerates ‘processes’ or ‘techniques’ that concern all levels: they should be applied first to words (which are the building blocks of clauses), then to clauses (which are the building blocks of periods), and finally to periods (which make up the λόγος). Thus, in *Comp.* 6, Dionysius explains how the three techniques are applied to the μόρια λόγου; in the next three chapters (*Comp.* 7-9) he shows that *mutatis mutandis* the same ἔργα play a role in the arrangement of clauses.<sup>57</sup> Finally, he adds that what he has said also applies to the so-

<sup>54</sup> See also Viljamaa (2003) 170.

<sup>55</sup> *Comp.* 6.27,19-28,2: ἔν μὲν ἰδεῖν, τί μετὰ τίνος ἀρμοττόμενον πέφυκε καλὴν καὶ ἡδεῖαν λήψεσθαι συζυγίαν· ἕτερον δὲ γινῶναι τῶν ἀρμόττεσθαι μελλόντων πρὸς ἄλληλα πῶς ἂν ἕκαστον σχηματισθὲν κρείττονα ποιήσῃ φαίνεσθαι τὴν ἀρμονίαν· τρίτον δ’ εἴ τι δεῖται μετασκευῆς τῶν λαμβανομένων, ἀφαιρέσεως λέγω καὶ προσθήκης καὶ ἀλλοιώσεως, γινῶναι τε καὶ πρὸς τὴν μέλλουσαν χρεῖαν οἰκείως ἐξεργάσασθαι. I have adapted Usher’s translation. In *Comp.* 6.27,19, I read ἀρμοττόμενον with P (followed by Aujac and Rhys Roberts); Usener reads ἀρμοζόμενον. On the three ἔργα, see also Viljamaa (2003) 170.

<sup>56</sup> Compare *Comp.* 2.7,18-21 and *Comp.* 6.27,18-28,2.

<sup>57</sup> I do not agree with Rhys Roberts (1910) 3, who, in his summary of *On Composition*, states that there are three ‘processes’ of composition with regard to words, and only two in the case of κῶλα. Dionysius’ discussion of the ἔργα of the composition of clauses (*Comp.* 7.30,18-31,4) is clearly divided into three parts· καὶ γὰρ ταῦτα (1) ἀρμόσαι πρὸς ἄλληλα δεῖ ὥστ’ οἰκεία φαίνεσθαι καὶ φίλα καὶ (2) σχηματίζειν ὡς ἂν ἐνδέχεται κράτιστα (3) προκατασκευάζειν τε, εἴ ποῦ τι δεῖ, μειώσει καὶ

called periods.<sup>58</sup> Dionysius' list of three ἔργα (attractive juxtaposition, σχηματισμός and μετασκευή) does not correspond to the lists of Roman rhetoricians. Quintilian lists order (*ordo*), linkage (*iunctura*) and rhythm (*numerus*) and Cicero divides composition into euphony, periodic structure and rhythm.<sup>59</sup> The first item of the latter list agrees more or less with Dionysius' general interest: words must be arranged so that the final syllables may fit the following initial syllables 'as neatly as possible, and that the words may have the most agreeable sounds'. However, Cicero does not mention the grammatical formation of words, whereas the notion of rhythm (*numerus*) is absent from Dionysius' list.<sup>60</sup> It seems, then, that Dionysius takes an original approach to σύνθεσις by integrating grammatical and rhetorical notions; but it is also possible that he was influenced by Hellenistic ideas on poetic composition, such as we find in Philodemus' *On Poems*.<sup>61</sup>

Before he goes into details, Dionysius illustrates the three activities of composition with the analogy of the builder of a house (οἰκοδόμος), who 'composes' a building from stones, timber, tiling, etc. The builder asks himself three questions: '(1) what stone, timber and brick is to be fitted together with what other stone, timber and brick? (2) How should each of the materials that are being joined be fitted, and on which of the sides? (3) If anything fits badly, how can that very piece be pared down and trimmed and made to fit well?'<sup>62</sup> The shipwright will apply the same method, says

---

πλεονασμῷ καὶ εἰ δὴ τιν' ἄλλην μετασκευὴν δέχεται τὰ κῶλα. 'For also these [i.e. just like the words] one must (1) join to one another so that they appear familiar and belonging to each other and (2) give them the best form of which they are capable and (3) adapt them further, if necessary, by abbreviation, expansion and by any other change of form that clauses admit.' It is obvious that these ἔργα on the level of the clauses correspond on the level of words to (1) the putting together of the μόρια λόγου (*Comp.* 6.28,16-20), (2) the grammatical formation (σχηματισμός) of words (*Comp.* 6.28,20-29,14) and (3) the modification (μετασκευή) of words for the sake of harmony (*Comp.* 6.29,14-30,12). The repetition of the terms σχηματίζειν and μετασκευή in the passage on clause arrangement is significant. Cf. Nassal (1910) 28-29.

<sup>58</sup> *Comp.* 9.35,17-36,1.

<sup>59</sup> Quintilian, *Inst. orat.* 9.4.22; Cicero, *Orator* 149. Cf. Scaglione (1972) 49.

<sup>60</sup> For these reasons, it is unclear to me how Nassal (1910) 35-36 can think that Dionysius' list of ἔργα in *Comp.* 2.7,18-21 'entspricht (...) vollständig' the list in Cicero, *Orator* 149: the only similarity is that both lists consist of three items. In *Orator* 219, Cicero has *compositio*, *concinntas* and *numeri*. In *De oratore* 3.171, Cicero (Crassus) states that 'connection of words' (*continuatō verborum*) requires two things, namely 'juxtaposition' (*conlocationem*) and 'a certain cadence and form' (*modum quandam formamque*). Quintilian, *Inst. orat.* 9.4.22 lists three units of composition, namely *incisa* or *commata*, *cola* and the *period*. He then discusses three 'necessary elements' of composition, namely *ordo*, *iunctura*, *numerus* ('order, linkage and rhythm'). The latter bears some resemblance to Cicero, *Orator* 149, but Quintilian's treatment of the three aspects of composition seems to be independent.

<sup>61</sup> In *Comp.* 4.22,3-23,5, Dionysius claims to be original.

<sup>62</sup> *Comp.* 6.28,5-13: ὁ τε γὰρ οἰκοδόμος ὅταν πορίσῃται τὴν ὕλην ἐξ ἧς μέλλει κατασκευάζειν τὴν οἰκίαν, λίθους καὶ ξύλα καὶ κέραμον καὶ τὰλλα πάντα, συντίθῃσιν ἐκ τούτων ἤδη τὸ ἔργον τρία ταῦτα πραγματευόμενος, ποίῳ δεῖ λίθῳ τε καὶ ξύλῳ καὶ πλίνθῳ ποῖον ἁρμόσσει λίθον ἢ ξύλον ἢ πλίνθον, ἔπειτα πῶς τῶν ἁρμοζομένων ἕκαστον καὶ ἐπὶ ποίας πλευρᾶς ἐδράσσει, καὶ τρίτον, εἴ τι δύσεδρόν ἐστιν, ἀποκροῦσαι καὶ περικόψαι καὶ αὐτὸ τοῦτο εὐέδρον ποιῆσαι.

Dionysius, and ‘those who are going to put the parts of speech together effectively’ (τοὺς μέλλοντας εὖ συνθήσειν τὰ τοῦ λόγου μέρη) should proceed similarly. Their building blocks are not stone, timber and tiling, but noun, verb and the other parts of speech. The analogy between the composition of a text and the building of a house is found in other ancient texts as well.<sup>63</sup> For Dionysius, the idea seems to be even more important than for other rhetoricians, because he focuses on stylistic composition.<sup>64</sup> With regard to the organisation of subject matter (οἰκονομία), Dionysius adopts Aristotle’s concept of *organic* unity, thus taking a ‘biological’ approach to discourse.<sup>65</sup> For example, Dionysius praises Herodotus because out of a great variety of subjects he has made one ‘harmoniously unified body’ (σύμφωνον ἐν σῶμα).<sup>66</sup> With regard to stylistic composition (σύνθεσις), however, Dionysius’ approach is determined by the concept of *architecture*.<sup>67</sup> The architectural character of discourse

<sup>63</sup> The comparison between text and architecture may be traced back to Democritus fr. 21 Diels-Kranz: ‘Ὅμηρος φύσεως λαχὼν θεαζούσης ἐπέων κόσμον ἐτεκτήνατο παντοίων. ‘Since Homer was divinely inspired, he succeeded in building a *kosmos* out of all kinds of words.’ For the influence of this text on the poetic theory that regards a text as a ‘universe’ consisting of elements (στοιχεῖα), see Armstrong (1995) 212-213. ‘Demetrius’, *Eloc.* 13 compares clauses (κῶλα) to stones: ‘The clauses in the periodic style may in fact be compared to the stones (τοῖς λίθοις) that support and hold together the roof which encircles them, and the clauses of the disjointed style to stones which are simply thrown about near one another and not built into a structure.’ Quintilian, *Inst. orat.* 7.pr.1 compares *dispositio* (the ordering of the material, the second *officium oratoris*) to putting together ‘stone, timber, and other building material’ (*saxa atque materiam et cetera aedificanti utilia*). In *Inst. orat.* 9.4.27, a sentence whose words have not been put in their right places is compared to a construction of unhewn stones (*structura saxorum rudium*). In some cases, the analogy is limited to the use of a specific word. Thus, Cicero, *De oratore* 3.173 speaks of *componere et struere verba* (‘to put and build the words together’). Many rhetorical terms seem to be based on this analogy, such as κανὼν, ἔδρα and ὕλη (cf. Rhys Roberts [1910] 106 n. 2). Finally, I would like to add that ‘Demetrius’ (*Eloc.* 91), in his discussion of compound words (σύνθετα ὀνόματα), recommends the word ‘architects’ (ἀρχιτέκτονες) as a useful composite. In my view, he may have selected this example as a *leçon par l'exemple*, i.e. the word ‘master-builder’ is well built itself.

<sup>64</sup> Dionysius consistently distinguishes between subject matter (ὁ πραγματικὸς τόπος) and style (ὁ λεκτικὸς τόπος). Each of these components consists of two parts: ὁ πραγματικὸς τόπος deals with παρασκευή (= εὑρεσις), ‘invention’, and χρήσις (οἰκονομία), ‘arrangement’; ὁ λεκτικὸς τόπος deals with ἐκλογή τῶν ὀνομάτων, ‘selection of words’ and σύνθεσις, ‘composition’. See esp. *Dem.* 51.240,20-241,7. Kremer (1907) 2-3 offers a reconstruction of Dionysius’ rhetorical system that relies on *Thuc.* 22, where Dionysius mentions κόμμα, κῶλον and περίοδος as the units of composition. This division does not correspond to the one in *De compositione verborum* (see above).

<sup>65</sup> Aristotle’s comparison of epic to ‘a single and whole animal’ (*Po.* 1459a20) is reflected in *Rh.* 1415b7-9, where it is said that in some cases a speech does not need a *prooimion*, except in order to state the subject in summary (κεφαλαιωδῶς), so that ‘like a body it may have a head’ (ἵνα ἔχῃ ὥσπερ σῶμα κεφαλὴν). Cf. Heath (1989) 20.

<sup>66</sup> *Pomp.* 3.238,8-11. On Dionysius’ use of the Platonic concept of organic unity, see also Fornaro (1997a) 209-210. Heath (1989) 85-89 points out that by organic unity Dionysius does not mean a *thematic* integration, but rather a text in which all elements ‘are brought together in the appropriate order so defined’. On Dionysius’ evaluation of the unity of Herodotus’ work, see also De Jong (2002) 245.

<sup>67</sup> Breitenbach (1911) 170-172 shows that Aristotle’s ideas on the nature of discourse are influenced by Plato’s concept of organic unity (*Phdr.* 264c2-5, cf. Sicking [1963]), whereas Dionysius’ point of view is ‘architectonic’. Breitenbach is right as far as the treatise *On Composition* is concerned, but traces of Aristotelian ideas on text as an organic unity are found in Dionysius’ treatment of subject matter (as in

underlies not only his views on the relation between composition and selection of words (*Comp.* 2) and his discussion of the ἔργα of composition (*Comp.* 6), but also the description of the three types of σύνθεσις (*Comp.* 22-24).<sup>68</sup> Some scholars have pointed to related views in ‘Demetrius’ and Quintilian, but one very relevant parallel has so far largely been ignored.<sup>69</sup> In Philodemus’ *On Poems*, there is a fragment in which one of the Hellenistic *kritikoi* (see section 1.5) compares composition (σύνθεσις) to ‘house-building’ (οἰκοδομή[σαι]).<sup>70</sup> Janko considers the possibility of correcting οἰκοδομεῖν here into οἰκονομεῖν, but I think that Dionysius’ comparison of the orator with an οἰκοδόμος provides a convincing argument for retaining the text as it stands.<sup>71</sup> The context of the fragment in Philodemus is very much in line with Dionysius’ approach to composition. The critic who uses the word οἰκοδομεῖν in the relevant fragment (Pausimachus, according to Janko) points out that some claim that good poetry depends on beautiful words, whereas others think that beautiful poetry arises from commonplace words that have been well arranged.<sup>72</sup> The same arguments play an important role in the opening chapters of Dionysius’ *On Composition*.<sup>73</sup> We may add that ‘Longinus’, in his discussion of σύνθεσις, which echoes Dionysius’ view on the magical effects of good composition (see section 6.2), also speaks of τῇ τε τῶν λέξεων ἐποικοδομήσει (‘piling phrase on phrase’).<sup>74</sup> In view of the other parallels between Dionysius and the *kritikoi* (which are partly taken up by ‘Longinus’), we cannot exclude the possibility that Dionysius’ concept of σύνθεσις as house building is influenced by the views of Hellenistic critics of poetry.<sup>75</sup> Stanford interestingly compares the ancient concept of ‘euphonic architecture’ to an orchestral

---

*Pomp.* 3.238,8-11 above). In other words, the scope of *On Composition* accounts to a large extent for the difference between Aristotle and Dionysius.

<sup>68</sup> *Comp.* 2.8,3-16: in arts that combine materials and make from them a composite product, such as building (οἰκοδομική), carpentry (τεκτονική) and embroidery (ποικιλτική), the potentialities of composition are second in logical order to those of selection, but they are prior in potency. This is also true in the case of λόγος: σύνθεσις is logically second to ἐκλογή, but it has far more power. For *Comp.* 22.96,15-19 (analogy between the austere composition and a construction of blocks of natural stone put together), see section 4.3.2 below.

<sup>69</sup> For the parallels in ‘Demetrius’ and Quintilian, see above. I should add that ‘Demetrius’, *Eloc.* 33 points out that an enthymeme can have the accidental property of periodicity, just as a building (οἰκοδομούμενον) can have the accidental property of whiteness. This comparison, however, does not seem to pertain to the characterisation of composition as a process of putting building blocks together.

<sup>70</sup> Philodemus, *On Poems* 1 fr. 55 Janko.

<sup>71</sup> Janko (2000) 245 n. 4 mentions the parallel, but seems unconvinced.

<sup>72</sup> See Janko (2000) 245.

<sup>73</sup> Cf. *Comp.* 3.9,2-9. See also section 7.2.

<sup>74</sup> ‘Longinus’, *Subl.* 39.3. Cf. Janko (2000) 245 n. 4. Aristotle, *Rh.* 1365a discusses the powerful effect of ‘combination and building up’ (τὸ συντιθέναι καὶ ἐποικοδομεῖν). Here the term ἐποικοδομεῖν probably refers to the figure of speech that builds a chain of clauses, each of which repeats one or more words from the preceding clause: see also *Rh. Al.* 3.11. Some rhetoricians simply call this figure ‘climax’. See Anderson (2000) 57-58 on ἐποικοδομήσεις.

<sup>75</sup> See also sections 1.5, 3.2, 3.3, 6.2, 6.6, and 7.2.



symphony.<sup>76</sup> Indeed, the concept of architectural discourse or poetry seems to be closely connected to the idea of musical and magical speech (see section 6.2), which is also a prominent theme in Dionysius and ‘Longinus’.

When discussing the concept of architectural text, we should not forget that while Dionysius was teaching in Rome, the Roman Vitruvius was writing his ten books *De architectura*. That work was probably published between 30 and 20 BC.<sup>77</sup> Just like Dionysius (*Preface to On the Ancient Orators*), Vitruvius starts his work by commenting upon the new world order that started with Augustus’ victory at Actium (31 BC). Both Dionysius and Vitruvius are exponents of the classicism of Augustan Rome, and they both demand that their students (future orators and future architects respectively) are broadly educated. According to Vitruvius, the education programme for the architect includes, among other things, literature, history, philosophy, music, medicine, and law.<sup>78</sup> At the beginning of his work, Vitruvius points out that architecture consists of *ordinatio* or τάξις (‘ordering’), *dispositio* or διάθεσις (‘arrangement’), *eurythmia* (‘harmony’), *symmetria* (‘proportion’), *decor* (‘propriety’) and *distributio* or οἰκονομία (‘allocation’).<sup>79</sup> All these terms or their Greek equivalents play a role in rhetorical theory as well: Dionysius and Vitruvius largely use the same discourse. Where Dionysius defines composition as the juxtaposition of words or στοιχεῖα (‘elements’), Vitruvius states that *dispositio* (‘arrangement’) is ‘the apt putting together (*apta conlocatio*) of things and the elegant effect obtained by adjustments (*compositionibus*) appropriate to the character of the work.’<sup>80</sup> Although I do not think that there is a direct relationship between Vitruvius and Dionysius, it is, on the other hand, not impossible that Dionysius knew the Roman or his work. In any case, it is interesting to realise that not only some of their ideas but also the way they present them are rather similar and reflect the discourse of their time. I will return to the analogy between text and architecture in the discussion of the austere composition type.

We will now focus on the first level to which the three ἔργα of the theory of composition apply, namely the level of words or, as Dionysius says, τὰ πρῶτα μόρια

<sup>76</sup> Stanford (1967) 78-79 and 92. I may be allowed to carry this analogy one step further by remarking that, conversely, the symphonies of Anton Bruckner are often characterised as ‘cathedrals’.

<sup>77</sup> See Rowland & Howe (1999) 2-5.

<sup>78</sup> Vitruvius, *On Architecture* 1.1.1-18.

<sup>79</sup> Vitruvius, *On Architecture* 1.2.1-9.

<sup>80</sup> Vitruvius, *On Architecture* 1.2.2: *dispositio autem est rerum apta conlocatio elegansque compositionibus effectus operis cum qualitate*.

## ANEXO IB – Seção de convenções e abreviações

### CONVENÇÕES E ABREVIACÕES<sup>1</sup>

5. Seguem abaixo as abreviações dos trabalhos de Dionísio de Halicarnasso:

	Latin	Português
<i>Amm. I</i>	<i>Espistula ad Ammaeum I</i>	<i>Primeira carta a Ameu</i>
<i>Amm. II</i>	<i>Espistula ad Ammaeum II</i>	<i>Segunda carta a Ameu</i>
<i>Ant. Rom.</i>	<i>Antiquitates Romanae</i>	<i>Antiguidades romanas</i>
<i>Comp.</i>	<i>De compositione verborum</i>	<i>Sobre a composição</i>
<i>Dem.</i>	<i>De Demosthene</i>	<i>Sobre Demóstenes</i>
<i>Din.</i>	<i>De Dinarcho</i>	<i>Sobre Dinarco</i>
<i>Imit.</i>	<i>De Imitatione</i>	<i>Sobre a imitação</i>
<i>Is.</i>	<i>De Isaeo</i>	<i>Sobre Iseu</i>
<i>Isoc.</i>	<i>De Isocrate</i>	<i>Sobre Isócrates</i>
<i>Lys.</i>	<i>De Lysia</i>	<i>Sobre Lísias</i>
<i>Orat. Vett.</i>	<i>De oratoribus veteribus</i>	<i>Sobre os oradores antigos</i>
<i>Pomp.</i>	<i>Epistula ad Pompeium</i>	<i>Carta a Pompeu</i>
<i>Thuc.</i>	<i>De Thucydide</i>	<i>Sobre Tucídides</i>

6. As abreviações de coleções de textos e obras de referência são as seguintes:

<i>FDS</i>	Karlheinz Hülser, <i>Die Fragmente zur Dialektik der Stoiker, Neue Sammlung der Text mit deutscher Übersetzung und Kommentaren</i> , Stuttgart 1987 – 1988.
<i>G.G.</i>	<i>Grammatici Graeci</i> , ed. R. Schneider & G. Uhlig. Leipzig 1878 – 1910.
<i>G.G. I</i>	<i>Grammatici Graeci</i> , Pars prima: <i>Dionysii Thracis Ars grammatica ET Scholia in Dionysii Thracis artem grammaticam</i> , Ed. G. Uhlig & A. Hilgard, Leipzig 1883 – 1901.
<i>G.G. I 3</i>	Volumen tertium: <i>Scholia in Dionysii Thracis artem grammaticam</i> , ed. A. Hilgard, Leipzig 1901.
<i>G. L.</i>	<i>Grammatici Latini</i> Vol. I – VIII, ed. Heinrich Keil, Leipzig 1857 – 1880.
Sch. D. o Trácio	<i>Scholia in Dionysii Thracis artem grammaticam</i> , ed. A. Hilgard, Leipzig 1901 (= <i>G.G. I 3</i> )

<sup>1</sup> A seção de convenções e abreviações foi traduzida do livro *Between Grammar and Rethoric*. Aqui se encontram apenas as referências encontradas no capítulo quatro da obra.



## ANEXO IC – As partes do discurso

Como se sabe, a cultura grega foi introduzida na Latina através das obras literárias e do teatro. Consequentemente, as reflexões gramaticais gregas foram agregadas às latinas. Para Law (1993: 12), “o estudo da gramática entre os romanos exemplifica o esforço e continuidade da influência grega.”. Conceitos como as “partes do discurso” (μέρη λόγου) foram primeiramente estudados por filósofos gregos, em seguida, pelos estoicos, e mais tarde por gramáticos como Dionísio o Trácio em sua *Téchne Grammatiké* e incorporados mais tarde nos tratados latinos com aqueles de Quintiliano – *Institutio oratoria* – Donato – *Ars grammatical* – e Prisciano – *Institutiones grammaticae*. (FORTES, 2006)

Propõe-se neste artigo o estudo das partes do discurso sob olhar de Dionísio o Trácio e Prisciano, a fim de delimitar semelhanças e diferenças sobre os aspectos abordados por ambos. De acordo com Fortes, no prefácio às *Institutiones grammaticae*, Prisciano diz que o objetivo de sua obra era fornecer aos romanos as considerações dos gramáticos gregos, em especial as de Apolônio Díscolo a partir de sua obra de referência *Peri Syntáxeōs*. Assim, ele foi considerado o reformulador da gramática latina.

Prisciano aponta em seus estudos a ponta Aristóteles e os estóicos como os primeiros a estudarem as partes do discurso e também alega que as partes do discurso tiveram início por seus elementos essenciais: *nomen* e *verbum*. Sobre isso, Neves (1987) afirma que os fatos da gramática foram sempre precedidos por questões filosóficas e, por essa razão, os elementos citados por Prisciano como constituintes das orações tinham uma vinculação filosófica anterior.<sup>2</sup> Apesar dessa referência aos estudos gregos, Prisciano já apresenta objetivos diversos daqueles abordados pelos gregos no século II a.C. Fortes (2006) sobre esse assunto coloca que:

o uso que os filósofos gregos conferiam às categorias das “partes do discurso” já estava separado por quase três séculos das discussões gramaticais de Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo, e por quase nove séculos das *Institutiones grammaticae* de Prisciano. Portanto, entender esses conceitos em Prisciano requer que sejam tomados,

---

<sup>2</sup> Cf. Fortes, 2006.

certamente, em um outro jogo de linguagem, [...] no qual se inseriam não mais as indagações filosóficas dos gregos, mas as discussões de caráter metalinguístico que se faziam havia séculos no âmbito de várias disciplinas ligadas à palavra, tais como a retórica e a poética e, em particular, a gramática, [...]

Para elucidar as diferenças e semelhanças entre a gramática de Dionísio o Trácio e Prisciano, segue abaixo um esquema com a tradução de cada uma das partes do discurso por ambos os gramáticos.<sup>3</sup>

As oito partes do discurso da gramática de Prisciano descritas a partir da *Techné* de Dionísio o Trácio são:

1. *Nomen* (substantivo, incluindo algumas palavras agora classificadas como adjetivos): a propriedade do nome é indicar a substância e qualidade, e atribuir uma qualidade particular ou geral para todos os seres e coisas.
2. *Verbum* (verbo): a propriedade do verbo é indicar uma ação de um agente ou paciente; possui tempo e modo, mas não possui casos.
3. *Participium* (particípio): é uma classe de palavras sempre referente ao verbo e derivada dos mesmos, compartilha as mesmas características dos verbos e nomes (tempo e caso) e, portanto, distinto de ambos.
4. *Pronomen* (pronome): a propriedade do pronome é a substituição do nome próprio e a especificação da pessoa (primeira, segunda ou terceira).
5. *Adverbium* (advérbio): a propriedade do advérbio é ser usado em uma construção com um verbo, ao qual é sintaticamente e semanticamente subordinado; é a parte da oração indeclinável, cujo significado está relacionado ao verbo.
6. *Praepositio* (preposição): a propriedade da preposição é ser usada como uma palavra separada antes de palavras flexionadas e estar em composição tanto antes de palavras de casos flexionados como antes de palavras de casos não flexionados.
7. *Interiectio* (interjeição): uma classe de palavras sintaticamente independentes dos verbos que indicam um sentimento ou um estado de espírito.
8. *Coniunctio* (conjunção): a propriedade da conjunção é ligar sintaticamente dois ou mais termos de quaisquer outras classes de palavras indicando uma relação entre eles.

---

<sup>3</sup> Os manuscritos em grego e em latim que foram utilizados para esta tradução foram retirados do livro *A short history of linguistics* – 1987.

As partes do discurso segundo Dionísio o Trácio são:

1. ὄνομα (nome): é a parte do discurso que pode ser flexionada, podendo ser uma pessoa ou coisa.
2. ῥῆμα (verbo): é a parte do discurso que não se declina, é capa de conter tempo, pessoa e número, ação ou algo que está acontecendo ou que aconteceu.
3. μετοχή (particípio): é a parte do discurso que compartilha as propriedades dos verbos e dos nomes.
4. ἄρθρον (artigo): é a parte do discurso que pode ser flexionada anteriormente e posteriormente a declinação dos nomes.
5. ἀντωνυμία (pronome): é a parte do discurso que toma o lugar do nome, pode ser flexionado dividindo o significado.
6. πρόθεσις (preposição): é a parte do discurso que pode ser colocada antes de toda as partes do discurso tanto na composição quanto na sintaxe.
7. ἐπίρρημα (advérbio): é a parte do discurso que não declina, modifica os verbos ou acrescenta algo aos verbos.
8. σύνδεσμος (conjunção): é a parte do discurso que une o propósito do arranjo com a interpretação e que pode ter sentido completo.

A partir destas definições, pode-se perceber que não há um consenso entre as partes do discurso estabelecidos por Dionísio o Trácio e aquelas de Prisciano. Com o intuito de esclarecer estas diferenças para o leitor, segue abaixo um quadro explicativo das partes do discurso e ambas as obras de acordo com Almeida (2001, p. 138):

Dionísio da Trácia (séc. II a.C.)	Prisciano (séc. VI d.C.)
ὄνομα	<i>Nomen</i>
ῥῆμα	<i>Verbum</i>
μετοχή	<i>Participium</i>
ἄρθρον	-----
ἀντωνυμία	<i>Praenomen</i>
πρόθεσις	<i>Praepositio</i>
ἐπίρρημα	<i>Adverbium</i>
-----	<i>Interiectio</i>
σύνδεσμος	<i>coniunctio</i>

Assim, pode-se perceber que os sistemas são divergentes em dois aspectos. Primeiro a inexistência de artigos em latim e, segundo, a separação da classe das interjeições, que no grego antigo fazem parte da categoria dos advérbios. Isso confirma o pensamento anterior de que, apesar da referência ao modelo grego das partes do discurso, essas eram usadas com outras funções de acordo com o sistema linguístico latino.

## Referências bibliográficas

ROBINS, R. H. **A short history of linguistics**. London: Longmans, c1967. viii, 248 p.

FORTES, Fábio da Silva. **A classificação das *partes orationis* em Prisciano: reflexões sobre significado e uso no interior da metalinguagem antiga**. FAPESP, 2006. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_230.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_230.pdf)>. Acesso em: 20/6/2011.

## ANEXO IIA – Princípio de caridade

### CAPÍTULO 3

#### **3 PRINCÍPIO DE CARIDADE**

Como foi dito anteriormente, Davidson discute duas importantes idéias a respeito das crenças e desejos dos homens e do modo como é possível estabelecer-se uma relação interpretativa. De um lado, encontra-se a idéia de que as nossas crenças e desejos são holísticos; de outro, a idéia de que, além de holísticos, são também racionais. A partir do holismo e da racionalidade, Davidson formula o que designa como *princípio de caridade*, conceito que se caracteriza pela capacidade de um falante interpretar um outro falante, pressupondo que o intérprete considere a maioria das crenças do sujeito interpretadas como verdadeiras ou ao menos como estando de acordo com as suas próprias crenças. De outra forma, a interpretação não seria possível.

Desse modo, o *princípio de caridade* expressa a idéia de que a existência de pensamento racional em uma pessoa repousa na sua habilidade de entender outras pessoas como sendo razoavelmente racionais. É a idéia de que, quando nós estamos falando com alguém, nós interpretamos o que ele está dizendo, de tal maneira a torná-lo inteligível, tanto quanto possível. Contudo, não há como dizer o

que torna uma interpretação mais inteligível que outra. Por isso é uma questão de tentar tornar mais precisos, mais detalhados, os vários aspectos da inteligibilidade. Isso obriga um intérprete a tentar entender as crenças aparentemente estranhas, explicando-as em termos da história da pessoa, da experiência, entre outros <sup>95</sup>.

O *princípio de caridade* pode ser entendido como um princípio de racionalidade; contudo, não opera a partir de uma racionalidade transcendental e normativa para todos os falantes. Para compreender melhor esse princípio: primeiro, o intérprete busca entender o que seria correto e racional para ele, enquanto intérprete, crer, ou seja, definindo quais são suas crenças. Em seguida, o intérprete atribui ao falante crenças similares às suas, projetando o seu mundo circundante ao do falante e seu universo psicológico<sup>96</sup>. Esse princípio é também conhecido como *princípio de humanidade*, pois devemos atribuir aos falantes o máximo de crenças possíveis similares às nossas, para podermos compreendê-los.

Será a caridade que nos possibilita encontrar em nossos interlocutores concordâncias conosco, a partir da observação sobre o que os outros compartilham conosco pelos mesmos conceitos. Esse é o argumento de Davidson para a impossibilidade do relativismo conceitual, uma vez que é impossível serem radicalmente diferentes temas conceituais. Emerge a pressuposição de que, pela interpretação, podemos saber o pensamento dos outros e os falantes sabem os seus pensamentos e significados. Para tanto, a linguagem é fundamental, pois é necessária para o pensamento, e pensamento só emerge no contexto geral da comunicação com outros falantes<sup>97</sup>.

---

95 [DAVIDSON, op. cit., 2001].

96 SPARANO, op. cit., 2003, p. 85.

97 Cf. LEPORE; LUDWIG, op. cit., 2005.

Davidson acrescenta, ainda, que na sua teoria não se trata apenas de maximizar o acordo, mas sim de otimizá-lo, tornar o conjunto de crenças do falante e do intérprete o mais similar possível, sejam elas verdadeiras ou falsas. Dessa forma, o princípio de caridade não visa atribuir ao falante crenças verdadeiras ou racionais apenas, pois não exclui da interpretação o erro. Alguns desacordos são mais fortes para destruir a compreensão do que outros. Tudo o que sabemos a respeito de nossas crenças pode ser colocado à disposição, quando buscamos a compreensão, mesmo os erros, fazendo com que, dessa forma, possamos decidir sobre que espécie de erros é menos nociva à compreensão<sup>98</sup>.

É nesse quadro que Davidson elabora uma teoria da interpretação, na qual o significado de uma frase depende das suas relações com outras frases, as quais devem ser, na sua maioria, de consistência, coerência e racionalidade. O objetivo principal do holismo de Davidson é somente um resultado da interdependência das disposições, como desejos, esperanças, anseios, crenças ou intenções com outras disposições<sup>99</sup>.

Segundo Sanches<sup>100</sup>, na teoria da interpretação de Davidson, pelo fato de o significado de uma frase depender das suas relações com outras frases, o intérprete deve considerar o objeto da sua interpretação, na sua maior parte, verdadeiro, de acordo com os seus próprios padrões. Ou seja, deve interpretar de modo a maximizar a coerência das suas crenças e das crenças do interpretado. Contudo, essa teoria não garante nem a verdade da crença nem a infalibilidade da interpretação, abrindo assim caminho para um ceticismo. Porém, Davidson sustenta que a coerência dos nossos sistemas de crença é capaz de gerar uma efetiva

---

98 Id. Ibid., 2003, p. 86.

99 Cf. MARTINS, op. cit., 2005.

100 Cf. SANCHES, Manuel. *Donald Davidson – Acerca da correspondência, coerência e ceticismo*. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

correspondência com a realidade propriamente dita. Dessa forma, a coerência não é compatível com a falsidade generalizada das crenças.

Davidson enfatiza a racionalidade como coerência, como esse ajustar de um pensamento ao outro. Por isso, a necessidade de julgar os pensamentos dos outros como mais ou menos coerentes (partindo dos nossos próprios padrões) para reconhecê-los e identificá-los como pensamentos (*princípio de caridade*). Assim, qualquer um capaz de atribuir uma disposição tem ao seu dispor um conjunto de objetos abstratos adequados para manter contato com as disposições dos outros. O êxito na interpretação é sempre uma questão de grau: os recursos do pensamento ou expressão disponíveis a um intérprete nunca podem rivalizar perfeitamente com os recursos do interpretado. Nós fazemos o melhor que podemos. É sempre possível, evidentemente, melhorar o entendimento do outro, ampliando o banco de dados, acrescentando outra dose de simpatia ou imaginação, ou aprendendo mais a respeito das coisas sobre as quais o sujeito conhece. Aí se dá o processo da interpretação radical<sup>101</sup>.

O princípio de caridade é que sustenta que o falante está correto sobre seu entorno, de uma forma geral. Daí dizer que o erro massivo sobre nossas crenças empíricas não é possível. Com certeza nós podemos cometer certos enganos, às vezes até erros sistemáticos, mas a possibilidade de cometer enganos pressupõe um pano de fundo muito mais amplo de crenças corretas como pré-condição para que nosso interlocutor identifique aquelas como crenças errôneas. Se o argumento está correto, ele dá uma garantia transcendental de adequação sobre nossa figura empírica do mundo. Nesse sentido, estar geralmente correto sobre nosso ambiente

---

101 Cf. DAVIDSON, Donald. *De la verdad y de la interpretación: fundamentales contribuciones a la filosofía del lenguaje*. Barcelona: Gedisa, 1995.



é uma condição necessária para se ter quaisquer atitudes e também ser capaz de qualquer pensamento<sup>102</sup>.

Isso não implica que nossas crenças empíricas são justificadas, pois verdade não é suficiente para justificação. De qualquer forma, a garantia de que nossas crenças são, em sua maioria verdadeiras e coerentes o suficiente, para nos habilitar a ser interpretados em uma base de evidência pública plausível, nos coloca numa posição de empregar a tese de Davidson com confiança. Se Davidson está correto, o seu sucesso em nos dizer como proceder é assegurado<sup>103</sup>.

Enfim, o sucesso da comunicação lingüística e da comunicação verbal é produto de dois fatores: da intenção de um locutor de ser interpretado de certa maneira por seus interlocutores; e, de uma interpretação efetiva e bem-sucedida de seus enunciados por seus intérpretes. O importante é que, em seu trabalho de interpretação, o locutor atribua crenças e outros estados intencionais a seus interpretados, pela aplicação do princípio de caridade<sup>104</sup>. A natureza dos eventos mentais dependerá, nesse sentido, das normas e da racionalidade de quem os interpreta, estando, justamente por isso, submetida aos mais diversos esquemas de interpretação<sup>105</sup>.

Sem um intérprete que determine o significado de uma palavra, não há meio de definir se o sujeito utiliza esta palavra corretamente, com sentido ou não. Dessa forma, Davidson considera que, segundo Smith, “a autoridade da primeira pessoa, a

---

102 LEPORE, Ernest; LUDWIG, Kirk. Donald Davidson. *Midwest Studies in Philosophy*, XXVIII, 2004, p. 324.

103 LEPORE; LUDWIG, op. cit., 2004, p. 324.

104 Exemplificando essa situação, suponha que o sujeito assegure (tem como verdade) que *um coelho está fugindo*: o método de Davidson nos diz para atribuir ao sujeito a crença de que *o coelho está fugindo*. Este método é caridoso na forma óbvia: nós tomamos o sujeito a crer precisamente no que nós observamos como sendo objetivamente o caso acerca do seu entorno. Assim, a caridade é uma condição para termos uma teoria trabalhável, pois se conseguimos estabelecer uma correlação sistemática de sentenças que sejam coerentes, temos a possibilidade de compreender os outros. (Cf. MCGINN, Colin. *Radical Interpretation and Epistemology*. In *Truth and Interpretation: Perspectives on The Philosophy of Donald Davidson*. Edited by Ernest LePore. New York: Basil Blackwell, 1986, p. 357).

105 Cf. MARTINS, op. cit., 2005.

*perspectiva da terceira pessoa e o caráter social da linguagem, no contexto intersubjetivo da interpretação e da conversa comum, devem se combinar e não excluir-se”<sup>106</sup>.*

### 3.1 Não Renunciar Ao Mundo

A filosofia de Donald Davidson, através do seu peculiar realismo cotidiano, nos traz a idéia de que o ponto de partida para a filosofia é nosso envolvimento ordinário, cotidiano, com o mundo:

É uma tentativa de focalizar a insustentabilidade de qualquer tentativa para entender o conhecimento ou o pensamento de uma maneira que os trate como composto, de um lado, de elementos conceituais e, do outro, de elementos empíricos distintos, ou como surgindo por meio da confrontação entre a interioridade do sujeito e a exterioridade dos objetos<sup>107</sup>.

Fica claro que, quando se renuncia ao dualismo esquema e mundo, não se renuncia ao mundo, sobretudo, re-estabelecemos o contato imediato com os objetos familiares que fazem as nossas frases e opiniões verdadeiras ou falsas. Assim, devolve-nos para o mundo, através do abandono de uma idéia de que o mundo é qualquer coisa além do que é dado no envolvimento cotidiano, ou que nossas crenças podem estar baseadas em alguma outra coisa que não seja o envolvimento ordinário e cotidiano com as coisas do mundo<sup>108</sup>.

Davidson se questiona: qual seria a relação entre as nossas crenças e a experiência perceptiva do mundo que dá origem a essas crenças? Para ele, mesmo

---

<sup>106</sup> SMITH, op. cit., 2005, p. 167.

<sup>107</sup> MALPAS, Jeff. Não Renunciar ao Mundo: Davidson e os Fundamentos da Crença. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005, p. 52.

<sup>108</sup> Cf. Id.Ibid., 2005.

Texto retirado de: ARRUDA, Laura. **Interpretação radical e princípio de caridade: conceitos-chave da filosofia de Donald Davidson**. Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

## A CONSTRUÇÃO DA FRASE: O ESTILO PERIÓDICO

O enunciado é necessariamente ou «contínuo»<sup>86</sup> e unido por elementos coordenativos, como nos prelúdios dos ditirambos, ou «periódico»<sup>87</sup> e semelhante às antístrofes dos poetas arcaicos. O enunciado «contínuo» é o primitivo (outrora todos o usavam, agora não são muitos a fazê-lo). Designo «contínuo» aquele que não tem fim em si próprio, a não ser que o conteúdo expresso esteja concluído. Ele é, porém, desagradável pelo facto de não ser limitado, pois todos desejam ter à vista o final. É por isso que é nas curvas dos hipódromos que os concorrentes estão ofegantes e esgotados, pois ao avistarem a meta não se sentem cansados. Este é, por conseguinte, o enunciado «contínuo».

O «periódico», por seu turno, é o que está organizado em «períodos». Chamo «período» ao enunciado que possui princí-

---

<sup>85</sup> D. L. Page, *Poetae Melici Graece*, Oxford, 1962, p. 511.

<sup>86</sup> Em grego λέξις εἰρομένη; corresponde em latim a *oratio perpetua*. Lausberg, 451. Certos autores, como Racionero, traduzem o termo por «expressão coordenativa».

<sup>87</sup> Corresponde a λέξις κατεστραμμένη. Certos críticos, como Racionero, preferem designá-la por «expressão correlativa».

1409b pio e fim em si próprio e uma dimensão fácil de abarcar com um só olhar. Tal é agradável e fácil de compreender. Agradável, por ser contrário ao enunciado ilimitado e porque o ouvinte julga sempre que retém algo e que este é delimitado por si mesmo; além disso, é desagradável não haver nada a prever nem a completar. É fácil de compreender, porque é fácil de memorizar; e isto deve-se ao facto de o enunciado em períodos possuir número, que é a coisa mais fácil de memorizar. Por isso, todos memorizam melhor versos do que prosa, pois possuem número pelo qual são medidos. É forçoso, porém, que o «período» tseja completo no que respeita ao sentido†, e que não seja cortado em dois como os jambos de Sófocles,

*Cálidon é esta região, da terra de Pélops...<sup>88</sup>,*

pois, devido à divisão do verso, é possível entender o contrário, como no caso desta citação, ou seja, que Cálidon fica no Peloponeso.

O período pode ser formado por membros ou ser simples<sup>89</sup>. O período formado por vários membros é completo, divisível e fácil de respirar, não na sua divisão †como aquele período†, mas como um todo (um membro é uma das partes de um período). Chamo «simples» a um período de um só membro. É necessário que os membros e os períodos não sejam nem muito breves nem muito extensos. É que o breve provoca, muitas vezes, um sobressalto no ouvinte (pois resulta forçosamente como que num choque devido a um embate quando, precipitando-se para a frente, para o término da medida de cujo limite tem uma ideia, o ouvinte é impelido para trás pois o orador já terminou). Os muito extensos fazem o auditório ficar para trás, tal como aqueles que dão a volta muito por fora dos postes: pois também estes ficam para trás em relação aos seus companheiros de marcha. De forma análoga, os períodos muito extensos tornam-se num discurso semelhante a um prelúdio de ditirambo. Isto é o que sucede no texto de

---

<sup>88</sup> Trata-se do primeiro verso do *Meléagro* de Eurípides (fr. 515 Nauck).

<sup>89</sup> O termo grego é *κῶλον*. Em português também se pode designar «colo».

Demócrito de Quios em que parodiava Melanípides por este compor prelúdios em vez de antístrofes:

*Este homem faz mal a si próprio ao fazer mal a um outro, um extenso prelúdio é o pior mal para um poeta.*<sup>90</sup>

O mesmo é apropriado afirmar sobre membros muito longos. Os membros demasiado curtos não constituem um período, pois fazem o ouvinte «cair de cabeça».

É próprio do enunciado composto por membros ser quer «segmentado», quer «antitético»<sup>91</sup>. É «segmentado», por exemplo, em: «muitas vezes me enchi de admiração pelos que organizam os festivais panegíricos e os que instituíram as competições atléticas»<sup>92</sup>. Por sua parte, é «antitético» quando em cada membro ou o oposto está disposto junto ao oposto, ou o mesmo está conectado com opostos, tal como: «foram proveitosos 1410a a ambos, quer aos que ficaram, quer aos que os acompanharam; pois a estes forneceram mais do que tinham na pátria, àqueles deixaram na pátria o suficiente»<sup>93</sup>. «Ficar» e «acompanhar» são opostos, tal como «suficiente» e «mais». Ou então, «de tal forma que aqueles que precisam de dinheiro e os que querem fruí-lo»<sup>94</sup>; «fruição» opõe-se a «aquisição»; e ainda, «acontece muitas vezes nestas circunstâncias que o sensato falha e o insensato tem sucesso»<sup>95</sup>; e «de imediato foram julgados dignos de recompensas do valor, e não muito depois tomaram o poder sobre os mares»<sup>96</sup>; e «navegar pela terra e marchar sobre o mar, unindo o Helesponto e cavando um canal no Atos»<sup>97</sup>. E «embora sendo cidadãos por nascimento, são privados da cidadania por uma lei»<sup>98</sup>. E «alguns deles, na ver-

---

<sup>90</sup> Paródia a Hesíodo, *Erga*, 265-266. Demócrito de Quios terá sido um contemporâneo de Demócrito de Abdera. Melanípides foi um poeta do século V, que compôs epopeias, epigramas e ditirambos.

<sup>91</sup> Em grego ἡδισημένη λέξις e ἡἀντικειμένη λέξις, respectivamente.

<sup>92</sup> Isócrates, *Panegírico*, 1.

<sup>93</sup> *Ibidem*, 35.

<sup>94</sup> *Ibidem*, 41.

<sup>95</sup> *Ibidem*, 48.

<sup>96</sup> *Ibidem*, 72.

<sup>97</sup> *Ibidem*, 89.

<sup>98</sup> *Ibidem*, 105.

dade, morreram miseravelmente, outros salvaram-se vergonhosamente <sup>99</sup>. E «em privado, utilizar bárbaros como escravos, publicamente, olhar com indiferença muitos dos nossos aliados reduzidos à escravidão» <sup>100</sup>. E «ou possuir em vida ou após a morte deixá-lo para trás» <sup>101</sup>. E o que alguém disse a Pitolau e Lícofron num julgamento: «quando estes homens estavam na sua pátria, eles venderam-vos, mas vindo para junto de vós, eles compraram-vos» <sup>102</sup>. Todos estes exemplos ilustram o que foi dito. Tal enunciado é agradável, porque os contrários são mais fáceis de reconhecer (e mais fáceis de reconhecer ainda quando colocados junto uns dos outros), e porque se afiguram semelhantes ao silogismo. Pois a «refutação» é a reunião de opostos.

Tal é a antítese. Por seu turno, é «isocolo» se os membros forem iguais <sup>103</sup>, «paromeose» se cada membro possuir extremos similares <sup>104</sup>. É forçoso que tenha tal similitude ou no início ou no fim. No início, tem sempre a forma de palavras. No fim, poderão ser as mesmas sílabas finais, ou desinências da mesma palavra, ou a mesma palavra. No início, são coisas como «um campo não cultivado, recebeu um campo infértil de ti» <sup>105</sup>, e «sensíveis eram aos presentes e fáceis de persuadir pelas palavras» <sup>106</sup>. E no final: «terias pensado que ele gerara uma criança, mas que ele mesmo se tornara a criança»; «nos maiores cuidados e nas mais pequenas esperanças». Quanto às desinências de um mesmo nome: «ele é digno de ser posto em bronze, mas não digno de uma moeda de bronze». No que respeita à mesma palavra: «enquanto vivo, tu falaste mal dele, e agora escreves mal dele». E à mesma sílaba «o que é que de terrível sofreste, se de que o homem era cruel te apercebeste?»

1410b É possível que um só exemplo tenha, ao mesmo tempo, todos

---

<sup>99</sup> *Ibidem*, 149.

<sup>100</sup> *Ibidem*, 181.

<sup>101</sup> *Ibidem*, 186.

<sup>102</sup> Pitolau e Lícofron foram os assassinos de Alexandre, tirano de Feras, na Tessália (369-358 a. C.). Não se sabe mais sobre o episódio em questão.

<sup>103</sup> Também denominado «pariçose». *Vide* Lausberg, 336.

<sup>104</sup> *Vide* Lausberg, 357.

<sup>105</sup> Aristófanes, fr. 649 Kock.

<sup>106</sup> *Il.*, 9.526.

estes elementos: antítese, isocolo e homeoteleuto. Os inícios dos «períodos» foram quase todos enumerados nos *Teodectes*. Além disso, há também falsas antíteses, como, por exemplo, a composta por Epicarmo:

*por vezes, eu estava em casa deles, por vezes eu estava junto deles.*<sup>107</sup>

## 10

### A METÁFORA

Dado que estes elementos já foram definidos, torna-se agora necessário dizer de onde provêm as expressões «elegantes»<sup>108</sup> e as «de maior aceitação»<sup>109</sup>. Certamente a sua formulação é própria do talento natural e da exercitação; mas é também algo que pertence ao nosso método. Falaremos, pois, deste tema e faremos as enumerações pertinentes.

Que seja o seguinte o nosso pressuposto: uma aprendizagem fácil é, por natureza, agradável a todos; por seu turno, as palavras têm determinado significado, de tal forma que as mais agradáveis são todas as palavras que nos proporcionam também conhecimento. É certo que há palavras que nos são desconhecidas, embora as conheçamos no seu sentido «apropriado»<sup>110</sup>; mas é sobretudo a metáfora que provoca tal. Efectivamente, sempre que ele chama à velhice «palha»<sup>111</sup>, produz ensinamento e conhecimento por meio da categoria: ambos, na verdade, já não estão na «flor da idade». O mesmo produzem, sem dúvida, os símiles dos poetas. Por isso, se os formulam bem, parecem de uma «elegância urbana». Na verdade, um símile é, tal como foi dito anteriormente, uma metáfora, diferindo apenas numa adição. É, de facto, menos

---

<sup>107</sup> DK 23 B 30.

<sup>108</sup> Por «elegância» traduzimos o termo τὸ ἀστεῖον; corresponde ao termo latino *urbanitas*.

<sup>109</sup> Τὰ εὐδοκίμοῦντα, ou seja, as expressões que gozam de melhor reputação.

<sup>110</sup> Τὰ κύρια em grego (ver *supra*).

<sup>111</sup> *Od.*, 14, 214.

## ANEXO III – Estudos sobre linguística na Grécia Antiga

### LINGUÍSTICA: GRÉCIA

Prof. Dr. Antônio Jackson de Souza Brandão

#### **Ideias (bem) gerais**

Primeiros dados da ciência linguística: séc. V a.C.;

Os gregos do período clássico reconheciam diferenças entre as línguas devido ao comércio com outros povos devido ao comércio, além de suas próprias diferenças dialetais; os estrangeiros possuíam línguas bárbaras;

Alguns dialetos não tiveram representação gráfica.

Íliada e Odisseia: serviram como base de formação linguística (recitados em praça pública desde o séc. VI a.C. em Atenas).

Alfabeto grego: primeiro a distinguir os segmentos de vogais e consoantes (distintivos) a partir do alfabeto fenício (não possuía vogais);

Importância dos sofistas (vendiam conhecimento);

**Crátilo:** discussão entre se haveria uma relação entre significante x significado (por exemplo, palavras onomatopaicas, tese seguida pelos defensores da natureza) ou seria simplesmente uma arbitrariedade (segundo os defensores do convencionalismo); defendia o caráter natural da língua;

**Sócrates:** primeiro a investigar as potencialidades da gramática. Não deixou nada escrito;

**Platão** e sua obra Crátilo: repleto de referências linguísticas;

**Estoicos:** os primeiros a tratar as questões linguísticas de modo mais concreto; já diferenciavam a dicotomia significante x significado; trataram da fonética, gramática (especialmente o desenvolvimento da teoria e terminologia) e etimologia; naturalistas, anomalistas;

**Aristóteles:** convencionalista (afinal as onomatopéias variam de língua para língua, dependendo do sistema fonológico de cada uma), analogista;

Período helenístico: desenvolvimento de glossários de dialetos; surgimento das marcas de acento e pontuação na escrita (prosódia); grande estudo dos textos homéricos;

Controvérsias: princípio da convenção (thésis) x natureza (physis) [analogistas x anomalistas];



Dicotomia: analogistas (língua sob o princípio da analogia) x anomalistas (língua sob princípio da anomalia);

Principais ramos para os gregos: etimologia (não muito desenvolvida), fonética (ideia de sílaba; distinção entre vogal e consoante; distinção entre fonema, forma escrita do fonema e designação do fonema; sequências sonoras) e gramática baseada em palavras: identificação da palavra; conjunto de classes de palavras; categorias gramaticais.

Dionísio da Trácia: primeira descrição explícita da língua grega; gramática de Dionísio: apresentação do valor fonético das letras (os antigos não conseguiram diferenciar sons de letras); desenvolvimento da morfologia; descrição gramatical > valor mínimo: palavra; valor máximo: frase (expressão de um pensamento completo); classes de palavras: nomes, verbos, particípio, conjunção, preposição, artigo, pronome, advérbios; Nomes > gênero: masculino, feminino, neutro; tipo: primitivo, derivado; forma: simples, composta; número: singular, plural, dual; caso: nominativo, acusativo, dativo, genitivo, vocativo; verbos: modo, voz, tipo, forma, número, pessoa, tempo, conjugação.

## II

A cidade de Atenas passa a ter grande importância após as batalhas de Maratona (492 a.C.) e Salamina (482 a.C.), quando os gregos barraram a expansão persa em direção a seu território, afinal foi a principal beneficiada da guerra contra o geral inimigo. Com uma pseudo-prosperidade instalada (houve após esse momento, guerras intestinais entre as cidades gregas), há o triunfo político da democracia. Visto que o domínio pessoal, em tal regime, depende da capacidade de conquistar o povo pela persuasão, passa a ter grande importância a oratória e, dessa forma, os mestres de eloquência dedicam-se aos estudos de gramática e retórica.

Em vista desta necessidade, desenvolveu-se o magistério, quase sempre particular e ministrado por mestres, conhecidos por sofistas. Estes querendo conquistar fama e riqueza, tornaram-se mestres de eloquência, de retórica, ensinando aos homens ávidos de poder político a maneira de consegui-lo. O conteúdo desse ensino abraçava todo o saber, a cultura, de modo enciclopédico, não por si mesmo como no caso dos filósofos, mas pelo pagamento.

Sócrates (469-399 a.C.), no entanto se fez um contestador dos sofistas. Ensinava nas praças, apesar de também atender em casa e como possuísse profissão (escultor como o pai), além de ter se envolvido com a política (foi senador), pode-se compreender porque pudesse subsistir como pregador sem salário.

Nenhum livro sobrou do tempo dos primeiros filósofos e sofistas. Fragmentos todavia ficaram na obra de Platão, Aristóteles e outros que os citaram e discutiram.

Platão (427-347 a. C.), nascido em Atenas, fundou a Academia (cerca do ano 387 a.C.), escreveu um diálogo em que, entre outras questões, abordou a origem da língua, intitulando-o Crátilo, em homenagem a um dos interlocutores. Esse é um primeiro documento importante

sobre a ciência da língua e em particular de sua origem. Platão também se referiu à língua em Íon, Fedro, República, Leis.

Aristóteles (384-322 a. C.) foi mais sistemático que seu mestre Platão. Escreveu os tratados conhecidos como Retórica e Poética, além de importantes referências à linguagem nos livros do Órganon e Metafísica. Aristóteles aprofundou o princípio de que "o semelhante é conhecido pelo assemelhado" (Da alma I, 2. 405 b 15), como teoria explicativa do conhecimento. Este princípio se aplica à explicação da arte. Também tratou do caráter convencional da linguagem.

Após este período clássico da filosofia grega serão mais profusos os trabalhos dos filósofos e gramáticos, dentre os quais se destacarão no futuro próximo Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo (gramáticos gregos), Donato e Prisciano (gramáticos latinos).

### **A língua e os antigos**

A questão fundamental sobre a língua é sua definição: ou ela é uma expressão, que remete a atenção para um objeto (ou assunto), ou é apenas uma obra sem intencionalidade. Essa pergunta pode se alargar e abranger a arte em geral, será que essa exprime intencionalidade ou não. Contudo, em nenhum momento da antiga história dos estudos lingüísticos e da arte em geral como expressão intencionalística foi claramente posta.

O problema, entretanto, esteve incubado, porque já era tratado em relação à expressão mental. Aristóteles desenvolveu amplamente a natureza do pensamento como expressão. O pensamento não é apenas um ente em si, fechado sobre si mesmo. É um ente essencialmente virado para o objeto, mediante uma relação intencionalística. Este teoria não se aplicou logo à arte.

Os antigos, até o início dos tempos modernos, tendem a conceber a arte simplesmente como coisa. Esta coisa seria uma criação artificial realizada pelo homem; sua criação tinha como paralelo a coisa natural. Por vezes se fazia até o paralelo; arte, coisa bela criada pelo homem; natureza, coisa bela criada por Deus. Obviamente, a distinção entre língua como expressão e como instrumento de comunicação também não teve desdobramento na Antiguidade.

A artificialidade da língua, defendida pelo analogistas contra os anomalistas: eis o acento das discussões antigas. Tratavam de determinar, se a língua é produto de uma convenção humana (e então a língua seria artificial), ou se ela existe de natureza (e então a língua seria natural, ainda que por corruptela se diferenciasses entre os povos).

Atenda-se aqui para a polissemia da proposição "língua natural", pois também se denomina a "língua natural" o que, embora se considere convencional, surge espontaneamente, isto é, naturalmente, no curso da eventualidade das circunstâncias.

Efetivamente, é natural ao homem a capacidade de inventar a língua, mas a língua em si mesma não é natural. Portanto, o ponto de partida da história da linguística e da filosofia da língua está se responder a pergunta sobre a convencionalidade ou a naturalidade da língua.

## Os analogistas

A convencionalidade da língua já tinha sido discutida no final do período pré-socrático da filosofia grega pelos sofistas, atomistas, derivando o assunto finalmente para dentro dos diálogos de Platão, em que se mostra também o envolvimento de Sócrates, bem como pela escola de Alexandria.

A convencionalidade da língua já havia sido sugerida por Parmênides de Eléia, quando este diz que as palavras são etiquetas das coisas ilusórias. Reflete-se ali a gnosiologia do grande metafísico de Eléia (cidade da Magna Grécia, hoje Vélia na Itália), para o qual o ser é uno e imutável, como demonstra a inteligência; em consequência, temos de considerar ilusórias as variações numéricas e qualitativas apresentadas pelos sentidos e denominadas pelas palavras. Não conhecemos outros detalhes do pensamento de Parmênides a respeito da língua.

Repetiu-se o pensamento unicista da metafísica eleática na escola socrática menor de Mégara (junto de Atenas). Ali esteve Platão antes da fundação de sua Academia (387 a.C.) e sofreu a influência da referida escola. Mencionados pelo fundador da Academia, os megáricos são partidários da teoria convencionalista da língua, conforme texto de Platão:

Para Hermógenes e muitos outros... os nomes procedem de convênios que representam as coisas para os que intervierem nestas convenções, conhecendo-as com antecipação. A propriedade dos nomes nasce exclusivamente deste pacto. Não existe nenhuma razão para fixar-se no sentido que têm no presente. Do mesmo modo poder-se-ia chamar grande o que se chama pequeno, como pequeno o que se chama grande. (Crátilo 433)

O atomista Demócrito (460-400 a.C.) oferece argumentos em número de quatro, em favor da convencionalidade da língua:

1. coisas diversas são denominadas pelos mesmos nomes (homonímia);
2. diversidade de nomes para a mesma coisa (sinonímia);
3. possibilidade de mudança dos nomes;
4. ausência de analogias na mudança dos nomes.

Na mesma época, os sofistas sustentaram uma posição cética, tanto do pensamento em relação às coisas, como da língua em relação ao pensamento. Esta posição favoreceu a doutrina da convencionalidade da língua. Declarou Górgias (487-380 a.C.):

A língua não exprime as coisas existentes, nem as coisas existentes manifestam a própria natureza a uma delas.

Finalmente é o mesmo Platão (427- 347 a.C.), autor do Crátilo, quem assume a posição convencionalista da língua, defendida pela boca de Sócrates, principal dialogante, frente aos demais, Hermógenes (convencionalista) e Crátilo (naturalista).

Atradição analogista permanecerá, como já foi dito, com os gramáticos de Alexandria.

## Os anomalistas

Teve alguma consistência entre os gregos a teoria da linguagem como expressão natural (não convencional). Seus defensores vieram depois a chamar-se anomalistas e eram representados sobretudo por Crátilo de Atenas, e depois pelos gramáticos de Pérgamo (contra os de Alexandria) e pelos estoicos, os quais por isso deram desenvolvimento à etimologia.O:P>

A naturalidade da língua defendida pelos anomalistas não se diz apenas no sentido de capacidade natural do homem criar uma língua; neste caso, o produto seria artificial. Não é desta capacidade natural de criar a língua, que falam os defensores da língua como expressão natural. Trata-se da relação natural entre a língua e os objetos expressos. A pintura e a escultura expressam naturalmente objetos, enquanto apelam a uma mimese natural entre as cores e as formas da expressão e as cores e as formas do objeto. Aconteceria a mesma relação natural entre a língua e os objetos expressos.

Os defensores da língua natural estabelecem diferentes graus para esta naturalidade mimética entre expressão e objeto expresso. Uns afirmam uma relação natural maior de semelhança; outros uma relação menor, com diferenças acidentais, que explicariam a variação entre si das línguas.

A questão é intrigante, pois em última instância, também a convenção é uma espécie de mimese natural. A língua operando por equivalentes convencionados, estes são em primeiro lugar uma mimese, ainda que convencional; são mimese, porque deverão funcionar como se fossem idênticos aos objetos e, por serem assim considerados, idênticos, os conseguem expressar.

Em segundo lugar, os equivalentes são coisas naturais, como sons, cores, formas; no caso da língua se trata de sons; em outras linguagens convencionais, são ainda tomados como equivalentes as cores, as formas. Tais coisas naturais são operadas pelo homem, dando-lhes significados por convenção. A teoria da linguagem natural elimina a necessidade da convenção, porque por natureza as palavras possuiriam o poder de significar.

Com referência ainda à possibilidade de inserir o natural no conceito de língua convencional, deve-se mencionar a teoria dos que consideram o código da língua de tal maneira difícil de ser criado que, ainda que convencional, precisa de Deus para estabelecê-lo e dá-lo a conhecer. Neste plano se situam todas as mitologias, as quais atribuem a Deus o ensino da língua ao homem, bem como sua diversificação, como na curiosa narrativa da Torre de Babel (Gn 11).

Crátilo de Atenas (séc. V a.C.), já mencionado, foi o primeiro a defender o caráter natural da língua. Ligado ao pensamento naturalista da Escola Jônica a que pertenceram Tales de Mileto e Heráclito de Éfeso, tendeu a procurar na mesma natureza a língua, por vezes até ao ponto de explorar a semelhança das letras com o objeto, com vistas a interpretar a capacidade de expressão da palavra, do mesmo modo como por simples imitação as cores e formas exprimem na pintura e escultura.

Platão fora, inicialmente, discípulo de Crátilo e conhecia a nova teoria da língua. Em torno dela montou o diálogo, a que deu o título de Crátilo, cujos interlocutores são o mesmo Crátilo (da língua natural) e Hermógenes (da língua convencional) e entre os dois é introduzido Sócrates que, nos diálogos de Platão, representa as ideias deste que, no caso, argumenta contra a teoria da linguagem natural.

Hermógenes, no diálogo, se dirige ao outro lado, apresentando Sócrates, quando também resume a teoria da língua natural, de seu contendor:

Hermógenes. Ó Sócrates, eis aqui Crátilo, que pretende que cada coisa tenha um nome, pertencente por natureza à cada realidade; que não é um nome aquele, de que se valem alguns, depois de o haverem posto, por acordo, para servir-se dele; e que um nome com tais condições só consiste em uma certa articulação da voz; que existe um sentido de denominação originária tanto para os gregos como para os bárbaros. (Crátilo 183 a. C.).

Mais tarde os gramáticos da escola de Pérgamo (Ásia Menor) e os gramáticos estoicos defenderão uma variante do naturalismo lingüístico inaugurado por Crátilo de Atenas. A discussão sobre o caráter natural ou convencional da língua – tão cedo ocorrida na história da linguística – incidiu sobre uma das questões mais graves da língua, ainda que não essencial como é a mesma expressão. Ainda que seja mais fundamental tratar da língua como expressão, onde se encontra a sua essência, ganha imediatamente após importância a pergunta, - se a expressão é natural, ou se é apenas convencional.

A resposta plena, sobre a naturalidade ou convencionalidade da língua, somente se pode dar, principiando pela expressão em si mesma. Não é uma questão simples, porque importa numa teoria. Suponha-se a teoria, que a expressão se processa fundamentalmente por mimese. Consiste a mimese no fenômeno pelo qual o semelhante expressa o assemelhado. E então ainda se verifica haver duas alternativas: a mimese é natural entre as qualidades; é convencional em outros casos.

No segundo caso, no da mimese por convenção, os equivalentes se estabelecem por obra do "faz de conta que...".

As relações convencionais entre a língua e os objetos foram abordadas por Aristóteles, ao mesmo tempo que tratou da lógica e da retórica. No opúsculo Da interpretação (segundo livro do Órganon) afirma expressamente o caráter convencional da língua:

Nenhum dos nomes é tal por natureza, mas somente quando se tornou convenção. (Da interpretação, 2.16 a 18).

Ainda que a língua não seja a tradução direta do pensamento, mas dos objetos, estes objetos todavia aparecem através da mente. Por isso, a língua não expressa as coisas concretas tais quais são, mas ao modo como são mentalizadas, sobretudo na forma de juízo. Esta sequência, já notada por Aristóteles, é sua característica.

## **Gramática antiga**

Os gregos cuidaram mais da gramática do que da linguística. Trataram, pois, da língua já realizada em um determinado sistema de expressão. A gramática é sempre a gramática de uma língua, e não o estudo das condições totalmente gerais da língua.

A linguística para os gregos se limitou a alguns aspectos como, por exemplo, o do caráter convencional ou natural das palavras. Os gregos ainda não faziam clara distinção entre o que se apoiava em considerações racionais da filosofia e o que em constatações empíricas ao modo do método das ciências positivas. Por isso os resultados por eles obtidos, interessam hoje, ora ao filósofo, ora ao lingüista. Quando os dados simplesmente apontam para elementos concretos da linguagem, eles se situam na fase preliminar, chamada do objeto material; este é idêntico para todas as ciências, as quais apenas se vão distinguir no objeto formal, isto é, no ponto de vista abordado. Só aos poucos os gregos foram apontando para os diferentes fatos da língua: o nome, o verbo, a conjugação, etc.

Platão destacou na linguagem a sentença, como a unidade que compõe o discurso. Na sentença apontou a distinção entre o nome e o componente verbal. A partir dali se desenvolveu posteriormente a análise sintática e a classificação dos vocábulos.

Aristóteles acrescentou ao nome e ao verbo os súndesmoi, com o que indicava o que atualmente equivale ao artigo, conjunção, pronome. No grego, súndesmoi significa conexões, ataduras. Aristóteles também advertiu para a especificidade do adjetivo; chamou-o igualmente de verbo, já que, no grego, o adjetivo tem um comportamento sintático similar ao verbo.

Posteriormente, os alexandrinos dirão que o adjetivo é uma subclasse dos substantivos. ainda Referiu-se à derivação e às variações dos casos resultantes das declinações que, no grego, são numerosas. Denominou também de casos as variações de tempo dos verbos. Depois de Aristóteles crescem, sobretudo, os conhecimentos de gramática, sem todavia perder de vista os de linguística em geral, os estoicos esclarecerão melhor os casos, no sentido como ainda hoje se entendem as declinações das palavras.

## **Linguística dos helênicos**

Criado o império helênico por Alexandre Magno, estendendo-se da Índia à Grécia, tornou-se Alexandria, por ele fundada em 332 a.C., o principal centro cultural, a segunda Atenas, notabilizando-se pela sua grande biblioteca e escolas de saber.

Vinha logo atrás a própria Atenas, onde persistiam as escolas, com seu longo passado. E na Ásia Menor, Antioquia e Pérgamo, onde passou também a florescer a literatura grega, havendo tido a gramática campo próprio de desenvolvimento.

Dionísio da Trácia destacou-se em fins do séc. II a.C. Ocupou-se com o sistema morfológico, então indicado como regularidades analógicas. Sua gramática descreveu duas unidades básicas: a sentença (lógos) e o vocábulo (léxis). Cuidou principalmente dos vocábulos, que são "partes do discurso", arrolando ao todo oito classes: artigo (árthron), nome (ónoma),

verbo (rhema), princípio (metoché), pronome (antonymía), advérbio (epirrhema) e conjugação (súndesmoi).

Três séculos mais tarde, Apolônio Díscolo completará a Dionísio com o desenvolvimento da sintaxe, mostrando na oração a binaridade nome e verbo, e ainda apontando as relações de concordância destas duas classes entre si e com as demais.

Ainda que não alcançando uma gramática plena, os trabalhos de Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo integram ainda hoje o sistema que se apresenta como sendo o da língua.

Os estoicos foram os que mais se ocuparam com os estudos da gramática. Embora os escritos dos primeiros estoicos sobre gramática se tenham perdido, ficaram, todavia, alguns dos seus resultados conhecidos por informações de terceiros.

Em geral anomalistas, os estoicos defenderam o caráter natural da língua. Apontando para suas irregularidades, contestavam aos analogistas. A gramática dos estoicos oferece quatro classes das palavras: nome, verbo, conjunção, artigo. Nesta classificação os adjetivos são citados entre os nomes.

Dividindo posteriormente entre nomes próprios e comuns, passaram os estoicos a referir-se a cinco classes de palavras. Introduziram também a distinção entre caso reto (nominativo) e os casos oblíquos (acusativo, genitivo, dativo). O nominativo seria a forma primeira; os demais, dele derivados. Classificaram os verbos em passivos e ativos, em transitivos e neutros intransitivos. Distinguiram entre aspectos conclusivo e inconclusivo do verbo.

### **Anomalistas x analogistas**

A ocorrência das exceções na língua foi um segundo importante questionamento específico linguístico já tratado pelos antigos, sobretudo a partir do séc. II a. C. A discussão sobre a forma da palavra em relação ao seu significado foi finalmente concentrar-se no fato de haver exceções. Enquanto a maioria das palavras seguia um modelo (paradigma, no grego), verificava-se uma grande frequência das exceções. Dali resultaram as denominações das duas diretrizes já citadas sobre a origem da língua: a dos anomalistas (ou da língua natural) a que pertencem sobretudo os filósofos estoicos e os gramáticos da escola de Pérgamo; e a dos analogistas (ou da língua convencional), dos gramáticos de Alexandria, sobretudo Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo.

Os anomalistas insistiam na frequência das exceções e na presença de diversos tipos de analogias dentro de uma mesma classe de palavras. Estabeleceram que a língua não podia depender da convenção do homem; se assim fosse deveria ser mais regular, porque a lógica prevaleceria sobre a irregularidade. Resulta que a língua nasce da natureza, revelada no uso.

Admitiam os estoicos uma relação entre o significado da palavra e seu portador material, de cuja forma natural este significado derivava. Ainda que o uso corrompesse a palavra natural, ela permanecia, podendo ser procurada.

Em consequência estimularam os estoicos a ciência da etimologia para estudo dos étimos (étymos = verdadeiro, real) Haveria, pois, uma aproximação entre a linguagem e as artes que expressam por mimese natural. Este conceito de língua natural persistiu através dos tempos e se apoiava inclusive em vagas afirmações dogmáticas das religiões, cujos mitos davam a Deus o mérito de haver criado as línguas.

Por quase dois séculos floresceu a cidade de Pérgamo, capital de um reino helênico, na Ásia Menor (280-133 a. C.), cujos gramáticos eram analogistas, ou seja, defensores do caráter natural da língua com base, entre outros motivos, na frequência das exceções.

Continuam também os analogistas. Desde o séc. III a.C., os analogistas de Alexandria cultivaram a gramática, desenvolvendo amplamente o estudo das diferenças, inclusive as entre o grego contemporâneo e o clássico (de Homero), com glossários para facilitar a leitura deste. Apesar de haver dominado a corrente convencionalista (ou analogista) da linguagem, continuou a persistir fortemente a imagem da língua natural.

>Não haveria tão cedo uma tentativa de língua criada por convenção expressa. Continuou a linguística de dois milênios limitada ao estudo meramente antropológico de línguas preexistentes, seja nos seus aspectos sincrônicos, seja nos diacrônicos ou históricos, como se a linguística consistisse apenas em um compreender e conservar máquinas velhas, sem inventar novas e mais adequadas aos interesses da sociedade.

### Referência bibliográfica

A Grécia e os estudos lingüísticos, disponível em:<<http://www.jackbran.pro.br/linguistica/historia.html>>Acesso em: 10/6/2011.